

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VOTO

**uma análise teórica da relação entre classe, consciência e escolha
político-partidária**

Jean Marcellus Falcão Secca

Rio de Janeiro
2019

Jean Marcellus Falcão Secca

**Consciência de classe e voto:
uma análise teórica da relação entre classe, consciência e escolha político-
partidária**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Marcia Ribeiro Dias

**Rio de Janeiro
dezembro de 2019**

S444 Secca, Jean Marcellus Falcão
Consciência de classe e voto: uma análise teórica da
relação entre classe, consciência e escolha político-
partidária / Jean Marcellus Falcão Secca. -- Rio de
Janeiro, 2019.
154 p.

Orientadora: Marcia Ribeiro Dias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, 2019.

1. Classe. 2. Voto de classe. 3. Consciência de
classe. 4. Escolha político-partidária. 5. Compor-
tamento político-eleitoral. I. Dias, Marcia Ri-
beiro, orient. II. Título.

“Sobre raciocinar segundo médias estatísticas. Neste caso, é útil recordar a anedota segundo a qual, se Fulano faz duas refeições por dia e Beltrano nenhuma, ‘estatisticamente’ Fulano e Beltrano fazem ‘em média’, cada qual, uma refeição por dia. A deformação de pensamento originada pela estatística é muito mais difundida do que se acredita. Generalização abstrata, sem uma retomada contínua de contato com a realidade concreta. Recordar que um partido austríaco, que tinha dois filiados num sindicato, escreveu que sua influência no sindicato havia crescido em 50% porque um terceiro filiado se somou aos dois primeiros.”

(António GRAMSCI, in Cadernos do Cárcere)

“[...] a ‘tendência até o momento’ pode ser um fato, mas a tendência futura não representa nada além de uma suposição fundamentada. Nela estão implícitas as observações ‘se todo o restante permanecer igual’ e ‘se as tendências atuais permanecerem as mesmas’. E de algum modo todo o restante se recusa a permanecer igual, do contrário a vida seria, de fato, chata.”

(Darrel HUFF, in Como mentir com estatística)

RESUMO

Já é assente para a Sociologia e a Ciência Política que a simples posição de classe não basta para gerar o que a teoria marxista denomina consciência de classe. Mesmo assim, continuam-se aferindo correlações estatísticas significativas entre classe e escolha político-eleitoral. Os métodos quantitativos utilizados nas pesquisas de voto de classe, no entanto, possuem pouca aptidão para levar a cabo uma análise sob a perspectiva da consciência de classe. A agregação de preferências políticas em torno de classes específicas nada diz sobre os móveis do eleitorado, instância em que atua a consciência. Assim, a partir de considerações teóricas sobre a natureza das classes e da consciência de classe, bem como de uma revisão de literatura acerca da categoria analítica do voto de classe, busca-se identificar e analisar as relações existentes entre classe, consciência de classe e preferências político-partidárias. Avalia-se que o amadurecimento da consciência de classe deve produzir uma associação mais próxima entre a classe trabalhadora e a esquerda. Simultaneamente, a esquerda pode atuar como fator determinante desse amadurecimento. Confrontando a tese da “morte das classes”, diversas pesquisas mostram que a saliência da classe como clivagem política é função da oferta de plataformas classistas. A ênfase pelos programas partidários e discursos políticos disponíveis em dada conjuntura influencia diretamente a percepção dos fatos sociais em termos de classe. Daí resulta, contudo, um novo impasse para a esquerda, deparada com a necessidade de desenvolver uma plataforma de classe que também contemple, e não antagonize, parcelas da classe média, cujo número vem crescendo em face do proletariado.

Palavras-chave: Classe. Voto de classe. Consciência de classe. Estratificação. Comportamento político. Marxismo.

ABSTRACT

It is already settled for Sociology and Political Science that mere class position is not enough to generate what Marxist theory calls class consciousness. Even so, significant statistical correlations continue to be found between class and political-electoral choice. The quantitative methods used in class voting polls, however, have little aptitude for analysis from the perspective of class consciousness. The aggregation of political preferences around specific classes says nothing about the motives of the electorate, the layer where conscience works. Thus, from theoretical considerations regarding the nature of classes and class consciousness, as well as from a literature review about the analytical category of class voting, we seek to identify and analyze the relations between class, class consciousness and political-partisan preferences. It is estimated that the maturation of class consciousness should produce a closer association between the working class and the left. At the same time, the left can act as a determining factor of this maturation. Confronting the “death of classes” thesis, several studies show that the salience of class as a political cleavage is a function of the offer of class platforms. The emphasis on partisan programs and political discourses available at a given conjuncture directly influences the perception of social facts in terms of class. This results, however, in a new deadlock to the left, faced with the need to develop a class platform that also contemplates, not antagonizes, portions of the middle class, whose numbers are growing in the face of the proletariat.

Keywords: Class. Class voting. Class consciousness. Stratification. Political behavior. Marxism.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 O que faz uma classe.....	24
1.1 Em busca de uma definição.....	24
1.2 A formação da consciência como resultado da(s) posição(ões) de classe.....	40
2 Consciência e classe.....	47
2.1 Consciência e interesse de classe.....	47
2.2 As mútuas implicações entre consciência e ideologia.....	62
2.3 A concepção dialética de classe.....	73
3 Panorama dos estudos de voto de classe no Brasil e no mundo.....	89
3.1 Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro (REIS e CASTRO, 1992).....	90
3.2 Are Social Classes Dying? (CLARK e LIPSET, 2001).....	94
3.3 The Persistence of Classes in Post-Industrial Societies (HOUT, BROOKS e MANZA, 2001).....	96
3.4 Class and Politics in Advanced Industrial Societies (GOLDTHORPE, 2001).....	97
3.5 The Democratic Class Struggle in Postwar Societies: Traditional Class Voting in Twenty Countries, 1945-1990 (NIEUWBEERTA, 2001).....	99
3.6 Class Paradigm and Politics (PAKULSKI, 2001).....	100
3.7 The Depoliticization of Inequality and Redistribution: Explaining the Decline of Class Voting (EVANS e TILLEY, 2012)	103
3.8 Class Voting in Western Europe: Do Various Class Schemas Make a Difference? (KNUTSEN e LANGSAETHER, 2015).....	107
3.9 Voto assimétrico, classes e mobilidade social no Brasil (RIBEIRO e ISRAEL, 2016).....	109
3.10 Policy Alienation, Social Alienation and Working-Class Abstention in Britain, 1964-2010 (HEATH, 2016).....	111

3.11 Electoral Competition in Europe`s New Tripolar Political Space: Class Voting for the Left, Centre-Right and Radical Right (OESCH e RENNWALD, 2017).....	113
3.12 Aproximações ao voto de classe no Brasil (RIBEIRO, 2017)	115
3.13 The radical right, the labour movement and the competition for the worker`s vote (MOSIMANN, RENNWALD e ZIMMERMANN, 2018).....	119
3.14 Do the self-employed still vote for the centre-right parties? The cases of the UK, Italy and Spain (BARISIONE e DE LUCA, 2018).....	122
3.15 Bureaucratic Capacity and Class Voting: Evidence from Across the World and the United States (KASARA e SURYANARAYAN, 2019).....	125
Conclusão: a esquerda na encruzilhada.....	128
Referências bibliográficas.....	150

INTRODUÇÃO

Geoffrey Evans, pesquisador britânico que é um dos maiores expoentes da atualidade sobre o voto de classe, pontificou que a categoria “*descreve um padrão de associação entre classe e voto*”¹ (2000, p. 3). A clivagem de classe assumiu particular importância nos estudos sobre comportamento político-eleitoral principalmente a contar da década de 60 do século passado, fruto da perspectiva sociológica da política, e passou a ter sua importância questionada já em estudos de meados da década de 80 – como, por exemplo, do próprio autor que foi reconhecido como o precursor da sua análise, Martin Seymour Lipset. A suposta diluição da categoria classista em outras clivagens, bem como a disseminação de estudos construídos sobre a teoria pós-materialista de Ronald Inglehart – segundo o qual o desenvolvimento econômico e a “*mobilização cognitiva*” de que se beneficiaram as populações das democracias ocidentais teriam levado à mudança do comportamento dos eleitores, de uma matriz de determinação coletiva (*cleavage voting*) para uma de maior liberdade individual (*issue voting*) –, vem permeando o debate e provocando a respostas de vários autores que continuam encontrando padrões de correlação entre a classe do eleitor e as preferências político-partidárias por ele manifestadas².

Assim, a contemporânea literatura acerca do voto de classe encontra-se cindida entre aqueles que propugnam o fim da centralidade dessa categoria como um determinante estrutural das escolhas político-partidárias individuais, e aqueles que defendem que o voto de classe se transformou ao longo do tempo, com o deslocamento do esquema trabalho-esquerda *versus* capital-direita, mas sem uma real perda de importância da categoria. De acordo com Daniel Oesch (2008, p. 4), “Enquanto, para alguns acadêmicos, o voto de classe é a medida em que a classe trabalhadora apoia partidos de esquerda (Clark e Lipset, 1991; Franklin et al., 1992), outros pesquisadores entendem o voto de classe como a presença sistemática de vínculos entre diferentes classes e vários partidos (Evans, 2000; Goldthorpe, 2001).”³ O autor argumenta que “acadêmicos escrevendo sobre o declínio do voto de classe se referem primariamente à parcela declinante de membros da classe trabalhadora votando para a esquerda”; contudo, para ele, “o apoio da classe trabalhadora à esquerda é só uma configuração particular dos possíveis laços

¹No original: “*class voting describes a pattern of association between class and vote*”.

²A exemplo de Geoffrey Evans, Jeff Manza, Michael Hout, Dick Houtman, Peter Achtenberg, Clem Brooks, David Weakliem, Anthony Heath, Daniel Oesch, Martin Elff, Nonna Mayer, Jeroen van der Waal, Oddbjørn Knutsen, Jacques Thomassen, e Sergio Eduardo Ferraz, para citar apenas alguns.

³No original: “*While for some scholars, class voting is the extent to which the working class rallies parties on the left (Clark and Lipset 1991; Franklin et al. 1992), other researchers understand class voting as the presence of systematic links between different classes and various parties (Evans 2000; Goldthorpe 2001).*”

entre a estrutura social e os partidos políticos”⁴ (p. 5). De fato, hodiernamente parece não mais ser válida a lapidar conclusão de Lipset em sua obra de 1960, *Political man: the social bases of politics*, segundo a qual “em virtualmente todos os países economicamente desenvolvidos os grupos de menor renda votam principalmente em partidos de esquerda”.⁵ Mas isso não exprime necessariamente uma perda de significância da categoria de classe – como defendido por autores de verniz pós-materialista como o próprio Inglehart –, podendo denotar um simples rearranjo de preferências. Evans afirma que

[...] os padrões de constância, desalinhamento e realinhamento no voto de classe ao longo do tempo não podem ser entendidos por proposições gerais sobre os efeitos da industrialização ou da pós-industrialização. Assim, teorias genéricas do declínio do voto de classe e da política de classe em sociedades industrializadas não são suportadas empiricamente, assim como, por extensão, teorias que reivindicam que todas as bases sócio-estruturais da política estão em declínio.⁶ (2000, p. 14)

Por suposto, qualquer análise que se faça do voto de classe precisa, inelutavelmente, partir de uma dada definição da categoria *classe*. Não se trata de uma clivagem fundada em atributos físicos, como idade, gênero ou raça – ainda que consideradas, quanto às duas últimas, as possíveis interseções que exigem maior criteriosidade dos pesquisadores –, nem em dados fáticos simples tais quais a afiliação religiosa. É possível que, de todas as clivagens com que se acostumaram a trabalhar os cientistas políticos, a de classe seja a mais complexa, na medida em que seu estudo pressupõe a adesão a uma matriz teórica (declarada ou não), bem como a escolha por uma forma específica de operacionalização do conceito, que pode divergir substancialmente de outras.

De uma maneira geral, porém, o vértice teórico para o qual convergem os diversos estudos de *class voting* – tanto os que concluem pela redução da importância da clivagem quanto os que defendem sua permanência – é encontrado na obra de Max Weber. Para ele, a divisão entre grupos e classes sociais está colocada na esfera do poder, em como ele é distribuído, e nas subsequentes possibilidades e restrições de acesso a recursos. O conceito de classe é vinculado ao de *situação de classe*, a medida objetiva da relação dos indivíduos com os mercados, que pautaria inclusive as diferentes oportunidades de vida de que eles dispõem ou disporão. A teoria

⁴No original: “[...] scholars writing about the decline of class voting primarily refer to the declining share of working class members voting for the left. [...] working class support for the left is just one particular configuration of the possible ties between social structure and political parties.”

⁵No original: “[...] in virtually every economically developed country the lower income groups vote mainly for parties of the left”.

⁶No original: “[...] the patterns of constancy, dealignment, and realignment in class voting over time cannot be understood by generalized propositions about the effects of industrialism or postindustrialism. Thus generic theories of the decline of class voting and class politics in industrialized societies are empirically unsupported, as by extension are theories that claim that all social structural bases to politics are in decline.”

de classes de Weber se insere na sua perspectiva mais ampla acerca da *estratificação social*, que inclui divisões relativas a *status* e poder (cabe aqui uma rápida digressão: ao contrário do comumente aceito por outros autores, Erik Olin Wright não subsumia a teoria de classes de Weber à da estratificação).

Todavia, apesar de reconhecer a importância da categoria classe, Weber observou que uma situação de classe comum, por si só, não cria necessariamente, ou mesmo corriqueiramente, a base para uma ação coletiva. No texto *Class, Status and Party* (2009, p. 5), ele asseverou que “o surgimento da ação societal ou mesmo comunal a partir de uma situação de classe comum não é, de nenhum modo, um fenômeno universal.”⁷ Meditando sobre a obra do autor, a cientista política francesa Nonna Mayer discorre:

[...] a abordagem weberiana enfatiza o acesso desigual dos indivíduos a recursos econômicos, sociais e políticos, sem que estes últimos sejam necessariamente cumulativos ou produzam um senso de consciência de classe. Em vez de classes, ela identifica estratos sociais de acordo com sua posição em escalas baseadas em renda, qualificação e prestígio.⁸ (2009, p. 167)

Ao contrário do que parecia crer o sociólogo alemão, no entanto, seu conterrâneo Karl Marx possivelmente não teria desaprovado sua afirmativa acima reproduzida, pois, inversamente às interpretações mecanicistas vulgares que se fazem da sua obra, Marx não escudava que a ação de classe é consequência necessária da posição de classe em que se encontra o indivíduo (*posição de classe* sinaliza o pertencimento de um indivíduo ou a uma dada classe social).

A forma como se conceituam as classes é estritamente condicionada à forma como se enxergam seus determinantes e as possíveis determinações oriundas da posição de classe. Em outras palavras, o conceito de classe depende do modo como se crê que as estruturas socioeconômicas são aptas a formar uma coletividade com características que a distinguem de outras, bem como do modo que se acredita que o pertencimento a uma classe pode engendrar consequências particulares nas vidas dos indivíduos. Dito isso, em que pese não se achar em Marx uma vinculação automática entre consciência e classe, seu método é substancialmente distinto do de Weber, por enfatizar o aspecto dialético e, por conseguinte, dinâmico dos múltiplos determinantes de classe. Isso quer dizer que Weber propõe uma visão de classe estática – bem

⁷No original: “*The rise of societal or even of communal action from a common class situation is by no means a universal phenomenon.*”

⁸No original: “[...] *the Weberian approach stresses the unequal access of individuals to economic, social and political resources without these latter being necessarily cumulative or producing a sense of class consciousness. Rather than classes, it identifies social strata according to their position on scales based on income, qualification and prestige.*” Cabe aqui ressaltar que a teoria de Weber é vista, a exemplo do que avalia Mayer, como uma *teoria da estratificação social*, em oposição à teoria de classes marxista – posição da qual discorda Erik Olin Wright, que separa a teoria da estratificação da weberiana.

representada pela escolha dos termos “situação de classe” –, em que *a classe é, não se constitui* no seu movimento histórico. Segundo ele,

Podemos falar de uma classe quando (1) um número de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que (2) esse componente é representado exclusivamente por interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de renda, e (3) é representada sob as condições do mercado de trabalho ou de commodities. [...] ‘Propriedade’ e ‘escassez de propriedade’ são, portanto, as categorias básicas de todas as situações de classe.⁹ (2009, p. 1)

Logo, a situação de classe do indivíduo, que condicionará a emergência de seus interesses materiais, é um retrato da sua renda conjugada com sua localização no mercado de trabalho. Essa é a matriz teórica básica da maioria das operacionalizações do conceito de classe com que lidam os estudos sobre o tema na Ciência Política, tais quais o já muito fustigado Índice de Alford (*Alford Index*) ou os hoje mais comumente utilizados Esquema Erikson-Goldthorpe-Portocarero (*EGP Schema*), Esquema de Oesch ou Esquema Pós-Industrial de Esping-Andersen.

Também houve autores no campo marxista que propuseram esquemas de classe, valendo ressaltar os esforços de Erik Olin Wright, Nicos Poulantzas, Edward Palmer Thompson e Adam Przeworski. Não obstante, cumpre anotar que Wright – que elaborou os esquemas mais relevantes – e Przeworski pertencem à tradição do marxismo analítico inglês, que rejeita o método dialético de Marx como um obscurantismo hegeliano e adota os pressupostos da escolha racional; e Thompson perfilhava um culturalismo que dificilmente se ajustaria ao materialismo marxiano. Julgo, entretanto, que a negação do materialismo histórico e dialético é a negação do próprio alicerce de todo o edifício teórico de Marx. A rejeição ao método marxiano, inclusive, corre o risco de desprever as conclusões do autor de base lógica. A seu turno, o esquema de Poulantzas, discípulo de Louis Althusser, tem falhas notórias, como a assimilação de classes tão distintas quanto a pequena burguesia tradicional (artesãos, pequenos comerciantes) e a nova pequena burguesia (técnicos, profissionais assalariados e *white-collar workers* em geral) em uma mesma categoria; ou o respaldo na cisão entre trabalho produtivo e improdutivo, o que atrai o necessário debate preliminar acerca da exata definição desses termos, nunca pacificada pelos teóricos marxistas.

Tornando à questão principal, para estudar o voto de classe é absolutamente imprescindível partir da resposta à pergunta “*o que é uma classe social?*” Sem saber o que são classes

⁹No original: “*We may speak of a "class" when (1) a number of people have in common a specific causal component of their life chances, in so far as (2) this component is represented exclusively by economic interests in the possession of goods and opportunities for income, and (3) is represented under the conditions of the commodity or labor markets.*”

sociais, não é possível discernir a qual delas pertence o indivíduo em dado momento. E para os propósitos de um estudo empírico, o alicerce teórico fornecido por Max Weber (com a suposição de que as situações de classe atuam de maneira unidirecional para determinar a consciência e, portanto, as preferências políticas – embora não de maneira necessária) efetivamente parece funcionar melhor que o de Karl Marx e seus correligionários. A esse ponto retornaremos no momento oportuno (capítulo primeiro). Por enquanto, é válido destacar que a obra de Weber é posterior à de Marx – a primeira publicação daquele surgiu seis anos após a morte deste. Outrossim, em momento algum da sua extensa obra Marx se mostrou preocupado em apresentar um esquema de classes sociais com a finalidade de embasar pesquisas empíricas. Aliás, diga-se, *O Capital* é interrompido justamente no capítulo em que a sistematização da teoria de classes marxiana seria empreendida. Corroborando o que se afirma, cumpre frisar que à época de Marx – que viveu de 1818 a 1883 –, em boa parte dos países nos quais vigorava formalmente o regime democrático, o sufrágio não era universal (não fazendo sentido falar em voto de classe se algumas classes sequer votavam), além de não terem sido aprimorados ainda os instrumentos de medição quantitativa ínsitos à Ciência Política moderna. Some-se que a divisão de classes básica da sociedade capitalista, aquela operada no nível estrutural da produção, era a que mais ocupava as formulações do autor, dado seu propósito declaradamente revolucionário; e essa divisão só aparece de forma mediada nos esquemas de classes utilizados nas pesquisas empíricas modernas.

Apesar disso, Marx discorreu esparsamente sobre as classes sociais ao longo de toda sua obra, e sempre, por suposto, como desenvolvimento do seu método materialista histórico-dialético. A tradição marxista que se seguiu continuou lapidando as elaborações originais do alemão de Tréveris, e hoje em dia há farta literatura desse matiz sobre as classes sociais. Em que pese não funcionar apropriadamente como base teórica a estudos quantitativos, até mesmo sob pena de uma supersimplificação ou deturpação, a teoria de classes de Marx e dos marxistas, elaborada tanto como ponto de partida quanto como desembocadura da sua filosofia da práxis revolucionária, é uma valorosa alternativa à visão estática das classes proporcionada pelas usuais operacionalizações e definições do conceito, podendo servir também de contraponto crítico a teses daí advindas e quiçá proporcionar uma síntese que mais se aproxime da realidade.

Já foi ventilado acima que os estudos na área do comportamento político e eleitoral que têm por objeto o voto de classe, em geral, não adotam a perspectiva de classe marxista. Isso porque as classes em Marx nunca se definem estaticamente apenas pela renda auferida e a ocupação laboral do indivíduo, construindo-se, desconstruindo-se e tornando a se reconstruir permanentemente na *praxis* em movimento. Dada sua instabilidade inerente, com fronteiras sendo

empurradas e puxadas a todo momento pelas conjunturas material e ideológica, as classes em Marx são fluidas, máxime nas zonas limítrofes. Como ele mesmo observou (2006, p. 87-88), “Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante, eles se defrontam como inimigos na concorrência.” Também Mauro Luis Iasi (2012, p. 335) percebeu que “não seria a simples identidade das rendas e suas fontes que determinam o corte de classes em uma sociedade, como parece ser na superfície do fenômeno.” Iasi prossegue declarando que “a classe é muito mais que uma posição objetiva; é a síntese destes fatores objetivos (posição diante da propriedade e das relações sociais de produção) e subjetivos (ação e consciência de classe) na resposta concreta a uma contradição histórica objetiva-subjetiva que é a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção”; e destarte arremata: “*não existe a essência fora do movimento próprio do seu desenvolvimento e implementação*” (ibidem, p. 343).

A seguir tal conceituação, portanto, não é possível obter um retrato estático das classes a partir somente do *locus* ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho, ou da combinação desse fator com a renda. É evidente – nem Marx nem ninguém defendeu o oposto – que *qualquer* definição de classe social tem de levar em consideração esses dois fatores, pois eles se manifestam como a experiência pessoal imediata e modulam a formação da consciência. No entanto, o pertencimento de classe e as influências dessa categoria no pensamento e na ação individuais dependem também, em retroalimentação dialética, do nível de consciência, que não é de forma alguma um simples corolário da situação de classe (como Weber e Marx acertadamente defendiam). Ou seja, a consciência de classe, que é em si um elemento constitutivo da própria classe (IASI, 2012), não é apenas uma determinação, mas também um determinante. *Em outras palavras, a consciência classista não só é produzida pela, mas também produz a classe.*

Nessa esteira, como oportunamente observou Nicos Poulantzas (*apud* MIGUEL, 1998, p. 2), “as classes sociais não existem a priori, como tais, para entrar em seguida na luta de classes, o que deixa supor que existiriam classes sem luta das classes. As classes sociais abrangem a prática de classe, isto é, a luta das classes.” Igualmente bem-vindo é o apontamento do pesquisador sueco Håkon Leiulfstrud (2005, p. 11), para quem

As relações de classe têm uma inerente lógica relacional que se transforma ao longo do tempo da mesma maneira que as relações econômicas, incluindo mudanças produtivas e tecnológicas. Mudanças societárias maiores também podem ter profundo impacto nas relações de classe, justamente como

relações de classe podem moldar sociedades muito diferentemente ao longo do tempo.¹⁰

Já Thompson – embora transgrida os marcos do materialismo marxiano e trilhe a senda do culturalismo superestruturalista – notou acuradamente que a classe não é uma simples projeção do ponto ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho, referindo-se a ela como

[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (*apud* MIGUEL, 1998, p. 2)

Os estudos de voto de classe são realizados com um propósito amplo básico: estabelecer um vínculo de causalidade entre a estrutura socioeconômica na qual é inserido o indivíduo e a sua consciência política – e a forma como essa consciência se desdobra na atuação institucional, principalmente no que tange às escolhas partidárias. No entanto, durante muito tempo, e ainda hoje por alguns acadêmicos (*e.g.*, Lipset), só era entendida como determinação estrutural-classista o voto dos trabalhadores (principalmente manuais) em partidos de esquerda, e dos “capitalistas” (grandes e pequenos proprietários, empresários, rentistas, executivos e gerentes, etc.) em partidos de direita. Ocorre que essa perspectiva, talvez até mesmo sem se dar conta (como na seminal assertiva de Lipset previamente transcrita), pressupõe a *imanência dos interesses de classe* sem ressaltar as flutuações ideológicas a que necessariamente se sujeitam as classes não-proprietárias. Restringir o voto de classe ao precário esquema trabalho-esquerda *versus* capital-direita é reconhecer a imanência de interesses classistas objetivos, traduzidos nos anseios por redistribuição ou por acumulação de riquezas. Esse postulado, como se sabe, é geralmente atribuído a Marx e ao chamado marxismo tradicional (conjunto de autores vinculados às três primeiras Internacionais Comunistas), mas é questionado até mesmo por marxistas de outras escolas. É o caso de Tom Bottomore, que reflete:

[...] Muitos autores marxistas vêm reconhecendo (cada vez mais nas duas últimas décadas) que, no caso da classe trabalhadora, o desenvolvimento de uma consciência “socialista” ou “revolucionária” coloca problemas que exigem uma análise mais cuidadosa e completa. O “interesse de classe” em si não é mais conhecido (como o foi de um modo geral por Marx) como um “fato social” objetivo e inequívoco, mas antes como algo cujo sentido é constituído pela interação e discussão das experiências da vida diária e as interpretações dessas experiências pelas doutrinas políticas; por conseguinte, como algo que pode assumir diversas formas, como indicam, de certo modo, as divisões históricas no movimento da classe trabalhadora. (2001. p. 62)

¹⁰No original: “Class relations have an inherently relational logic that changes over time in the same way as economic relations, including production and technology changes. Major societal changes may also have profound impact on class relations, just as class relations may shape societies very differently over time.”

Antes de prosseguir, é necessário apontar um desvio conceitual no fragmento de Botto-
more. O autor confunde *interesse de classe objetivo* com *consciência de classe*, mas se cuida
de duas categorias que, embora intimamente relacionadas, não se referem à mesma coisa. O
interesse de classe *objetivo* é decorrência lógica do substrato econômico da análise marxiana.
Se se aceita a validade da teoria da mais-valia, deve-se aquiescer que há um interesse, da parte
dos não-proprietários, em abolir esse método exploratório de formação de excedente econômico.
Por outro lado, a consciência de classe assume formas as mais variadas, pois na maior parte do
tempo é ignorado pelas classes subalternas – inclusive pelas de apoio, como as classes médias
– o conflito estrutural básico entre capital e trabalho. Em períodos de normalidade institucional,
e principalmente após a queda do simbolismo proporcionado pela União Soviética, não é essa
oposição que molda a consciência – e, portanto, os *interesses conscientes* – dos trabalhadores
(tal como referido por Iasi, o “*que marca a consciência imediata dos trabalhadores é seu desejo
de deixarem de ser trabalhadores*”). Este ponto será retomado oportunamente, mas, por ora,
fica esclarecido que podem existir interesses de classe objetivamente vinculados à estrutura
econômica, mas que não são refletidos na consciência da classe trabalhadora que se expressa
em dado momento histórico.

Posta essa ressalva, de fato é problemática a consequência da perspectiva imanentista:
os autores que só entreveem voto de classe nesse registro (trabalho-esquerda *versus* capital-
direita) tendem a concluir que as classes perderam importância na definição do voto e das pre-
ferências políticas (por exemplo, Clark e Lipset, em “*Are Social Classes Dying?*”, de 1991,
onde os autores proclamaram que a política moderna se acha “menos organizada por classes e
mais por outras lealdades”¹¹; ou Inglehart, cujo pós-materialismo gravita todo ao redor do pos-
tulado do enfraquecimento das determinações estruturais em favor da liberdade individual; ou
ainda Ernesto Laclau, autor argentino pós-marxista que favorece outras clivagens em detri-
mento da de classes nas definições das modernas preferências político-partidárias). Crítico
desse posicionamento, Oesch afiança que,

[...] enquanto as classes continuam a diferir sistematicamente nas votações, o
voto de classe parece envolver alianças distintas do que somente o voto na
esquerda pela classe trabalhadora. Essas novas alianças incluem profissionais
sócio-culturais reunidos em torno da esquerda libertária e trabalhadores de
baixa qualificação apoiando a direita populista.¹² (2008, p. 23)

¹¹No original: “*less organized by class and more by other loyalties*”.

¹²No original: “[...] *while classes continue to systematically differ at the polls, class voting seems to involve different alliances than just left voting by the working class. These new alliances include socio-cultural professionals rallying the libertarian left and low-skilled workers supporting the Populist Right.*”

Conclusões como as de Lipset, Inglehart ou Laclau denotam um entendimento prosaico da dinâmica das classes, bem como o engessamento da categoria na divisão fundamental entre capital e trabalho. Constatar a realidade da permanência do conflito entre capital e trabalho, central ao funcionamento das economias capitalistas, não equivale de modo algum a reduzir as classes existentes a capitalistas e proletários. Já em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, livro no qual Marx discorre sobre os desenvolvimentos políticos concretos da França de 1848-1852, a análise abrange uma variedade de classes em conflito que transcendem a cisão binária entre burgueses e proletários. E no terceiro livro d’*O Capital*, ao tratar especificamente da Inglaterra – que, por ser a sociedade industrial mais desenvolvida de sua época, costumava ser o objeto focal de seus escritos econômicos –, Marx concedeu que ali “não se patenteia pura essa divisão de classes”, e que “Também lá, as camadas médias e intermediárias obscurecem por toda parte as linhas divisórias” (*apud* BOTTOMORE, 2001, p. 62). Já em *Teorias da Mais-Valia*, Marx se reporta à “constituição real da sociedade, que, de maneira alguma, consiste unicamente da classe dos trabalhadores e da classe dos capitalistas industriais” (*ibidem*).

Se já no século retrasado, ao tempo de Marx, as divisões de classes não eram tão simples quanto sua teoria revolucionária parecia implicar *prima facie*, as cumulativas inovações tecnológicas, que produziram e continuam produzindo em ritmo cada vez mais célere incontáveis novas funções e posições nos mercados de trabalho e de capitais, desenvolveram as relações de classe a um ponto inaudito. A divisão do trabalho – e, portanto, as divisões de classes – tornou-se complexa e cambiante a nível tal que a simples oposição entre capital e trabalho, ainda que inerente ao regime capitalista, há muito não parece ser bastante para fomentar a consciência de classe trabalhadora. Pareado com essas inovações tecnológicas, o projeto político neoliberal segue colapsando antigos institutos ao redor dos quais se erguia a tradicional consciência classista. Exemplo emblemático é o da tradicional relação empregatícia, cada vez mais abandonada em favor de formas “flexíveis” de prestação laboral (autonomização, “pejotização”, transformação de trabalhadores em microempreendedores individuais, instauração do *zero-hour contract* [no Brasil convolado em “trabalho intermitente”], *home office*, etc.). Da mesma maneira, novos símbolos são criados com o intuito de reforçar a “autonomia” da força de trabalho e, assim, de atenuar as tensões de classe – distinguem-se a substituição do termo empregado por “colaborador” e a tentativa de fazer os trabalhadores enxergarem-se como “*empresários de si mesmos*”.

Da nova realidade do mundo do trabalho surgiu a tese do “fim do proletariado”, encaixada por André Gorz (que na obra *Adeus ao proletariado* cunhou o interessante termo “*não-classe-de-não-trabalhadores*”). Contra ela o sociólogo Ricardo Antunes patrocina a categoria

“*classe-que-vive-do-trabalho*”, que, sobrepondo-se às fissuras causadas pelas novas formas de prestação laboral e pela atomização das condições de vida que se atrela ao neoliberalismo, pretende abarcar todos aqueles que, desprovidos de meios de produção, têm de pôr à venda sua força de trabalho. Nas palavras do autor,

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços, etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora, em sua nova morfologia, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas. (2018, p. 31)

Não bastasse a fluidez inerente à categoria classista, a tendência dos partidos de realinhar seus programas e políticas para atender ao maior número possível de interesses, convergindo no centro do espectro ideológico – o que tem por meta a obtenção de conquistas eleitorais, como já prenunciado por Anthony Downs –, é outro relevante fator que joga por terra a tradicional vinculação entre a classe obreira e a esquerda. O *nexo Estado-finanças* (HARVEY, 2011), isto é, a dependência estrutural do Estado em face da iniciativa privada que detém o quase-monopólio das decisões sobre investimentos produtivos, bem como a necessidade de custeio do aparato partidário e das cada vez mais dispendiosas campanhas eleitorais, tornam mandatário o alinhamento das políticas públicas com os interesses das classes proprietárias em que se apoia o funcionamento da máquina burocrática. Houve, portanto, um deslocamento da atuação partidária, com o progressivo abandono de políticas de teor redistributivo (no caso dos partidos de esquerda), o que certamente gerou consequências na relação entre classes e partidos. Numa palavra: não apenas as classes vêm-se transformando, mas também os partidos, tradicionalmente estruturados sobre as divisões de classe da sociedade – embora essa correlação sempre tenha sido mais forte na Europa que na América Latina. As pesquisadoras Denise Paiva e Gabriela da Silva Tarouco esclarecem:

A relação entre identidades partidárias e clivagens socioeconômicas é uma das perspectivas clássicas dos estudos sobre partidos políticos (LIPSET e ROKKAN, 1967). Esta abordagem tem sido mobilizada para investigar desde a coerência entre programas e políticas públicas (HIBBS Jr., 1977; CASTLES, 1982; HIBBS JR., 1992; HICKS and SWANK, 1992; SCHMIDT, 1996) até comportamento parlamentar (LEONI 2002; RODRIGUES 2002). O argumento básico desta literatura consiste na expectativa de que partidos de esquerda estejam associados à defesa de políticas redistributivas, enquanto

partidos de centro e de direita seriam mais afeitos a ajustes fiscais, menor intervenção do Estado na economia e demais esferas da vida social. Este pressuposto já foi amplamente questionado pela bibliografia que trata das transformações que os partidos vêm sofrendo e que têm resultado em um distanciamento em relação aos vínculos sociais (KIRCHHEIMER 1966; KATZ and MAIR 1994; DALTON and WATTENBERG 2000; SCHMITTER 2001). Ainda assim, é nesta expectativa que se baseiam as hipóteses sobre efeitos das clivagens sociais sobre variáveis políticas. (2011, p. 17)

Cabe ainda ressaltar que a segunda década do século XXI, alimentada por conflitos distributivos decorrentes de uma insatisfatória recuperação da economia desde a crise iniciada em 2008 e pelo correlato e irrefreável fluxo internacional de migrantes, vem consolidando o fenômeno da ascensão mundial de partidos e políticos de orientação nitidamente neofascista – conquanto ainda aferrados à doutrina econômica liberal. E para isso tem contribuído decisivamente o voto da classe trabalhadora, cooptada pelo discurso antissistema e pelas soluções populistas para problemas complexos (BORNSCHIER; KRIESI, 2013; MAYER, 2009; HOUTMAN, 2003). Peculiar é que nesse movimento a classe trabalhadora tende a se ver como explorada, não por outra classe, mas por uma elite política tradicional. Com efeito, o nacionalismo que dá suporte ideológico ao neofascismo é organicista e não admite a existência de classes com interesses opostos; assim, qualquer exploração só pode assumir caráter pessoal, vinculada à deliberação consciente de quem explora. Poulantzas (1979) já reconheceu que a ideologia fascista substitui a noção de dominação de classe pela de vínculos pessoais, afastando a possibilidade de percepção de uma relação que ultrapasse o mero casuísmo. Não há exploração econômica estrutural, apenas a eventual exploração proveniente de uma “má índole” de indivíduos e grupos (STANLEY, 2018) – percepção que substitui uma complexa teia de causalidade sociológica por explicações apoiadas em desvios morais. Nonna Mayer, aludindo à França, observa:

Entre 1978 e 2002, o número total de votos de trabalhadores na extrema-direita aumentou de 1% a 26%. Aproveitando o desapontamento provocado pela chegada dos socialistas no poder em 1981, a FN se representou como a defensora privilegiada dos pequenos contra os grandes e poderosos, do povo contra as elites. Inversamente, a classe média assalariada – uma categoria com alta proporção de jovens, residentes urbanos, pessoas bem-educadas, não religiosas e sensíveis aos valores pós-1968 – se aproximou da esquerda e, em particular, do Partido Socialista que fora renovado em 1971. A transformação das alianças políticas traçou as novas clivagens sócio-profissionais.¹³ (2009, p. 175)

¹³No original: “Between 1978 and 2002, the total number of votes cast by workers for the Extreme-Right increased from 1% to 26%. Harnessing the disappointment aroused by the arrival of the Socialists in power in 1981, the FN portrayed itself as the privileged defender of the little guy against the great and powerful, the people against the elites. Conversely, the salaried middle classes—a category with a high proportion of young people, urban dwellers, well-educated people, non church goers, and sensitive to post-1968 values— moved closer to the Left and in particular to the Socialist Party which had been renovated in 1971. This switching of political allegiances drew the new socio-professional cleavages.”

Se a classe trabalhadora vem sufragando projetos políticos neofascistas que se conjugam com a hegemônica cartilha do liberalismo econômico (aliás, diferença fundamental em relação aos fascismos do século XX), cabe questionar: *só é viável falar em voto de classe quando o eleitor tem consciência da sua posição de classe?* Em outras palavras, se o eleitor usa como critério consciente de definição do seu voto – e do seu alinhamento político-partidário –, por exemplo, um dado sistema de preceitos religiosos, ignorando sua posição de classe, é correto dizer que não existe aí uma determinação estrutural e que, portanto, não há *class vote*? Se a resposta é afirmativa, caberia ainda indagar por que alguns indivíduos são jungidos por essas forças estruturais enquanto outros lhes escapam. Por outro lado, se só é voto de classe o que é dado pelo eleitor consciente da sua posição, as simples correlações estatísticas entre classe e voto não desvelam quantos dos votos efetivamente foram determinados por essa consciência, e quantos o foram por outros critérios – já que, naturalmente, a escolha de um candidato ou partido pode levar em conta diversos critérios, e não apenas o de classe social. Isso significa que estudos quantitativos não são capazes, até mesmo pela dificuldade conceitual apresentada pela categoria sob exame, de discernir dentre os votos para cada candidato ou partido aqueles que foram definidos pelo critério de classe e aqueles motivados por outros critérios (decerto que o controle de variáveis alternativas propicia maior validade interna; contudo, cabe observar que, tal como sugerido por Knutsen e Langsaether [2015] e Souza [2017], a classe é uma variável que se imbrica em outras, como a educação [variável interveniente], não sendo possível que elas sejam totalmente isoladas).

Geoffrey Evans (2000, p. 12) reconhece que “os mecanismos no nível do indivíduo que respondem pelos padrões observados de voto de classe permanecem obscuros”¹⁴. A classe é, de fato, um determinante por vezes furtivo mas inescapável das preferências político-partidárias individuais. É da essência da categoria que seus efeitos se imponham mesmo de maneira inconsciente, sedimentando formas de representações e de comportamentos não autorregulados, e construindo filtros de processamento da realidade que, para doutrinas estribadas no individualismo metodológico (como o liberalismo), aparecem como atributos endógenos do indivíduo. Rebatendo esta perspectiva e deitando luz sobre o processo de configuração psíquica, Norbert Elias preleciona:

Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a

¹⁴No original: “*the individual level mechanisms that account for the observed patterns of class voting remain unclear*”

criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. Isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semisselvagem. Pode crescer fisicamente, mas, em sua composição psicológica permanece semelhante a uma criança pequena. Somente ao crescer num grupo é que o pequeno ser humano aprende a fala articulada. Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E a língua que aprende, o padrão de controle instintivo e a composição adulta que nele se desenvolve, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ela acarreta. (1994, p. 27)

Ou seja, a conformação psíquica individual particular decorre da estrutura do grupo em que a pessoa é socializada, e da sua posição nesse grupo. A preferência político-partidária individual é sobredeterminada por um sem-número de fatores conhecidos e ainda desconhecidos. Como categoria que remonta à estrutura social em que o indivíduo assimila os instrumentos através dos quais se relaciona com o seu entorno e o processa, a classe é sem dúvida um dos mais salientes desses fatores – com a aptidão, inclusive, para influir em variáveis intervenientes como o nível educacional e a orientação religiosa.

Para Marx (2006), na esteira do que propugnou Elias, “as circunstâncias fazem os homens assim como eles fazem as circunstâncias” (p. 66), e “os indivíduos produzem-se uns aos outros, tanto física quanto espiritualmente” (p. 65). Diz também que “A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real” (p. 51). E mais: “os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos do seu pensar” (p. 52). Afirma o teutão, outrossim, que “A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio do que é necessário à vida condicionam a distribuição, a estrutura das diversas classes sociais, para serem, por seu turno, condicionadas por estas em sua forma de funcionamento” (p. 75). A dialética marxiana de determinações retroagindo sobre os determinantes encontra paralelo, na obra de Elias, com o que o sociólogo chamou de “*fenômeno reticular*” – cuida-se da determinação recíproca interindividual por meio de práticas dialógicas. Somando-se a esses dois pontos de vista, Iasi discorre:

Como fica, no entanto, a clássica afirmação marxiana segundo a qual não é a consciência que determina o ser social, mas, inversamente, é o ser social que determina a consciência? A afirmação segue valendo: a consciência continua determinada pelo “ser social”; no entanto, aquilo que foi determinado age agora no interior do movimento como fator de determinação do ser da classe. A consciência não surgiu do nada, mas de todas as determinações que descrevemos e que compõem este “ser social”. Entretanto, este produto age agora como um fator a mais na constituição do ser da classe. Acontece, como

vimos, que não há uma relação direta e mecânica entre a posição e a consciência de classe, podendo haver inversões. Não se trata de afirmar que a “posição” objetiva de classe é proletária e a consciência (aspecto subjetivo) pode ser burguesa; é um pouco mais complexo que isto. (2012, p. 343)

Tudo o que foi até aqui exposto converge para uma indagação crucial, que parece escapar aos estudos que tomam por base o referencial teórico weberiano: *qual a relação do voto de classe com a consciência de classe?* Se é possível continuar inferindo uma correlação estatística entre classe e voto, em que medida isso implica a consciência dos indivíduos acerca da sua posição de classe? Ou, sob perspectiva diversa, em que medida isso é fruto das particularidades das experiências dos indivíduos (agregadas em razão da classe a que pertencem), sem que isso denote qualquer forma de autoconsciência?

Pesquisas quantitativas de voto de classe, em geral, falham em realizar uma discussão apropriada sobre sua categoria básica: a classe. De certa maneira, isso é compreensível, eis que debater em minúcia algo tão complexo foge ao escopo de um trabalho quantitativo. Em contrapartida, a ausência de uma discussão preliminar mais rigorosa sobre classe (e consciência de classe) pode levar a conclusões distorcidas. Estudos como os de Pakulski & Waters (1996), Nieuwbeerta & De Graaf (1999), Nieuwbeerta e Ultee (1999) e Nieuwbeerta (2001), além dos já retromencionados, chegam à açodada conclusão do decréscimo de relevância da categoria na determinação das preferências político-partidárias a partir do entrelaçamento de dados que refletem deficientemente o conceito que pretendem analisar. Com efeito, os movimentos das classes são perversos com os instrumentos utilizados para captá-las. Ao vaticinar a “*morte das classes*” (tal como Pakulski & Waters, 1996), em primeiro lugar, esses estudos parecem restringir a influência classista no voto à consciência individual da posição de classe e à classe como móbil da escolha eleitoral (como se a Guerra Fria ainda perdurasse), não aventando seriamente a hipótese de que as classes são um poderoso determinante mesmo quando os indivíduos são incapazes de se situar perante as relações materiais entretecidas no seio da sociedade – na verdade, a posição de classe age como um dos fatores que favorecem essa incapacidade.

Em segundo lugar, e até mesmo por geralmente não partilharem da perspectiva da luta de classes, os estudos de voto de classe (e aqui me refiro às duas correntes contrapostas, e não apenas à que defende a perda da importância da categoria) ocupam-se da projeção institucional – isto é, no voto – das diferenças classistas, não lhes ocorrendo indagar o quanto do conflito de classes real é de fato espelhado nas escolhas eleitorais. Ainda que se concebesse que as pesquisas de voto de classe são capazes de estremar perfeitamente, em concreto, uma classe da outra (o que não me parece factível) e de correlacioná-las a dadas preferências político-partidárias,

em que medida essa correlação seria um reflexo dos conflitos de classe que subjazem às escolhas eleitorais? Estudos de *class voting*, por cingirem-se ao marco da institucionalidade democrática, não devotam atenção ao modo pelo qual os conflitos econômicos são projetados nas eleições, assumindo que há uma correspondência ideal entre aqueles e estas (o que, aliás, é fruto da perspectiva racionalista segundo a qual o eleitor é perfeitamente capaz de relacionar adequadamente seus anseios e visões às políticas do partido ou do candidato que sufraga).

Em terceiro lugar, é imperativo deixar claro que *classe é um construto teórico* abstraído das suas incontáveis manifestações reais. Como alegoricamente observou Marx, não existe a manifestação física do “animal”, embora haja leões, cachorros, pássaros, peixes, etc. Independentemente do juízo teórico que se faça delas, no entanto, as classes sociais são um fato social – assim como são fato as energias que, imperceptíveis aos sentidos humanos, são constatadas através das suas interações pela Física. Se fatos diretamente processáveis por nossos sentidos estão sujeitos às mais discrepantes interpretações, por óbvio, a existência das classes sociais como fato pode ser vista sob distintas ópticas e implicar distintas consequências. Por isso é tão importante o debate teórico como supedâneo a qualquer estudo referenciado na categoria classe: a forma como ela é conceituada terá implicações em todas as etapas da pesquisa. Exemplos do que se afirma são os estudos que reivindicam a diminuição da sua importância, que têm por alicerce conceitos e operacionalizações (especialmente quando se valem do índice de Alford) criticáveis de ângulos diversos. Aqui se aplica também o aforismo do célebre astrônomo Carl Sagan: “*a ausência de evidências não equivale à evidência da ausência*”. É dizer, a falta de provas quantitativas de que a classe estrutura o voto não pode acarretar a afirmação de que as classes perderam importância – principalmente quando se trabalha com um conceito que pretende captar a dinâmica das classes, não interpondo barreiras fixas entre suas divisões. Se se aceita o postulado sociológico de que os grupos em que o indivíduo se insere e é socializado condicionam suas formas de consciência, deve-se admitir que as classes, enquanto existirem, jamais deixarão de ter importância na definição das preferências políticas.

Partindo dessas questões, o presente trabalho se propõe a desenvolver uma análise teórica dos achados de estudos sobre voto de classe – o que de maneira alguma significa uma pretensão de contrapor resultados “corretos” a “errados”. Sem embargo, é necessário buscar compreender de que maneiras se reflete no voto a consciência que o indivíduo tem da sua posição de classe, dado que nos regimes representativos contemporâneos as eleições são o momento democrático por excelência. Para isso, por suposto, inicialmente serão necessárias algumas elaborações sobre classe e consciência de classe – o que será realizado nos dois primeiros capítulos. Como já exposto até aqui, o referencial teórico que guiará esse esforço será o de Marx

e dos marxistas, com ênfase na obra de Mauro Luis Iasi, autor que fornece concepções de classe e consciência de classe que primam pela dialética da sua inter-relação (não aparecendo a consciência como um mero resultante mecânico da classe). A opção pela matriz teórica marxista decorre de que, apesar de a categoria classe possuir um peso fundamental na obra de Marx e a ele ser usualmente assimilada, os estudos de *class voting* são guiados principalmente pelas formulações de Weber. Uma diferença crucial entre as obras de Marx e Weber é a perspectiva desses dois autores acerca do funcionamento da totalidade socioeconômica: enquanto as ideias de Weber deitam os alicerces de uma apologia do capitalismo, as de Marx confluem para uma crítica radical do sistema – e isso se percebe claramente já na problemática das classes.

Já no terceiro capítulo serão coligidos estudos relativos ao voto de classe, tanto os que concluem pela continuidade quanto pela perda de importância dessa categoria de análise. A afirmação de que a classe perdeu importância na estruturação das escolhas político-partidárias viola ostensivamente o postulado sociológico segundo o qual os indivíduos são, em grande medida, “fruto do meio”. Por conseguinte, assume-se que as classes, enquanto existirem – ou seja, enquanto houver capitalismo –, sempre, necessariamente, condicionarão as orientações políticas individuais. Isso, todavia, de forma alguma significa que esse condicionamento é unidirecional, isto é, que só produza vínculos preconcebidos como o existente entre trabalhadores e esquerda. Quanto aos estudos que contestam a perda da importância da classe como categoria estruturadora do voto¹⁵, seus pressupostos e conclusões serão alvo de uma crítica qualitativa, com o fito de proporcionar uma visão de classe que mais se aproxime da dinâmica social. Considerando que o cerne da análise que se visa empreender neste trabalho é de natureza teórica, e que a estrutura produtiva capitalista é de amplitude global, foi feita a opção por não limitar espacialmente os estudos de voto de classe utilizados.

Derradeiramente, funcionando como síntese das discussões levadas a cabo nos capítulos anteriores, a conclusão tenciona discutir as relações que medeiam a classe, a consciência de classe e o voto, a fim de meditar sobre a persistência da categoria *classe* como um dos determinantes da orientação político-partidária. Consta-se que a dinâmica democrática contemporânea não é alheia aos arranjos estruturais que conformam as classes – ainda que elas não tenham consciência de “si mesmas”, mesmo porque o caráter marcadamente ideológico das representações sociais dominantes volatiliza as escolhas eleitorais de acordo com as variações de conjuntura.

¹⁵Vide nota nº 2.

Trata-se aqui de um estudo com propósito teórico e analítico. Subordinado ao objetivo primário – deitar luz sobre a relação existente entre consciência de classe e voto –, o objetivo secundário é discutir as conclusões dos estudos de *class voting* e os pressupostos teóricos e operacionais por eles adotados, a partir de uma revisão teórica sobre classe e consciência de classe. Com base nessa discussão, procura-se lançar terreno para um entendimento mais flexível do voto de classe – em oposição ao esquema dual delineado pelos pioneiros trabalhos sobre o assunto, como o de Lipset.

É importante esclarecer que, precisamente por sua natureza teórica, não é objetivo do presente trabalho opor resultados “certos” a “errados”, ainda que alguns pontos sejam alvo de crítica – atividade que, ademais, é a pedra de toque de qualquer esforço teórico. O que se busca é fornecer supedâneo à discussão sobre como as estruturas materiais da sociedade produzem canais que, pela reiteração mesma das práticas que as mantêm (como notado inicialmente por Gramsci e elaborado posteriormente por Althusser), exprimem-se nas formas de consciência individual, determinando, seja por vias diretas ou oblíquas, as preferências e decisões políticas eventualmente adotadas. Para isso é essencial apresentar uma perspectiva que vá além do *mainstream* weberiano na Ciência Política.

Por fim, cabe um último apontamento. Sendo estudo de natureza eminentemente teórica, vale destacar que o método analítico perfilhado é o materialismo histórico-dialético marxiano. Este é o método sobre o qual Marx erigiu toda a sua produção intelectual. Foi, aliás, a adoção explícita do materialismo o que serviu de estopim à cisão entre Marx e os Jovens Hegelianos (grupo de estudantes e professores da Universidade de Humboldt que se contrapunha aos hegelianos de direita, mas cujo pensamento era marcado pela primazia da ideia sobre a matéria). Grosso modo, é dizer que as formas de consciência são produzidas pela atividade prática do indivíduo; contudo, em perene movimento dialético, é dizer também que a consciência, moldada pelas condições de vida e de socialização do indivíduo, age retrospectivamente sobre estas e as transforma. Apesar de a matéria ter primazia sobre a ideia – mesmo porque a ideia (o sujeito) só se constrói e desenvolve a partir do estímulo proporcionado pela matéria (o objeto) –, a todo momento o indivíduo altera as condições dos meios em que vive. A consciência, portanto, precisa da interação com o meio, que a precede, para se desenvolver. Mas também a ação do indivíduo consciente transforma o seu meio. Serve essa explanação para pacificar que não se enxerga a consciência – e, portanto, a consciência de classe – sob a luz de um economicismo vulgar, ou seja, como uma simples projeção mecânica das condições de vida do indivíduo, sendo também a consciência parte integrante dessas condições.

1 O QUE FAZ UMA CLASSE

1.1 Em busca de uma definição

Toda pesquisa que envolva a categoria *classe* deve se esforçar inicialmente para defini-la. Via de regra, os elementos prevaletentes da definição de classe ficam subordinados ao objetivo da pesquisa, principalmente quando se cuida de análise empírica. Outrossim, disciplinas diversas têm enfoques e interesses próprios na categoria: a Sociologia, por exemplo, analisa através dela a formação e o desenvolvimento das sociedades modernas de uma forma mais abrangente, enquanto a Ciência Política investiga sua influência específica no comportamento político e eleitoral dos indivíduos ou famílias. O escopo da pesquisa limita ou amplia as possibilidades de significação da classe – é possível afirmar que a classe sob a perspectiva sociológica (que abrange a produção de todas as representações e símbolos internalizados pelos indivíduos) contém a classe como vista pela Ciência Política (preocupada ordinariamente com a relação entre classe e política, o que tende a promover uma vinculação natural entre classe e consciência de classe). João Ferreira de Almeida (1981, p. 241) pondera que “O conceito de classe, complexificado em termos das dimensões retidas e das suas combinações, e flexível na sua adaptabilidade aos múltiplos campos de práticas, é susceptível de articular as regularidades observáveis dos processos sociais aos seus princípios básicos de organização.”

Independentemente do objeto da pesquisa ou do enfoque que se adote, o método científico exige sempre uma definição mais apurada que a intuitiva equiparação entre classe e renda, típica do senso comum – a renda é um dos elementos componentes da classe, mas esta não se resume àquela. E tal tarefa pode ser mais árdua do que parece à primeira vista. Assim como a palavra *amor*, que pode significar uma gama de conceitos inter-relacionados mas distintos entre si¹⁶, a palavra *classe* pode-se referir a noções diversas. É fundamental apreender esse fato – de que a mesma palavra nomeia fenômenos em manifestações diferentes, embora inter-relacionadas –, pois ignorá-lo pode levar o pesquisador a postular que apenas um aspecto da classe é o correto. É preciso ter em mente que *classe* se refere a níveis e aspectos distintos de uma mesma realidade complexa; e é necessário precisar de qual nível se fala ao tratar da categoria.

Com efeito, estudar a classe – e categorias a ela vinculadas, como o voto de classe – é um caminho com muitos obstáculos. A primeira dificuldade prática para estudos empíricos que se valem da categoria classe é definir a unidade de análise: indivíduo ou família? A escolha

¹⁶A língua grega, por exemplo, utiliza quatro palavras diferentes (*ágape*, *eros*, *philia* e *storge*) para especificar a multiplicidade de facetas do sentimento que em português é simplesmente chamado *amor*.

acarreta marcantes diferenças, e pode resultar em conclusões contraditórias. De acordo com Jessé Souza (2018, pos. 7776-7784),

A definição da unidade de análise envolve questões teóricas sobre a lógica explicativa da noção de classe, ou seja, diz respeito ao entendimento dos mecanismos através dos quais a variável classe é explicativa. O uso do indivíduo valoriza o vínculo direto com a organização social do trabalho na compreensão dos efeitos associados à condição de classe. Já a ênfase na família realça que esse contexto influencia decisivamente os recursos disponíveis, as chances de vida e a definição dos interesses materiais das pessoas.

Apesar da predileção do paradigma racionalista – que subjaz a grande parte das pesquisas no campo da Ciência Política – pelo individualismo metodológico, é impossível negligenciar as relações de classe ambíguas a que o indivíduo é sujeito pelo contato com seu núcleo familiar. A essas relações de classe internas às famílias, que permitem a interpenetração das determinações que cada membro carrega em si, Erik Olin Wright dará o nome de relações de classe *mediatas*. Boa parte da carga explicativa da categoria classe decorre das formas de consciência que ela é capaz de moldar ao longo do tempo (são essas formas de consciência as portadoras dos interesses verbalizáveis dos indivíduos, ou seja, dos seus interesses conscientes ou subjetivos). Acontece que há núcleos familiares, por exemplo, em que os cônjuges não compartilham posições similares no mercado de trabalho, nem percebem remunerações equivalentes. As situações vivenciadas na prática laboral de cada um dos consortes podem dar azo a ideias que são melhores caracterizadas como uma *síntese familiar* do que como a imposição a uma parte das representações do outro (não quer dizer, contudo, que não existam famílias em que uma das partes impõe à outra – quase sempre o homem à mulher – suas visões de mundo, numa relação de dominação de gênero que, embora contenha elementos classistas, não se resume a estes).

Já a primeira dificuldade especificamente teórica no estudo da classe (e de objetos que a tomem como categoria de referência) é a sua *caracterização ontológica*. Apesar de crucial, essa é uma fase negligenciada na maioria das produções sobre o assunto, até mesmo porque se trata de uma discussão de profundo teor filosófico. A caracterização ontológica da classe é a resposta à seguinte pergunta: *a classe é uma realidade em si ou é apenas um constructo teórico?* Defender que a classe é uma realidade em si é defender que ela é um objeto cognoscível externo ao sujeito cognoscente, ou seja, que ela existe por si mesma independentemente das divergências de opiniões que lhe possam obnubilar uma percepção acurada; por outro lado, dizer que classe é apenas uma categoria do pensamento, um constructo teórico, é dizer que, malgrado auxiliar na interpretação da realidade externa ao indivíduo, ela não é em si parte dessa realidade, apenas um filtro de processamento de informações (a classe, assim, encontrar-se-ia no cérebro,

não no ambiente). Trata-se da imemorial discussão filosófica acerca da relação entre sujeito e objeto: a classe é um objeto externo ao sujeito e submete as percepções deste ou, ao contrário, é uma projeção da atividade intelectual do sujeito, não existindo para além dele? A opção pelo primeiro posicionamento *atribui* uma caracterização ontológica à classe (*perspectiva objetivista*), enquanto o segundo *nega* essa caracterização (*perspectiva subjetivista*).

Não se cuida de mera controvérsia escolástica. A caracterização ontológica da classe determina a possibilidade de conclusões não só distintas, mas mutuamente excludentes. A perspectiva objetivista (adotada, por exemplo, por Marx) não se coaduna com a tese de que as classes perderam importância na determinação de fenômenos sociais, na medida em que é precisamente através da permanência desses fenômenos que se percebe seu efeito estruturante contínuo; já a perspectiva subjetivista tem a liberdade lógica de propor que as classes não são mais um instrumento adequado de aferição e interpretação dos fenômenos sociais.

Na verdade, tal qual em diversos outros campos do saber onde se erigem dicotomias em torno de um dado objeto, a classe comporta um *par epistemológico*, como definido por Gaston Bachelard. A dualidade entre o ser e o não-ser da classe erige esse par epistemológico. Referindo-se a essa categoria do seu conterrâneo – e indiretamente à classe –, Pierre Bourdieu, no texto *What Makes a Social Class*, dirá: “construídos pela realidade social, são impensadamente usados para construir a realidade social”¹⁷ (p. 1). O sociólogo francês defende uma posição intermediária, que não anule os méritos das perspectivas opostas em extremos. Nesse sentido, ele afirma que classes “são apenas constructos analíticos, mas constructos bem fundamentados na realidade (*cum fundamento in re*)”¹⁸ (p. 5), e igualmente que “quanto mais acurada for a construção teórica das classes teóricas, maior a chance de que elas sejam vistas como grupos reais”¹⁹ (p. 4).

Em que pese a agudeza de espírito de Bourdieu – que atentou à artificialidade do esquema dual entre objetivistas e subjetivistas –, suas declarações podem engendrar uma compreensão ainda equivocada dos fenômenos relacionados às classes. Com efeito, elas não são “*apenas constructos analíticos*”, mas parte integrante de um complexo de fatores causais interdependentes e reais. Dito de outra forma, as classes não *parecem* reais, elas *são* reais. Sem dúvida a demarcação das fronteiras de classes é problemática – e é justamente aí que reside a

¹⁷No original: “[...] constructed by social reality, these are unthinkingly used to construct social reality.”

¹⁸No original: “[...] are only analytical constructs, but constructs well-founded in reality (*cum fundamento in re*).”

¹⁹No original: “[...] the more accurate the theoretical construction of theoretical classes, the greater the chance that they will be seen as real groups.”

principal porfia teórica sobre a questão²⁰. Não obstante, na exata medida em que se assume a existência concreta de instituições sociais (como a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho) que promovem discrepâncias significativas entre grupos de pessoas – no que concerne a rendas, status, possibilidade de acesso a recursos, oportunidades de vida, etc. –, as classes possuem existência tão real quanto os condomínios de mansões e as favelas. Podem transcorrer 500 anos sem que se atinja um consenso sobre quais são, precisamente, os critérios válidos para estremar umas classes das outras. Mas a falta de acordo sobre esses critérios não pode desaguar na negativa da realidade das classes ou na sua limitação a constructos teóricos. *As classes existem por si mesmas*: são um produto necessário das instituições sociais estruturantes mais básicas²¹; porém, estremá-las entre si é tarefa da teoria, o que inviabiliza afastar sua caracterização também como um constructo teórico.

Diferentes constructos teóricos de classe enfatizarão diferentes elementos componentes da categoria (posição perante a propriedade, posição no mercado de trabalho, renda ou trajetória pessoal, por exemplo), e postularão diferentes formas de relações interclasses (assim, os marxistas destacam a *exploração* de umas classes por outras, enquanto os liberais acentuam as diferenças de acesso a recursos, inclusive inatos). Esse desacordo, no entanto, não é o bastante para restringir as classes a um simples constructo teórico – como se o critério de existência de algo fosse o consenso acerca das suas propriedades e atributos. As classes e suas consequências práticas não surgiram com as primeiras análises que se fizeram delas; é porque elas já existiam que foi possível nomeá-las como tais e, portanto, conceituá-las e trazê-las à consciência. (A propósito, sob uma perspectiva marxista, poder-se-ia dizer que foi precisamente a divisão de classes remotamente fundada na distinção entre trabalho manual e intelectual que possibilitou a existência de indivíduos que despendem seu tempo produzindo teorias, e não trabalhando para subsistência.) Como ressaltou Bourdieu no texto supramencionado (p. 16), “palavras podem criar coisas e, ao juntar-se à simbolização objetivada do grupo que elas designam, elas podem, ainda que por um período, fazer existir como grupos coletivos que já existiam”²².

Ainda segundo Bourdieu (p. 6), “Em termos simples, classes construídas, teoricamente, reúnem agentes que, estando sujeitos a condições similares, tendem a se parecer entre si e, como resultado, são inclinados a se reunirem praticamente, a se ajuntarem em um grupo prático, e

²⁰Em interessante comparação, Bourdieu afirma que as fronteiras de classe são esparsas como as fronteiras das nuvens ou das florestas.

²¹Vale pontuar, no entanto, apenas a título de esclarecimento, que não é pacífica a utilização do termo *classe* para se referir às camadas hierárquicas das sociedades pré-capitalistas.

²²No original: “[...] words can make things and, by joining in the objectivized symbolization of the group they designate, they can, if only for a time, make exist as groups collectives which already existed”.

então a reforçar seus pontos de semelhança”²³. Logo, dependendo de como se constroem teoricamente as classes, o observador pode pespegar-lhes características variadas e, a partir dessas características, divergir de outros observadores quanto aos critérios que as distinguem; mas negar à categoria o status ontológico é falhar em perceber suas determinações palpáveis. Não há problema em haver discordâncias sobre exatamente quais são os grupos ou os seus tamanhos relativos – afinal, como Goethe fez Mefistófeles dizer a Fausto, “*Cinzenta, caro amigo, é toda teoria e verdejante e dourada é a árvore da vida!*”. A teoria é sempre uma aproximação da realidade – que em si mesma é dinâmica –, nunca um reflexo dela²⁴. João Ferreira de Almeida ressalta o caráter determinado da classe, que existe como produto real de estruturas históricas:

As classes funcionam, enquanto instrumento conceptual, como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas. A operação que consiste em torná-las como variável independente tem como condição de pertinência o não perder de vista esse carácter mediador, ou seja, que elas próprias são socialmente produzidas, que constituem efeitos, em termos de clivagens sociais, de estruturas históricas complexas. (1981, p. 231)

Ainda que a nação seja, como a apresenta o clássico de Benedict Anderson, uma *comunidade imaginada*, ninguém há de negar que ela é um forte princípio de coesão grupal – com efeito, um dos mais fortes que existem na modernidade. Entretanto, já descontados os contrastes linguísticos e culturais, é provável que um membro dos estratos superiores da sociedade brasileira possua condições de vida muito mais próximas às de um membro dos estratos superiores de qualquer nação europeia que às de um membro dos estratos sociais inferiores do próprio Brasil. Da mesma maneira, ninguém há de negar a existência de distintas etnias e o poder que elas também guardam de servir como princípio de coesão. Sem embargo, não existe um critério imune a críticas para situar indivíduos em etnias diversas, principalmente numa sociedade global altamente miscigenada e de intenso fluxo migratório. Ora, se a nação e a etnia são tanto constructos teóricos quanto realidades sociais, por que não se passaria o mesmo com as classes, que podem determinar semelhanças nas condições de vida dos indivíduos por vezes ainda mais evidentes que as duas primeiras?

A divisão entre as perspectivas objetivista e subjetivista é só o início da porfia entre os autores que versam sobre classes. Ao confrontarem a pergunta *o que é uma classe?*, filiados a

²³No original: “In simple terms, constructed classes theoretically assemble agents who, being subject to similar conditions, tend to resemble one another and, as a result, are inclined to assemble practically, to come together as a practical group, and thus to reinforce their points of resemblance.”

²⁴Para Elísio Estanque (2015, p. 28), “É, portanto, aconselhável não esquecer o princípio sociológico segundo o qual entre a realidade e a teoria existem permanente tensão e complementaridade, não uma divisão rígida. É a realidade que se sobrepõe à teoria, mas é a teoria que constrói o conhecimento sobre a realidade e, nessa medida, ao dar-lhe um sentido, cria-a.”

tradições teóricas distintas, eles fornecem respostas igualmente distintas – sem atinar, na verdade, que podem estar (e na maioria das vezes estão) falando sobre fenômenos e aspectos singulares de um mesmo complexo conceitual abrangente. Nesse sentido, *a classe weberiana não se contrapõe à classe marxiana*; ou, em outros termos, a classe definida pela posição no mercado de trabalho e pela renda (Weber) não exclui a classe definida pela posição em face da propriedade dos meios de produção (Marx). Trata-se de dois níveis de análise distintos. Ao passo que o exame de Weber focaliza o patamar da experiência cotidiana, no qual se opera a formação da consciência individual, o de Marx se preocupa com a contradição fundamental de toda sociedade capitalista, que, por se situar em um nível maior de abstração, não se põe a nu sem o auxílio da teoria (a não ser em situações de crises econômicas, durante as quais a contradição pode mostrar-se mesmo sem a lente teórica)²⁵. Outrossim, como observado por Iasi (2012), o nível abstrato da classe corresponde à determinação pelo trabalho abstrato, ao passo que o nível concreto corresponde à determinação pelos trabalhos concretos²⁶.

Marx foi o primeiro teórico a abraçar e trabalhar sistematicamente com a categoria *classe social*, e é ainda resguardado como uma das duas maiores referências sobre o tema²⁷. Toda a produção teórica de Marx é marcada pelo acentuado teor crítico, fruto da sua concepção materialista histórico-dialética segundo a qual a emancipação humana – a passagem do reino da necessidade ao da liberdade – não é possível sem a transcendência das estruturas sociais que a negam a todo momento. Assim, a análise de classes marxiana busca desvelar os mecanismos econômicos pelos quais a riqueza produzida pelo trabalho social é apropriada por uma parcela de indivíduos, que detêm os meios de produção. Em oposição a eles, acha-se o *proletariado* (aqui como sinônimo de trabalhadores, e não de proletariado industrial), composto de indivíduos que, desprovidos dos meios de produção, são compelidos à venda da sua força de trabalho para a subsistência. Essa venda, por óbvio, só pode ser realizada para os proprietários dos meios

²⁵Nesse diapasão, Mauro Iasi indaga: “[...] o que é a classe: a expressão da particularidade que a diferencia das outras, ou o momento da universalidade contra a limitação geral? Responderíamos nós: as duas; uma em sua expressão particular e outra em sua expressão ou momento genérico-universal.” (2012, p. 328-9) Diz o autor, também, que “Responder o que é classe pressupõe uma pergunta prévia: em que momento do movimento que constitui a totalidade?” (ibidem, p. 332)

²⁶Segundo o autor, “Marx, em *O Capital*, opera uma diferenciação importantíssima entre o conceito de trabalho concreto e trabalho abstrato. A ênfase da sociologia de recursos empíricos parece procurar o ser da classe somente no âmbito do trabalho concreto. O trabalho abstrato, como substância do valor, só pode emergir como totalidade do trabalho social, como quantum de trabalho socialmente necessário, e, neste campo, desvanecem as diferenças particulares e temos que nos referir ao trabalho social total. Portanto, ao que nos parece, na perspectiva do trabalho social total e da dimensão do valor, estamos nos referindo a um outro ser de classe.” (IASI, 2012, p. 327)

²⁷Poder-se-ia incluir Bourdieu como a terceira grande referência teórica sobre as classes, principalmente em virtude da contribuição que ele proporcionou com a categoria *habitus*.

de produção – a *burguesia*. O que medeia as classes sociais fundamentais no capitalismo, portanto, é uma relação econômica que, no limite, determinará as possibilidades e extremaduras da divisão social do trabalho e da apropriação individual de renda. Note-se, outrossim, que a concepção marxiana de classes é *relacional*, e que essa relação é primariamente de contradição, oposição ou conflito (o que corresponde à tese de Marx e de Poulantzas de que o processo de constituição das classes é o mesmo que movimenta as lutas de classes). De acordo com José Alcides Figueiredo Santos,

Na tradição marxista, o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais. Trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, em particular nas relações das classes entre si; e também são antagonísticas, já que geram intrinsecamente interesses opostos. As relações de exploração, ou seja, o vínculo causal entre o bem-estar de uma classe e a privação de outra, dão um caráter "objetivo" a esse antagonismo. A base fundamental da exploração, por sua vez, encontra-se nas relações sociais de produção. O conceito de classe deve abarcar apenas a exploração enraizada nas relações de produção e não todas as relações sociais possíveis nas quais ocorre exploração. (SANTOS, 1998)

Cabe aqui deixar claro que a burguesia e o proletariado são as duas classes fundamentais da sociedade, polos da divisão que estruturará os determinantes de classe situados no nível empírico, mas não são nem no nível abstrato de análise as únicas classes do capitalismo. É verdade que Marx falhou no seu vaticínio acerca da “proletarização” da sociedade, que, segundo ele, ver-se-ia cada vez mais cindida entre as duas classes básicas (mesma tese defendida por outros importantes autores marxistas, como Nikolai Bukharin e Yevgeny Preobrazhensky, no *ABC do Comunismo*). O que se viu ao longo do século XX foi o inverso, o surgimento de várias camadas intermediárias entre dois polos cada vez mais distantes entre si. Mesmo assim, é preciso advertir que o autor nunca pugnou pela existência apenas dessas duas classes. Marx tinha conhecimento de que havia outros grupos na sociedade que não compartilhavam os interesses materiais nem do proletariado nem da burguesia (a exemplo da pequena-burguesia, do campesinato e dos proprietários de terra tradicionais). Outrossim, n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, obra que consiste numa análise teórica a partir de um estudo de caso, Marx distingue entre várias *frações*²⁸ da burguesia com interesses conflitantes durante a reviravolta política na França de 1848-1852. A seu turno, Elísio Estanque (2015, p. 81) ressalta que os precursores do “socialismo científico” nunca aderiram ao mito da unidade dos trabalhadores: “Vale a pena

²⁸A inespecífica noção marxiana de *frações de classe* é utilizada em referência às classes básicas, mas não corresponde exatamente às divisões de classe em nível empírico – conquanto possua com estas alguns pontos de contato.

insistir neste ponto: a diversidade interna da classe operária do século XIX não era ignorada por Marx e Engels”.

Um outro ponto que precisa ser levado em consideração ao se examinar a teoria de classes marxiana é que, ao contrário do propósito imantado pela moderna Ciência Política, *as classes em Marx não são uma categoria de análise comportamental*. Quer dizer, Marx não estava preocupado em fundamentar o comportamento político individual ou grupal na classe de pertença, embora ele enxergasse como *provável* essa correlação, em face das condições de vida compartilhadas intraclasses. Como uma realidade essencial profunda, as classes marxianas são determinações das relações de produção basilares e um resultado não só necessário como fundante do capitalismo. Não existe possibilidade teórica ou prática de um regime capitalista sem burgueses e proletários, ao passo que essas duas classes básicas podem dar origem a outras tantas conformações fragmentárias a nível empírico. (Na realidade, como exemplo da dialética hegeliana do senhor e do escravo, os burgueses e os proletários definem-se relacionalmente, isto é, um em função do outro; nesse sentido, seria teratológica a concepção de uma sociedade só com burgueses ou só com proletários.) Precisamente por não serem categorias de análise comportamental, as classes em Marx não têm necessidade de especificações para além da cisão básica. Elas são um elemento imbricado na análise de economia política do autor e, como tal, prestam-se a evidenciar uma das mais elementares divisões do trabalho social, aquela operada entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção. Como a obra de Marx busca transcender o capitalismo, não aceitando como “natural” a propriedade dos meios de produção, sua teoria de classes enfatiza a contradição básica imanente ao regime porque era ela que efetivamente importava ao seu propósito político-filosófico declarado: a emancipação humana. Para Marx, apenas o conjunto dos trabalhadores poderia em ação deliberada²⁹ pôr fim à exploração capitalista; com esse objetivo em mente, destacar a fragmentação concreta das classes básicas seria, no mínimo, contraprodutivo. Em outras palavras, o capitalismo é um sistema de dominação de uma classe por outra, não importando as formas específicas ou as condições concretas em que é exercida a dominação, mas a própria superação dessa dominação, que só pode ser levada a cabo pelo proletariado em conjunto. É claro, no entanto, que a falta de atenção aos determinantes empíricos da classe cria um problema: o da construção da consciência de classe. Já no início do século XX Lukács percebeu esse impasse:

²⁹Ainda que coubesse ao proletariado *industrial* a liderança, na medida em que era ele o principal responsável pelo processo de valorização do capital, o movimento revolucionário não pode prescindir da união ampla dos trabalhadores – mesmo porque o proletariado industrial sempre foi (e é cada vez mais) apenas uma pequena parcela do total de trabalhadores desprovidos dos meios de produção.

[...] uma questão que não tem sido praticamente abordada, e que poderia levar a importantes resultados, é a de saber até onde vão, no interior do proletariado, a estratificação dos problemas e a dos interesses econômicos. Todavia, no interior de uma tipologia, por mais aprofundada que seja, como no interior dos problemas da luta de classes, surge sempre a questão das estratificações no proletariado: como pode realizar-se efetivamente a possibilidade objetiva da consciência de classe? (1920, pos. 486-489)

Também por isso Mészáros preleciona que

Nesse ponto podemos notar claramente aquela que talvez seja a maior dificuldade teórica de Marx. Ele não pode, na verdade, reconhecer a fragmentação e a estratificação do trabalho, pois isso complicaria muito e abalaria fundamentalmente sua concepção da “forma política” de transição. Se os *interesses parciais* objetivos dos vários grupos de trabalhadores – que surgem inevitavelmente da fragmentação estrutural do trabalho – se afirmarem sob a forma de reivindicações conflitantes, nesse caso o “interesse comum” defendido e imposto pela nova “forma política” não é tão evidente quanto poderia parecer a partir do pressuposto do *trabalho unificado*. Tal pressuposto, entretanto, sem justificativa, põe de lado a inevitável, e anteriormente reconhecida, premissa da fragmentação do trabalho. (2014, p. 349-50)

Com efeito, a classe marxiana é produzida essencialmente pela posição ante a propriedade dos meios de produção. Nesse sentido, György Lukács (1920, pos. 4-5) assevera que “A divisão da sociedade em classes deve ser definida, no espírito do marxismo, pelo lugar que elas ocupam no processo de produção.” Só dessa perspectiva abrangente, que vai do particular ao geral, é possível enxergar a contradição de que fala Marx – a contradição entre o trabalho e o capital. O nível da experiência imediata, por ser aquele no qual se opera a formação da consciência individual, seria uma espécie de véu. O aparato institucional, como defendido por Althusser (1972), é desenhado de forma a promover as representações e símbolos que consolidam o poder da classe dominante – ou, em terminologia weberiana, as vantagens dos estratos superiores da sociedade. Apenas quando deparados com as contradições sociais os indivíduos podem ter condição de ascender do nível empírico-concreto a outro mais abstrato, onde, sob uma nova luz, a sociedade se mostra muito mais complexa. Os movimentos sucessivos de abstrações do “real” (melhor seria dizer do *real imediato*) podem culminar no vislumbre da contradição fundamental. Quando a situação político-econômica o permite, esses movimentos podem ser realizados em conjunto pelos membros da classe proletária – sendo aqui que se opera, de acordo com Marx, a passagem da *classe-em-si* [*an sich*] à *classe-para-si* [*für sich*], como será pormenorizado adiante.

Em que pese o motivo da ênfase de Marx no nível mais abstrato da análise de classes, a história vem reiteradamente comprovando que a empiria é um obstáculo de difícilíssima transpo-

sição para a consciência. Como já observou Mészáros (2014, p. 346), “[...] na perspectiva marxiana, a *fragmentação* da classe trabalhadora é muito subestimada e as consequências políticas necessárias de tal fragmentação (e concomitante estratificação) permanecem em grande medida inexploradas.” É necessária a convergência de uma ampla gama de condições para que o indivíduo possa acessar o nível mais abstrato da estrutura de classes do capitalismo. A simples afirmação de uma consciência de classe normativa (deontológica), ligada à contradição básica entre trabalho e capital, encontra ouvidos moucos nos trabalhadores quando eles mesmos não vivenciam as experiências que os permitirão compreender adequadamente essa contradição. Reconhecendo a força que a empiria exerce em sentido oposto à consciência de classe, Lênin e Lukács serão uns dos mais destacados e primeiros autores marxistas a defender a “*consciência de classe adjudicada*”, cujo portador seria o partido comunista³⁰. Não se achando no próprio Marx uma mediação que permita comunicar a consciência de classe totalizadora – isto é, aquela que atingiu os mecanismos mais profundos de reprodução social e tem possibilidade de superá-los pela ação – ao nível da experiência diária dos trabalhadores, Lênin e Lukács postularam (em obras separadas) que restava à vanguarda proletária, encastelada no partido comunista – bolchevique, no caso do russo –, a tarefa histórica de transmitir (adjudicar) essa consciência à massa. Lênin, inclusive, é costumeiramente posicionado como representante do pensamento elitista no campo marxista (no lado oposto do espectro político o elitismo conta, por exemplo, com Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels e Joseph Schumpeter). Reconhecendo a importância da lacuna entre a consciência de classe e o limite das possibilidades deixadas pelas determinações concretas de classe, Werner Markert defende que

A teoria clássica de classe precisa de uma “reconstrução” e atualização no sentido de vincular dialeticamente a análise “abstrata” da teoria de classe de *O Capital* e o conceito empírico das classes sociais concretas. O conceito “abstrato” tem sua relevância na análise do antagonismo entre capital e trabalho. Todavia, os sujeitos envolvidos, trabalhador e capitalista, aparecem neste conceito somente como “personificações econômicas”, como o próprio Marx enfatizou na Introdução de *O Capital*. No conceito de Antunes, os sujeitos de classe não saem desta determinação.

Um conceito determinista perde sua relevância teórica e política, quando não tiver uma mediação dialética com a existência empírica de classes concretas, “como elas existem num certo país e numa época dada nas sociedades capitalistas” (cf. Herkommer, 2001, p. 24s). Sem relacionar as categorias econômicas com a experiência da vida cotidiana dos homens, a teoria

³⁰Contestado por Rosa Luxemburgo, que depositava sua esperança revolucionária no espontaneísmo das massas, Lênin chegou a afirmar que sem uma direção intelectual o proletariado só poderia atingir o nível da “consciência sindical”. A seu turno, Lukács preconizava que “a consciência de classe é a *reação racional adequada* que deve, dessa maneira, ser adjudicada a uma determinada situação típica no processo de produção.” (1920, pos. 72-74, grifo nosso) Gramsci criticava a noção de consciência adjudicada questionando a possibilidade de separação entre intelectuais, encarregados de “produzir” essa consciência, e não intelectuais, que a recebem.

marxista perde cada vez mais sua base empírica, mantendo somente uma forma abstrata e a-histórica.³¹ (2002, p. 22)

Em contraponto ao nível mais abstrato da análise marxiana, a teoria de Weber apresenta as classes como síntese de determinações em nível concreto na vida do indivíduo. Tradicionalmente, os teóricos e pesquisadores que trabalham com a categoria classe identificam duas grandes correntes distintas: a marxista e a weberiana³². Esta última é também comumente chamada de *teoria da estratificação social*³³, nomenclatura reivindicada em oposição à possível conotação negativa atribuída ao termo “classes”. Estanque (2015, p. 34) defende que “Max Weber foi o clássico que mais diretamente inspirou as teorias da estratificação social.” Por outro lado, o sociólogo português argumenta que “as classes sociais são ‘classes’ porque as relações entre elas exprimem formas de dominação e exploração” (ibidem, p. 85) – o que em tese distinguiria as classes sociais dos estratos sociais. Ainda nas palavras de Estanque,

As duas grandes correntes teóricas de que falo dividem-se entre, de um lado, a teoria das classes, que teve no marxismo clássico a sua grande referência, e, do outro, a teoria da estratificação social, que deriva da junção entre a tradição positivista (de Émile Durkheim e Auguste Comte) e a corrente liberal herdada de Max Weber. Essas duas “escolas” disseminaram duas visões distintas – e durante muito tempo antagônicas – sobre as desigualdades sociais nas sociedades modernas. (ibidem, p. 28-9)

Assim como Marx, Weber nunca teve a oportunidade de apresentar uma sistematização acabada de classes. Boa parte do que se lhe atribui é inferido do lacunoso texto “*Classe, status e partido*”³⁴, presente na compilação *Economia e Sociedade*, que foi publicada postumamente, em 1922, pela esposa do autor (falecido em 1920). Nesse escrito, Weber distingue entre três dimensões do poder: a dimensão econômica, que dá origem à divisão de classes; a divisão sociocultural, baseada na desigual repartição de atributos morais socialmente estimados (prestígio), que dá origem a grupos de status; e a divisão política, relativa a grupos que se confrontam na arena pública pelo controle dos *outputs* produzidos pelo aparato institucional (não se resumindo esses grupos aos partidos político-eleitorais). É claro que, fiéis à metodologia weberiana

³¹ Quando fala do “*conceito de Antunes*”, Markert se refere à “*classe-que-vive-do-trabalho*”, cunhado pelo sociólogo Ricardo Antunes – como já mencionado na introdução.

³² Vide nota nº 27.

³³ É importante destacar que, divergindo do que preconizam outros autores, Erik Olin Wright *não posiciona* a teoria weberiana de classes no mesmo campo da teoria da estratificação social (ou, como o autor a chama, “*teoria dos atributos individuais*”). Para Wright existem não duas, mas três grandes correntes: a marxista, a weberiana (de acordo com o estadunidense, ambas são relacionais) e a da estratificação (que não é relacional, ou seja, nela não se vislumbra uma relação causal entre as distintas posições de classe). A diferença essencial entre a teoria de classes weberiana e a teoria da estratificação, segundo Wright, é que para a primeira as vantagens de uma posição de classe privilegiada estão causalmente conectadas com as desvantagens das posições de classe desprivilegiadas, enquanto para a segunda uma coisa nada tem a ver com a outra. Assim, grosso modo, na perspectiva weberiana – ainda segundo Wright – tornar os pobres menos pobres diminuiria as vantagens dos ricos. Vide nota nº 8.

³⁴ No original: “*Klassen, Stände und Parteien*”.

de construção de *tipos-ideais*, essas divisões são esquemáticas, tomadas a partir de três critérios de análise complementares; mas os grupos assim organizados possuem frequentes e amplas interseções. Portanto, não é correto falar de uma “classe dominante” *ao lado* de um “grupo de status” dominante e de um “partido político” dominante; a experiência ordinária atesta, e Weber não o ignorava, que o *partido* – termo que não tem aqui sua acepção usual, pois não significa apenas uma agremiação partidária institucionalmente organizada, mas, de forma mais abrangente, qualquer grupo que se reúna sob uma mesma bandeira política –, quando de posse do controle do aparato institucional-estatal, é em grande parte composto das classes e grupos de status mais salientes da sociedade. Mesmo porque a posse do poder político é um requisito à manutenção da superioridade especificamente econômica e de status. Por conta da separação entre classe, grupos de status e partidos, as ideias de Weber sobre as divisões na sociedade ficaram conhecidas como a “teoria da estratificação dos três componentes”.³⁵

Comentando a teoria de classes weberiana, isolada das noções de grupos de status e partidos, Rogério Tineu argumenta que

[...] classe é definida, sob o ponto de vista econômico, de acordo com as três características descritas a seguir: a) como um grupo de pessoas que possuem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida; b) na medida em que esse componente causal é representado exclusivamente por interesses econômicos ligados à posse de bens e oportunidades de rendimentos; c) é representado sob as condições específicas do mercado de produtos ou de mercado de trabalho. Portanto, a classe social para Weber, baseia-se na ordem econômica, não sendo mais do que um aspecto da estrutura social. (2017, p. 100)

Assim, a classe weberiana é um conceito puramente econômico; é a posição dos indivíduos no mercado que determina sua posição de classe. (Perceba-se que, enquanto o conceito de classe de Weber focaliza o momento da *circulação* – o mercado –, o de Marx enfatiza o momento da *produção*.) E é como alguém está situado no mercado que afetará diretamente suas oportunidades de vida. A teoria de classes de Weber repousa sobre a noção de “*acesso desigual a recursos*”. Quanto mais recursos uma classe tiver à disposição, mais acima ela será posicionada numa escala ascendente. Assim se conformam as classes alta, média e baixa (*upper, middle e lower classes*), os três patamares primários para a teoria da estratificação.

³⁵Acerca de Weber, Wright afirma que “membros de uma classe se tornam um grupo de status quando eles se tornam conscientes de partilhar uma identidade comum, e se tornam um partido quando se organizam com base nessa identidade.” [no original: “*members of a class become a status group when they become conscious of sharing a common identity, and they become a party when they organize on the basis of that identity.*”] (WRIGHT, 2015, p. 39)

Ao contrário de Marx, cuja teoria põe em relevo os determinantes estruturais das classes e os mecanismos institucionais que funcionam como vértice de onde divergem as classes empiricamente situadas, Weber prioriza os atributos individuais que proporcionam distintas colocações nos mercados de trabalho e de capital – e, conseqüentemente, distintas rendas. O enfoque no indivíduo relativiza a força constritora da classe e dá maior destaque à noção de *mobilidade social* (conceito que se aplica aos fluxos interclasses tanto ascendentes quanto descendentes, mas que, como inescapável consectário de um viés apologético do sistema econômico capitalista, privilegia o momento ascendente). De acordo com Estanque,

[...] sabe-se que as teorias que mais centralidade deram à classe média (como a chamada teoria da estratificação social) tendem a relativizar a existência de “classes”, ao colocar em segundo plano as estruturas e a força das barreiras entre elas. Em outras palavras, a importância da classe média tem subjacente a ideia de mobilidade social, e esta, por sua vez, apoia-se no princípio da meritocracia (o mérito de cada um) como principal fator de fixação das posições dos indivíduos nos diferentes estratos da sociedade. (2015, p. 23)

Embora discorra também sobre as vantagens comparativas inatas de alguns indivíduos – seus “talentos” –, Weber não tem a ingenuidade de abraçar o argumento social-darwinista segundo o qual as divisões sociais relevantes são fruto desses “acazos” genéticos. As capacidades não são informações engastadas na gênese do indivíduo, em seu DNA, que precisam apenas da adequada organização institucional para se manifestar; são, em vez disso, largamente *produzidas pela trajetória* do indivíduo, ao longo da qual ele acumulará ou não recursos social e economicamente valorosos. Ainda segundo Estanque,

[...] a visão weberiana dá primazia ao princípio da racionalidade individual segundo uma lógica de concorrência no mercado de trabalho, enfatizando a mobilidade social e a ideia de que as classes médias tendem a crescer no capitalismo moderno. A importância decisiva das qualificações e dos talentos individuais como fatores de promoção pessoal ao longo de uma trajetória (ou na sucessão das gerações) é um aspecto marcante nas teorias de estratificação. Para além da propriedade – e dos direitos a ela associados –, é a desigualdade de recursos inalienáveis (talentos e capacidades) que permite estabelecer diferenças de poder, ou seja, diferentes possibilidades perante o mercado. (2015, p. 37)

Ao deslocar o foco da análise de classes das instituições básicas da sociedade para o indivíduo, na controvérsia filosófica e sociológica entre *estrutura e agência* Weber se põe ao lado dos autores que favorecem a perspectiva da agência (é dizer, ele crê em um sujeito *produtor* de realidades sociais, mais do que um *produto* dessas realidades). Mesmo assim, sua teoria

adota um elemento de *causalidade recíproca* entre as localizações de classe de uma dada sociedade. É nesse sentido que Erik Olin Wright argumentará que as teorias de classes de Marx e de Weber são relacionais, enquanto a da estratificação social³⁶ não o é.

Wright, autor estadunidense autodeclarado um “marxista analítico” ou, como dito por outros, um “neomarxista”, abraçou grande parte da teoria de Marx, principalmente no que concerne à análise da economia política. Contudo, rejeitou o fundamento último da produção teórica marxiana: o método dialético, substituído pelo individualismo metodológico racionalista³⁷. Em que pese essa diferença absolutamente crucial em relação a Marx e aos assim chamados “marxistas tradicionais”, Wright ficou conhecido principalmente pela sua teoria de classes de inspiração ostensivamente marxista. O autor preconizava que o elemento distintivo da teoria classista de Marx, à qual ele expressamente aderira, era a *exploração* – elemento que, inclusive, separava-a da teoria weberiana. Wright se valia do conceito de exploração de John Roemer, outro marxista analítico, para quem ela ocorria de forma autônoma em relação à consciência dos agentes envolvidos³⁸. Assinalando que na relação de exploração há *dependência* do explorador quanto ao esforço do explorado, e sublinhando que “*A alegação de que a apropriação capitalista do esforço de trabalho dos trabalhadores é ‘exploração’, portanto, sugere algo mais do que um simples antagonismo de interesses materiais entre trabalhadores e capitalistas; ela sugere que essa apropriação é injusta*” (2015a, p. 136), Wright apresenta os seguintes critérios para caracterizá-la:

- a) O bem-estar material de um grupo de pessoas depende causalmente das carências materiais de outro.
- b) A relação causal em (a) envolve a exclusão assimétrica dos explorados em relação ao acesso a determinados recursos produtivos. Normalmente, essa exclusão é apoiada pela força, na forma de direitos de propriedade, mas pode não ser em casos especiais.
- c) O mecanismo causal que traduz exclusão (b) em bem-estar diferenciado (a) envolve a apropriação dos frutos do trabalho dos explorados por aqueles que controlam os recursos produtivos relevantes. (2015a, p. 133)

Assim, na perspectiva de Wright, a forma da relação específica estabelecida entre as classes marxianas é a exploração, ao passo que em Weber é o “açambarcamento de oportunidades” [*opportunity-hoarding*], que nada mais é que a manutenção do acesso desigual a recursos

³⁶Vide notas nº 8 e 33.

³⁷O mesmo se aplica, por exemplo, a Adam Przeworski e Jon Elster, embora estes possuam ainda menos pontos de contato com Marx, quando cotejados com Wright. A respeito de Wright, Estanque (2015, p. 50) defende que ele “*weberianizou o marxismo*”.

³⁸De acordo com o segundo teorema de Roemer, da *Correspondência entre Exploração e Classe*, é explorador o membro de uma classe que aluga o trabalho alheio, e explorado o membro de uma classe que põe em aluguel sua força de trabalho. O teorema proporciona microfundamentos analíticos ao postulado marxiano da exploração dos proletários pelos burgueses.

por meio de um esforço institucional das classes que gozam de oportunidades privilegiadas – matematicamente, considerado um conjunto finito de recursos, isso significa que uns têm mais *porque* outros têm menos e vice-versa, e os que têm menos permanecerão com menos em virtude de uma restrição de acesso imposta pelos que têm mais.

Note-se que, para Wright, enquanto Weber via as situações de classe como causas recíprocas umas das outras – daí se tratar de uma teoria relacional –, a relação que as mediava não possuía a carga axiológica negativa da exploração marxiana. Com efeito, Weber acatou expressamente a premissa liberal e utilitarista básica segundo a qual a média das “felicidades individuais” é mais elevada quando há a garantia da propriedade privada e de um mercado concorrencial. Assim, para ele, as diferenças de classe poderiam produzir um resultado coletivo mais proveitoso que uma sociedade igualitária. Considerando a defesa weberiana do mercado e a desigualdade de recursos entre os seus participantes que ele pressupõe, a relação que medeia as classes não poderia ser a de exploração, pois o conceito de exploração implica a perda de uns em benefício de outros e aponta em direção a uma realidade contrafactual mais vantajosa coletivamente. Já o conceito de *açambarcamento de oportunidades*, como definido por Wright, permite a produção de resultados coletivos em que não há necessariamente a “perda” de uns, na medida em que a sociedade – e, portanto, os indivíduos que a compõem – funciona melhor quando se parte de um desigual acesso a recursos.

A análise de Wright evidencia uma peculiaridade que permeia todas as formulações teóricas no campo do marxismo: as relações de classes são marcadas pelo *conflito de interesses*. Trata-se de um antagonismo *a priori* de interesses materiais, postulado com fundamento em uma série de premissas – mas que se manifesta cotidianamente nos atritos entre as classes. É o conflito o elemento distintivo das teorias de classes marxistas, em vez do interesse comum que outras vertentes defendem como o vínculo associativo que une as classes. Sendo a classe uma categoria elaborada, no seio da obra do próprio Marx, como determinação das estruturas materiais da sociedade, os *interesses de classe* dizem respeito também à esfera material da vida dos indivíduos. A expressão interesse de classe, portanto, desde sua introdução no vocabulário sociológico e político denotou os interesses *materiais* de uma classe – vinculação que começa a ser questionada a partir das pesquisas que concluem pela diluição das tradicionais preferências da classe trabalhadora. Ocorre que os interesses materiais não são uma espécie de axioma autoevidente; tal como toda a consciência humana, os interesses conscientes dos indivíduos se sujeitam às barreiras ideológicas de cada tempo e lugar.

Enquanto o marxismo tradicional defendia a existência de interesses de classe objetivos, autores da segunda metade do século XX em diante passaram a questionar a viabilidade de algo

como um “interesse objetivo”, no que eles viam uma contradição em termos. A objetividade de um interesse pressupõe que ele é externo ao sujeito que se interessa, um elemento dado da realidade que só precisa ser corretamente apreendido. Mas é difícil conceber ainda que logicamente um interesse sem sujeito³⁹. Caracterizar a relação interclasses como essencialmente conflituosa exige que os interesses atribuídos a cada uma dessas classes sejam contraditórios. E na tradição marxista decerto o são: o interesse do burguês é explorar o proletário, sem o que ele não consegue manter sua condição burguesa; já o proletariado tem interesse em emancipar-se da exploração burguesa, o que só conseguirá mediante a abolição tanto da burguesia quanto de si mesmo. Alcançar e promover esse interesse último, no entanto, requer um nível sofisticado de *consciência de classe*. Cuida-se, na verdade, do último nível dentre os três propostos por Michael Löwy (2018), em escala crescente: a *consciência da identidade de classe* (consciência de pertencer à classe operária, como coletividade distinta de outras), a *consciência sindical* (a consciência “redistributiva”, que exige uma repartição de recursos sociais mais igualitária, mas não ultrapassa os marcos da economia capitalista), e a *consciência de classe stricto sensu* (ou, como a chama Löwy, “*consciência radical-ideológica*”, o último nível da consciência classista, onde ela se desvencilha dos particularismos próprios da empiria e adquire caráter totalizador e transformador). Nas palavras do próprio autor,

Por *consciência de identidade de classe* entende-se a consciência de pertencimento à classe operária, o que jamais pode ser considerado como algo dado. As pesquisas de Richard Centers mostraram que 20% dos operários americanos se consideravam como pertencentes à classe média (Centers, 1949, p. 86), e, na Inglaterra, 25% dos operários da indústria pesada, das ferrovias e das minas, tinham a mesma atitude (Dogan, 1960).

[...]

A *consciência sindical* implica uma certa apreensão do antagonismo com os empregadores e uma concepção de sindicato como instrumento de reivindicação operária nessa relação.

[...]

Designaremos por *consciência radical-ideológica* o que Lênin chamava de “consciência social-democrata”, Centers de “atitude radical” e Touraine de “princípio da totalidade”, ou seja, concretamente o nível de consciência de classe desses operários brasileiros que, sustentando uma ideologia sociopolítica “radical” (comunismo, socialismo ou anarquismo), manifestam certo grau de oposição à ordem social existente. (LÖWY, 2018, p. 230-1)⁴⁰

³⁹Ver-se-á adiante que a defesa de um interesse material objetivo é a conclusão necessária de certas premissas articuladas em conjunto, nada tendo de metafísica.

⁴⁰A classificação de Löwy se alicerça nos “três princípios básicos da consciência de classe” segundo Alain Touraine, quais sejam: o princípio da identidade ou a consciência de pertencimento a um grupo, a uma classe; o princípio da oposição ou a consciência do antagonismo e da hostilidade frente aos empregadores-exploradores; e o princípio da totalidade, isto é, o antagonismo de classe projetado como princípio central de funcionamento da sociedade, a oposição à ordem estabelecida e a consciência da possibilidade de um modelo voluntário de sociedade distinto do atual. (TOURRAINE, Alain. *La conscience ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1966, *apud* LÖWY, 2018, p. 230)

Neste ponto se começa a perceber como os conceitos de classe, interesse e consciência são permanentemente imbricados, e como a direção da determinação (isto é, da relação de causalidade) entre eles muda dependendo do corpo teórico que se adote. Em outras palavras, começa a ser pertinente indagar se a classe gera a consciência – perspectiva estruturalista – ou se a consciência é que reúne e põe em movimento o grupo que então se identifica como classe – perspectiva culturalista. Cabe questionar, também, se uma classe pode ser definida em função do interesse material que ela demonstra em dada conjuntura específica – nesse sentido, poderia a classe trabalhadora ser assim qualificada ao respaldar políticas econômicas que, *in thesi*, vão de encontro aos seus interesses pressupostos? Toda essa polêmica requer que avancemos na discussão de outro elemento fundamental para o conceito de classe: *a consciência*. É que se passa a fazer a seguir.

1.2 A formação da consciência como resultado da(s) posição(ões) de classe

Antes mesmo de adentrar propriamente o tema da consciência de classe, cumpre investigar de uma perspectiva mais ampla – ainda que de modo extremamente breve e sumário, dada a limitação imposta pelo objeto do presente estudo – o processo de formação da consciência, uma síntese contínua das experiências individuais. A consciência, de um modo amplo (e não apenas a consciência política), é erigida sobre as relações concretas experienciadas pelo sujeito. Nessa toada, Gramsci (*Cadernos do Cárcere*, vol. 1, p. 414-5, in Liguori *et Voza*, 2017, p. 140) afirmou que “[...] todo indivíduo não é somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resumo de todo o passado.” Se as subjetividades são construídas sobre as relações materiais preexistentes, a consciência do indivíduo é um resultado não só da sua própria história, mas igualmente da história das relações que o precederam.

Pode-se perguntar por que o uso alternativo do plural entre parênteses na epígrafe. Significa que a formação da consciência é um processo contínuo, desde o nascimento até a morte, ainda que condicionado sobremodo pelas formas de consciência preexistentes; e, ao longo da vida, o indivíduo passa por uma *trajetória*, por vezes ocupando sucessivamente posições de classe diversas. Cada uma trará acréscimos aos valores, às práticas, aos discursos e, talvez principalmente, às *representações* internalizadas pelo indivíduo. A trajetória individual, vale frisar, começa no nascimento, e não apenas no instante em que se adquire a capacidade de produzir escolhas e memórias conscientes. Por isso, a família conta sobremaneira para a sedimentação dos valores e representações básicos. Esse fato é amplamente reconhecido tanto pela sociologia quanto pela psicologia ou pela neurociência. Almeida, por exemplo, sublinha que,

Por último, e independentemente das variações quer históricas quer sincrónicas que aqui incrementam e ali diminuem as funções de socialização das crianças cumpridas pelas unidades familiares, estas constituem uma instância fundamental da primeira formação dos sistemas de disposições, de inculcação dos *habitus* primários. Inculcação que resulta quer da familiarização quotidiana com o mundo próximo de pessoas e objectos, quer do processo explícito e implícito de educação traduzido em estímulos e dissuasões. A formação do *habitus* é simultaneamente a formação de competências particulares e de incompetências interiorizadas, cuja desigual distribuição pelas famílias de classe contribui para a existência de específicas vias familiares de reprodução dos diferentes tipos de força de trabalho. A esse nível começam, portanto, desde logo, a actuar os mecanismos sociais de qualificação, selecção e distribuição, os processos de filtragem que regulam quer a chamada mobilidade social, quer o sistema global da divisão social do trabalho.

Os trajectos sociais, cuja importância na explicação das práticas atrás referimos, têm de ser analisados por referência à unidade familiar. E não só por ela constituir o ponto de partida objectivo e subjectivo de tais trajectos, mas ainda por lhes predeterminar as probabilidades de itinerário, através dos múltiplos mecanismos que articulam o capital adquirido ao capital herdado. Entre os menos evidentes desses mecanismos estará justamente a inculcação precoce dos sistemas de disposições.

Lugar essencial de reprodução biológica, social e cultural, unidade de consumo e mesmo, por vezes, de produção, o agregado familiar retraduz e sintetiza, assim, conjuntos diferenciados de condições básicas de existência que constituem a própria matriz da divisão social em classes. Contudo, essa “comunidade de mesa e habitação” não é necessariamente uma unidade homogénea. No seu interior podem localizar-se situações individuais distintas, definir-se “inconsistências” e “dissonâncias”, afrontar-se estratégias. É pois necessário ter em conta, na qualificação de classe das famílias, as componentes individuais diferenciadas. (1981, p. 248-9)

Por “representações” entendam-se as imagens mentais formadas em relação a algo ou alguém, sendo que essas imagens portam características e atributos próprios, com os correlatos juízos de valor que eles possam evocar. Assim, representações não são isentas, elas carregam em seu bojo qualificações valorativas como “bom” ou “mau”. De acordo com Serge Moscovici,

Uma palavra e a definição de dicionário dessa palavra contêm um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra – uma como que imagem física de cada pessoa, que corresponde a tais teorias. Uma vez difundido e aceito este conteúdo, ele se constitui em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; isso até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores. (2015, p. 39)⁴¹

Um conveniente exemplo de como funcionam as representações é o do termo “feminismo”. Embora histórica e conceitualmente ele esteja ligado simplesmente à defesa de direitos iguais entre mulheres e homens, boa parte das próprias mulheres ainda o rejeita ao mesmo

⁴¹N’A *Ideologia Alemã*, Marx afirmou que a “subordinação dos indivíduos à sua classe torna-se [...] a subordinação a todo tipo de representações” (2006, p. 88).

tempo em que apoia a igualdade de gêneros⁴². Isso ocorre porque o objetivo político por trás do termo – pelo qual ele se define – é subjugado, na sua representação, pela interferência de estereótipos comezinhos como rejeição a homens, elementos estéticos desvalorizados socialmente (caso dos pelos nos corpos femininos), baixa feminilidade, etc. Um simples termo, portanto, carrega em si um conjunto de atributos aos quais se apõe um juízo de valor – e essa operação mental, a de representar algo, não é consciente. Discorrendo ainda sobre as representações, Moscovici pontifica:

Se nós aceitamos que sempre existe uma certa quantidade tanto de autonomia como de condicionamento em cada ambiente, seja natural ou social – e no nosso caso em ambos – digamos que as representações possuem precisamente duas funções:

a) Em primeiro lugar, elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação com o decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adéquam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado.

[...] cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras, distingue mensagens significantes de mensagens não significantes e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta. Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções.

b) Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta *o que* deve ser pensado. (2015, p. 34-36)

Não há dúvida de que boa parte dos valores e do sistema de crenças do indivíduo derivam da sua infância, da sua adolescência e da sua juventude adulta⁴³. Também não há dúvida de que esses valores e essas crenças condizionarão fortemente a percepção dos indivíduos, suas interpretações acerca dos estímulos a que são expostos – e, portanto, a constituição de suas representações. A classe familiar durante o processo de amadurecimento, dessarte, é um fator-

⁴²Vide <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014>.

⁴³Pesquisas recentes que se valeram de estudos de imagens concluíram que o cérebro humano só termina de amadurecer por volta dos 25 anos. Nesse sentido: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130925_adolescencia_termina_25anos_an e <https://revistagalileu.globo.com/Caminhos-para-o-futuro/Saude/noticia/2016/09/45-fatos-curiosos-sobre-o-cerebro-humano.html>.

chave para se compreenderem as representações inculcadas na vida adulta. Outrossim, se há mobilidade social – isto é, se há passagem de uma classe a outra –, máxime se o movimento é ascendente (se o indivíduo passa a ocupar uma classe superior na pirâmide social), é provável que se adotem as representações, valores e crenças típicas da classe de chegada. O contrário ocorre quando o movimento é descendente, pois o indivíduo tenderá a percebê-lo como provisório; assim, é mais provável que se aferre às representações, valores e crenças da classe de saída (ESTANQUE, 2015).

Independente da direção do movimento, o que vale é notar que a trajetória de vida do indivíduo e, portanto, as classes que ele ocupa ao longo dela são de vital importância para o desenvolvimento das suas ideias. E aqui não me refiro apenas às ideias políticas ou econômicas – mesmo porque, para os indivíduos da classe situada na base da pirâmide, considerações políticas ou econômicas não ocupam tanto o pensar cotidiano quanto as atividades necessárias ao esforço pela subsistência. Com efeito, é a partir dos relacionamentos desenvolvidos pelo indivíduo que ele poderá ser efetivamente chamado de “indivíduo”; é a partir do contato mútuo, da interação social, que os indivíduos consolidam suas características particulares, sua identidade própria. Em termos lógicos, a identidade é a negação de tudo o quanto é exterior a ela; disso decorre que a própria construção da individualidade só é possível a partir da interação social. É por isso que Elias arrazoa:

E nessa peculiaridade da psique humana, em sua maleabilidade especial, sua natural dependência da moldagem social, reside a razão por que não é possível tomar indivíduos isolados como ponto de partida para entender a estrutura de seus relacionamentos mútuos, a estrutura da sociedade. Ao contrário, deve-se partir da estrutura das relações entre os indivíduos para compreender a ‘psique’ da pessoa singular. (1994, p. 39)

A classe de um indivíduo determina em grande parte seu círculo de amigos e os espaços que ele frequenta (uma das mais importantes determinações classistas é a ocupação de espaços distintos, por vezes intencionalmente segregados). O contato interpessoal, mediado pelo fator classe, proporcionará uma biblioteca de discursos e noções próprias ao grupo. Os espaços ocupados pelo indivíduo, por sua vez, além de serem também um fator que se interpõe aos relacionamentos pessoais, moldará representações particulares (por exemplo, uma pessoa branca e abastada tenderá a frequentar locais onde verá outras iguais a ela, mas poucas pessoas negras, o que gerará um estímulo à “normalização” do tom claro da pele). Acresça-se que os espaços frequentados pelos indivíduos definem em boa medida as práticas sociais percebidas por ele como normais, e que ele será estimulado a reproduzir.

Neste ponto é frutífera a contribuição de Bourdieu com a categoria do *habitus*. Cada posição de classe traz consigo um conjunto de discursos e práticas que, pelo contato reiterado, serão internalizadas pelo indivíduo. Esses discursos e práticas, por sua vez, modelarão tanto a percepção quanto o comportamento, constituindo a própria consciência individual. Para Almeida,

Os *habitus* de classe têm uma história. O sistema de disposições que preside às práticas dos membros dessa classe num momento dado, às posições da classe numa conjuntura, é resultado de incorporação estruturada de sucessivas experiências. Quer dizer que, além do efeito da situação de classe sinchronicamente definida, há que ter em conta o efeito, porventura decisivo, de acordo com a tradição freudiana, das condições da primeira educação. A origem de classe terá, por essa razão, mas também por constituir um ponto de referência e de aferimento permanente, uma importância considerável. Há ainda que ter em conta, contudo, toda a estruturação do *habitus* resultante das experiências de trajetória, que incluem os itinerários de mobilidade (e de imobilidade) e as relações ideológicas a esses itinerários. Claro que a incorporação das experiências se não faz por mera adição. Porque o sistema de disposições é estruturado é que ele pode rejeitar “dissonâncias”, pode conformar virtualmente todas as experiências com a matriz de apreensão das experiências. É essa matriz que faz que as mesmas mensagens sejam sempre apropriadas diferencialmente em função das características dos receptores e possam mesmo tornar-se totalmente inaudíveis. (1981, p. 240)

Dentro da análise das determinações de classe a noção de trajetória é fundamental. Este, aliás, é um dos principais problemas dos estudos de comportamento político e eleitoral focados na categoria classe: em uma pesquisa quantitativa é impossível (ou, no mínimo, exigiria um esforço hercúleo) levantar todos os dados de todos os respondentes que seriam necessários a traçar sua trajetória; some-se ainda que, mesmo que esses dados estivessem disponíveis, por definição a trajetória individual contém elementos e experiências em arranjos peculiares que dificultariam sobremodo sua classificação em alguma tipologia própria. A trajetória de um indivíduo é o percurso que ele tomou ao longo da sua vida, suas experiências, as posições de classe que ele ocupou. Nessa perspectiva, é um conceito individual por excelência, que não se deixa ser corretamente captado por alguma tipologia classificatória. Não há falar, portanto, em “espécies de trajetória A, B ou C” como categoria explicativa de algum fenômeno sociológico. A trajetória importa, e muito, para a construção do indivíduo, da sua personalidade, dos seus valores, das suas crenças, dos seus gostos, da sua riqueza (ou não-riqueza). Mas como é um conceito que abarca vários elementos ao longo do tempo de vida do indivíduo, e pressupõe o relacionamento dialógico particular estabelecido entre eles, não é dado a análises quantitativas, que têm de se preocupar mais com sua amostra e validade externa. Como categoria de análise, a trajetória só serve a estudos qualitativos.

Marx e os marxistas tradicionais falharam em perceber quanto a trajetória do indivíduo é capaz de cristalizar suas representações, e quanto elas podem atuar – e atuam cotidianamente – como um empecilho, às vezes quase insuperável, à aquisição da consciência de classe operária. O conceito de trajetória será mais enfatizado por autores de verniz weberiano ou bourdieusiano, ainda que politicamente afinados com a esquerda (caso de Jessé Souza). E dentro da trajetória do indivíduo importa enormemente a classe social em que ele é situado em cada momento. Uma das características que estremam os grupos sociais entre si é sua capacidade de produzir normas informais e representações próprias, que são compartilhadas pelos seus membros. Essas normas e representações, em verdade, são produzidas espontaneamente na própria dinâmica do relacionamento que os membros do grupo entretencem. A classe é também um macrogrupo que contém suas próprias especificidades simbólicas que agem de forma a modelar a consciência individual. A trajetória do indivíduo engloba as posições de classe que ele ocupou ao longo da vida, já contando a classe da família no seio da qual ele nasceu e foi criado, e denota os elementos simbólicos (valores, crenças, representações) que se vão lapidando pelo contato com cada uma delas.

A trajetória do indivíduo, no limite, é o que lhe possibilitará ou negará o próprio desenvolvimento de uma consciência de classe. Isso porque a trajetória sintetiza todo o processo de formação da consciência individual, em um sentido amplo. A consciência, porém, é apenas uma fração do conjunto de fatores que sobredeterminam o comportamento humano. Grande parte de nossas atitudes é fruto de mecanismos e respostas automáticas que nunca chegam à consciência⁴⁴. A fala é um exemplo: ela é a transcrição em palavras, signos fonéticos, de ideias e conceitos abstratos. Mas essa transcrição, na quase totalidade do tempo, não pressupõe a escolha consciente dos signos a serem utilizados; eles simplesmente se seguem às ideias – essa “escolha” é um mecanismo inconsciente. Acontece que também esses mecanismos inconscientes são em grande parte fruto das experiências dos indivíduos. O medo, a seu turno – e igualmente suas manifestações patológicas, como as fobias –, é também em parte o resultado de experiências negativas ou traumáticas por que o indivíduo passa em sua trajetória.

Relacionando o conceito de trajetória ao de classe, Estanque assevera que

[...] as estruturas socioeconômicas, os recursos do grupo de pertença ou da família em que cada um nasce contam – ou seja, a classe conta, de fato, e é elemento definidor da trajetória pessoal – porque estabelecem as condicionantes das oportunidades futuras; contudo, ao mesmo tempo, a trajetória do indivíduo (a objetiva e a percebida) obedece a lógicas de contingência e de esforço

⁴⁴*Experts* em cérebro e cognição têm o palpite, já que é ainda impossível ter certeza a respeito dessa proporção, que apenas 5% do cérebro humano são dedicados à consciência; todos os outros 95% dizem respeito a mecanismos inconscientes. Nesse sentido, vide <https://super.abril.com.br/ciencia/o-mundo-secreto-do-inconsciente/>.

do indivíduo que, por sua vez, incidem na construção de sua identidade pessoal. Contam igualmente os contextos onde, e como, o jovem ou adolescente se vai inserindo ao longo das diferentes etapas de sua formação como pessoa, estruturando representações e atitudes subjetivas, sempre sob a influência de superfícies discursivas e ambientes de sociabilidade, fatores cuja complexidade lhe vai definindo a condição social e os modos de ser e de fazer; ou seja, os estilos de vida da pessoa ou do grupo e suas formas de adaptação ou de dissensão. (2015, p. 33-4)

Em suma: *o indivíduo é o resultado da sua trajetória, ao longo da qual vivenciou experiências determinadas em grande parte pela(s) classe(s) que ocupou.* Nesse sentido se pode dizer que a classe sempre, inevitavelmente, atuará como *um dos* determinantes da forma específica da consciência do indivíduo, pois a classe é o terreno onde ele desenvolve suas experiências e internaliza os elementos simbólicos por meio dos quais se dá a interação com o mundo exterior. Como observou Marx (2006, p. 51), “A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real.” Ainda que não se cogite de nenhum nível de consciência de classe – tal qual na tipificação de Löwy, a consciência de identidade de classe, isto é, a consciência de se pertencer à classe trabalhadora, é o nível mais elementar –, a classe funciona de modo inexorável como elemento estruturante da consciência individual, simplesmente porque ela provê a realidade material em que se dá a socialização do indivíduo. Aliás, o maior empecilho à formação da consciência de classe operária é a própria condição material em que se encontra o indivíduo, condição esta que reproduz e legitima continuamente as relações de produção que se lhe ocultam.

Sem embargo, a classe vista sob essa ótica sociológica ampla tem um ingente problema: *ela explica tudo e, por isso mesmo, não explica nada.* Enfocada em tal magnitude, a classe (ou, mais especificamente, a trajetória de classe) serve de causa a todo o comportamento individual, e perde sua função explicativa e analítica. Assim, mais compromete do que auxilia o esforço de se investigarem as causas específicas do comportamento. Mas, como ressaltou Wright,

A análise de classes não implica um compromisso com a tese de que todos os fenômenos sociais podem ser explicados principalmente em termos de classe, nem mesmo de que a classe é sempre um fator determinante. Em vez disso, a análise de classes se baseia na convicção de que a classe é uma causa social generalizada e, portanto, vale a pena explorar suas ramificações em muitos fenômenos sociais. (2015a, p. 122)

Embora seja imprescindível ter em mente que a trajetória é a causa básica da consciência individual e, portanto, do comportamento político, essa premissa isolada equivale a um truismo: o de que o indivíduo é fruto das suas experiências. Para especificar o efeito da classe no comportamento político é preciso avançar para o exame da categoria *consciência de classe*.

2 CONSCIÊNCIA E CLASSE

2.1 Consciência e interesse de classe

Do que se fala exatamente ao se referir a uma “consciência de classe”? Tineu observa, com respaldo em Lukács, que “A consciência de classe é uma totalidade; não é, portanto, nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe pensam ou sentem.” (2017, p. 94) Com efeito, esses termos vêm sendo geralmente utilizados em muito maior escala pela tradição marxista, dado que os não marxistas em geral não reconhecem a existência de uma consciência com teor predefinido, isto é, com um conteúdo, ainda que mínimo, inferido unicamente da posição de classe (sob ângulo diverso, pode-se dizer que os não marxistas rechaçam a possibilidade de haver “interesses objetivos”). Outra razão pela qual os não marxistas recusam a noção de consciência de classe é a vasta gama de opiniões políticas divergentes, constatadas de maneira empírica, que florescem internamente às classes. Se a posição de classe não produz comportamentos políticos convergentes, não seria possível afirmar a existência de elementos típicos de uma consciência classista. Bourdieu, por exemplo, contesta da seguinte forma o que vê como falha da teoria marxista:

Permanece, contudo, que, ao contrário do que a teoria Marxista assume, o movimento da probabilidade à realidade, da classe teórica à classe prática, nunca é dado: mesmo que eles sejam suportados pelo “senso de lugar” e pela afinidade de *habitus*, os princípios de visão e divisão do mundo social em funcionamento na construção das classes teóricas têm de competir, na realidade, com outros princípios, étnicos, raciais ou nacionais, e mais concretamente ainda, com princípios impostos pela experiência ordinária de divisões e rivalidades ocupacionais, comunais e locais. A perspectiva tomada na construção de classes teóricas pode bem ser a mais “realista”, no sentido de que se apoia em reais princípios de práticas subjacente; ainda assim, ela não se impõe sobre agentes de maneira autoevidente. As representações individuais e coletivas que os agentes podem adquirir do mundo social e do seu lugar nele podem bem ser construídas de acordo com categorias completamente diferentes, mesmo que, nas suas práticas diárias, esses agentes sigam as leis imanentes nesse universo através da mediação do seu senso de lugar. (p. 7-8)⁴⁵

⁴⁵No original: “It remains nonetheless that, contrary to what Marxist theory assumes, the movement from probability to reality, from theoretical class to practical class, is never given: even though they are supported by the “sense of one’s place” and by the affinity of *habitus*, the principles of vision and division of the social world at work in the construction of theoretical classes have to compete, in reality, with other principles, ethnic, racial or national, and more concretely still, with principles imposed by the ordinary experience of occupational, communal and local division and rivalries. The perspective taken into the construction of theoretical classes may well be the most “realistic”, in that it relies on the real underlying principles of practices; it still does not impose itself upon agents in a self-evident manner. The individual and collective representations that agents may acquire of the social world and of their place in it may well be constructed according to completely different categories, even if, in their everyday practices, these agents follow the laws immanent in that universe through the mediation of their sense of place.”

De plano a noção de consciência de classe arrosta um entrave lógico: tanto para os marxistas tradicionais quanto para os não marxistas a consciência de classe pressuporia a existência prévia da classe. A consciência de classe nessas formulações teóricas é vista como o *produto* da classe; em sentido inverso, a classe atuaria como a *causa* da consciência de classe. Assim, qualquer definição de consciência de classe exigiria uma definição prévia de classe, e só seria possível afirmar uma consciência classista a partir da demarcação dos limites que estremam umas classes das outras, impondo barreiras às consciências individuais. Sem recurso à consciência – ao fator subjetivo –, a posição de classe tem de ser definida com base em dados objetivos, tais quais a propriedade de meios de produção, a ocupação laboral e a renda.

Eis que adveio E. P. Thompson, defendendo que as classes não existem *a priori* como síntese de dados objetivos, mas se formam em um processo histórico, na dinâmica dos atores coletivos. As classes sob essa luz perdem a característica de *determinação estrutural* e passam a ser uma *formação histórica*, o que significa que elas não existem por si mesmas: sua conformação depende do agir concertado dos indivíduos. Artur José Vitorino ressalta essa concepção thompsoniana com o seguinte célebre extrato da obra do inglês: “Não vejo” – diz Thompson (1987: 9) – “a classe como ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.” (*apud* VITORINO, 1997/98, p. 160) Vitorino apresenta ainda outra passagem da obra de Thompson: “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (*ibidem*, p. 164)

Thompson era um autor de orientação marxista mas, embora certamente não fosse tradicional, também não pertencia à corrente do marxismo analítico. Na sua obra mais prestigiada, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, ele abraça e enfatiza a premissa empiricista lockeana de que somente a experiência modela a consciência, resultando que apenas experiências que revelem as contradições de classe levariam ao agrupamento de indivíduos em torno de interesses comuns, inaugurando-se aí a própria classe. (O conceito de classe do inglês, por depositar maior peso na ação voluntária do que nas estruturas que a ela subjazem, aproxima-se do conceito weberiano de partido.) Embora a contribuição de Thompson seja essencial para um conceito de classe dialético que incorpore a dimensão subjetiva, vista em si mesma sua definição tem pouco em comum com a de Marx. Ao deslocar o fator determinante básico da estrutura material da sociedade para a ação histórica concreta, Thompson termina por negar o próprio método materialista de Marx. Por isso, Cristiano Lima Ferraz dirá que

As elaborações e significados sobre o modo de vida podem ser transformados e contribuem para alterar a própria existência, mas, sempre tendo como base a questão primeira, colocada nos termos de “produção e reprodução da vida real” (Marx, 1980), sem a qual as chamadas “construções superestruturais” tornam-se abstrações vazias. O desenvolvimento da perspectiva thompsoniana, de formação das classes sociais, pode levar a esse extremo. (2009, p. 286)

Por certo uma formulação teórica de classe ganha muito ao incorporar elementos subjetivos aos fatores de determinação estrutural. *Ganha, principalmente, em dialética*. Assim como Friedrich Engels teve de repetir até a morte (ocorrida em 1895, 12 anos após a de Marx), o materialismo histórico-dialético não corresponde ao economicismo vulgar que nele enxergavam seus detratores, ou que maus intérpretes, mesmo que de boa-fé, professavam⁴⁶. Por isso, Poulantzas advoga que,

“[...] contrariamente a uma concepção economicista das classes sociais, as relações de produção sozinhas não são suficientes, na teoria marxista, para determinar o lugar que uma classe social ocupa em um modo de produção e para situá-la na formação social. *É absolutamente indispensável referir às relações ideológicas e políticas*. (1979, p. 237)⁴⁷

Na verdade, posto que essencial para o correto entendimento do alicerce metodológico da obra marxiana, inicialmente muito pouca ênfase foi depositada no qualificador “*dialético*” que adere ao materialismo histórico. O método de Marx não é só materialista, ele é também dialético. Grosso modo, quer isso dizer que os fenômenos sociais não são produto de relações causais unidirecionais; embora a *determinante última* possa quase sempre remeter a um fator material da vida em sociedade, os fenômenos desencadeados sobre uma estrutura material influem de volta nela, em retroalimentação. Outrossim, fenômenos sociais (máxime os que se protraem no tempo) só muito raramente podem ser creditados a apenas um fator causal – tal

⁴⁶ Assim Engels inicia a sua Carta para Joseph Bloch, datada de 22/09/1890: “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau.” Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>.

⁴⁷ No original: “[...] contrary to an economic conception of social classes, relations of production alone are not sufficient, in Marxist theory, to determine the place a social class occupies in a mode of production and to locate it within social formation. It is absolutely indispensable to refer to ideological and political relations.”

qual a “vontade” para o individualismo metodológico. Eles são, em vez disso, o produto do embate dialético e da síntese eternamente provisória das contradições sociais.

É patente que Marx jamais ignorou que as ideias também determinam a conformação da estrutura material ao mesmo tempo em que esta representa uma limitação àquelas. A ação dos indivíduos, singular ou coletivamente considerados, também é *causa* da estrutura, na medida em que a relação de causalidade dialética dos fatos sociais é circular e multivetorial. Assim, Mézáros (2016, p. 250) patenteia que “o padrão real da causalidade sócio-histórica é a reciprocidade dialética, e não a unilateralidade mecânica.” Por sua vez, n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte* Marx evidencia sua posição nesta passagem já reproduzida à exaustão – mas aparentemente não tão bem compreendida:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. (2008, p. 19)

Almeida corrobora esse posicionamento, como se infere do seguinte excerto:

Para usar uma proposta de Olin Wright distinguindo diversos modos de determinação, poderia dizer-se esquematicamente que a estrutura económica exerce, para além de outros, efeitos de *limitação estrutural*. Significa isto que ela estabelece os limites dentro dos quais podem variar as estruturas do Estado, as respectivas intervenções políticas, as estruturas ideológicas, as práticas de classe, e estabelece igualmente graus de probabilidade para as estruturas ou processos específicos que são possíveis dentro desses limites. As práticas de classe, por seu turno, não só modelam os efeitos exercidos nas outras estruturas pela estrutura económica (*mediação*), como afectam directamente as diferentes estruturas (*transformação*). Claro que as estruturas ideológicas e do Estado produzem, elas próprias, quer efeitos recíprocos, quer efeitos sobre outros processos e estruturas. Um exemplo será o da *reprodução* da estrutura económica, ou seja, a contribuição de uma e de outra para que um dado padrão de relações económicas se mantenha. A cláusula da determinação em última instância pelo económico não pretende assim, mesmo em termos de um alto grau de abstracção, negar eficácias específicas e porventura decisivas a outros níveis do social. Isso mesmo se verifica em termos da teoria das classes. (1981, p. 233)

Como um fenómeno social por excelência, *a classe também é determinada dialeticamente*. Ela não só é o resultado de dados objetivos, mas igualmente o da ação coletiva, que depende da posição subjetiva dos indivíduos – da sua consciência. Ao sobrevalorizar a ação, Thompson perdeu de vista que ela é condicionada pela e muitas vezes têm por objetivo a estrutura material. Em outras palavras, a ação de classe só se desenvolve sobre uma base material e

em resposta aos *outputs* dessa base. Não há ação de classe sem a necessidade de uma ação de classe, e essa necessidade surge quando as vidas de muitas pessoas em condições materiais similares são afetadas. Ferraz (2009, p. 291) argutamente ponderou que “se, por um lado, a determinação econômica não garante a existência da classe, por outro lado, sem tal determinação sequer podemos considerar a sua possibilidade.”

Pontue-se, também, *que a classe como mera formação histórica é uma categoria essencialmente política e não econômica*, na medida em que só existe no processo de convergência de orientações programáticas⁴⁸. Mas, principalmente quando a perspectiva abrange o nível mais abstrato de análise, podem surgir comportamentos e orientações políticas amplamente divergentes no seio de uma mesma classe, sem que isso represente um empecilho à validade teórica da categoria.

Ponderadas essas questões, cremos que a classe é melhor definida e mais se aproxima de uma realidade eternamente cambiante quando se acrescentam aos elementos objetivos de determinação o elemento subjetivo: a consciência de classe. Aqui, entretanto, eleva-se mais um obstáculo à lógica formal: como pode a classe ser definida também pela consciência que se projeta a partir da posição de classe? A consciência de classe não supõe a anterioridade da classe da qual se adquire consciência? Reiterando que a causalidade dialética é circular e não linear, a resposta a esta última pergunta é um retumbante *não*.

Antes de avançarmos para a análise da concepção dialética de classe que se propõe, é preciso retornar à fonte primeira do debate: Marx. Ele operava uma distinção conceitual na classe que é tributária da filosofia de Georg W. F. Hegel, seu mentor na juventude e fonte principal da dialética marxiana (Hegel, no entanto, professava o *idealismo* dialético). Essa distinção consiste nas categorias *classe-em-si* e *classe-para-si*. De acordo com Marx, a classe existia em si e *podia existir* para-si. A classe-em-si denota a classe como númeno, como algo que é em si mesmo⁴⁹; é a classe como determinação material das estruturas sociais, que existe independentemente da consciência que se tenha dela. Já a classe-para-si é a apreensão, pela classe mesma, da sua forma fenomênica. Tom Bottomore, no verbete “*Classe*” do *Dicionário do Pensamento Marxista*, cita uma passagem de Marx extraída de *Miséria da Filosofia*:

⁴⁸Interessante notar que a concepção de Thompson, a rigor, iguala classe a consciência de classe, ao escudar que esta advém naturalmente daquela. Assim, o processo de tomada de consciência de classe equivale ao processo de formação da própria classe. É nesse sentido que Vitorino assinala: “Qual seria, então, o papel da consciência de classe na teorização de Thompson da formação de classe? Ao que tudo indica, para Thompson, a classe como fenômeno histórico está formada quando existe uma consciência de classe.” (1997/98, p. 172)

⁴⁹É bem de ver que enquanto Hegel não era solipsista, isto é, não professava a crença de que a consciência projeta um mundo que não existe sem ela, ele foi um franco detrator da separação kantiana entre sujeito e objeto. Hegel acreditava que o objeto só existe a partir do momento em que o sujeito se reconhece a si mesmo como algo dele distinto. Assim, sujeito e objeto se tornam duas categorias definidas pela sua relação dialética.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas classes, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. (2001, p. 62)

Dessarte, a classe-para-si é a classe-em-si consciente da sua existência como classe – consciência da qual se origina a ação unitária. E a consciência absoluta, totalizadora, é aquela na qual o em-si e o para-si convergem, e a representação da essência se torna a própria essência. Corresponde ao nível da consciência radical-ideológica descrita por Löwy, o patamar que possibilita e prenuncia a transformação estrutural da sociedade. Nas palavras de Mauro Iasi,

A classe para si, e a consciência correspondente, é aquela que, além de ser uma classe do capital, pode se reconhecer como uma classe do capital. Uma coisa é ser uma classe que vende a força de trabalho e que produz valor, e outra é se reconhecer como tal; porém, não é apenas esta “autoconsciência” que está na mira de Marx quando capta o conceito de Hegel, mas a possibilidade ou potencialidade da ação. Uma vez que sabe para si mesmo que vende a força de trabalho e produz valor, o ser para si pode interromper o processo de valorização. (2012, p. 322)

A noção de classe-em-si só é problemática nas fronteiras de classe, isto é, naquelas posições ambíguas onde não é possível estabelecer peremptoriamente a qual classe o indivíduo se filia; mas a própria classe (desprovida do qualificador marxiano “em-si”) é de espinhosa definição nessas fronteiras. Todavia, se aceitamos a premissa de que a classe é uma realidade tão material quanto as estruturas sociais que a suportam (cuida-se da perspectiva objetivista, como já detalhado previamente), a classe-em-si é uma categoria de fácil aceitação. A classe-para-si, pelo contrário, traz algumas dificuldades, principalmente no que concerne ao substrato da autorrepresentação da classe.

Mas talvez essas dificuldades possam ser superadas ao se abandonar a visão de uma classe-para-si messiânica, um ente coletivo revolucionário com vontade unitária. A consciência totalizadora atingida pela classe-para-si não pode ser simbolizada por um grupo em harmônica epifania, como o clímax do protagonista de uma obra literária. Em todos os níveis de referência à classe, do mais abstrato ao mais empírico, ela possui cisões internas não olvidáveis. No nível mais abstrato, então, tendo em vista que todos os trabalhadores desprovidos dos meios de produção são englobados em uma só classe, essas cisões só podem ser transcendidas em uma particular conjuntura na qual se identifica “um inimigo” em comum: a burguesia. Mészáros já realçou que

[...] A maturação das contradições internas do capital não implica, em absoluto, o aparecimento de uma classe trabalhadora miticamente homogênea

– com uma igualmente mítica “consciência de classe unificada” – em algum lugar bem “além da diversidade” de sua constituição real; implica “apenas” a intensificação das contradições em todos os pontos estruturalmente críticos da própria diversidade sócio-histórica em desenvolvimento. Somente esta dialética do surgimento do global a partir da multiplicidade das especificidades *tendencialmente* coerentes – em oposição a sua superimposição sobre estas últimas de modo abstrato e apriorístico – pode estabelecer a validade da teoria geral no quadro de sua orientação *temporal*. [...] Na verdade, desde que é sempre o ser social *particular*, local e circunstancialmente definido, da classe trabalhadora que está inserido – como grupos particulares de pessoas, com diferentes conjuntos de interesses reais – na dinâmica geral da situação mundial, a interação complexa de forças tão diversas no quadro global do desenvolvimento sócio-histórico só pode ser definida como um desenvolvimento *desigual*. Inevitavelmente, tal desenvolvimento desigual tem um impacto variável sobre os grupos sociais em questão através do tempo, trazendo consigo avanços e retrocessos, assim como mudanças essenciais nos interesses desses grupos. (2014, p. 236)

Adiante, o autor declara também que,

Obviamente, com respeito à questão da unidade, não se pode falar de uma *simetria* entre as duas classes fundamentais que lutam pela hegemonia na sociedade capitalista. A classe dominante tem de defender interesses *reais*, imensos e evidentes por si mesmos, que agem como uma força de unificação poderosa entre suas várias camadas. Em completo contraste, a estratificação interna das classes subordinadas serve para intensificar a contradição entre os interesses *imediatos* e os *de longo prazo*, definindo estes últimos como meramente *potenciais* (previstos, hipotéticos, etc.), cujas condições de realização necessariamente escapam da situação imediata. Surge daí a necessidade de uma atitude inerentemente *crítica* quanto à exigência de unidade na classe subordinada, implicando a articulação prática de modos e meios de ação para mobilizar e *coordenar* positivamente as diversas forças de suas numerosas camadas, sem superpor a elas uma estrutura burocrática de “unificação” vinda de cima, que serve para derrubar seu propósito original. (ibidem, p. 332)

Ocorre que a formação da classe-para-si pressupõe a tomada de consciência precisamente desse nível mais fundamental e abstrato da contradição básica capitalista. Se a categoria classe-para-si deve significar algo real, não pode pretender a inclusão em um mesmo grupo harmônico de *todos* os que são obrigados a vender sua força de trabalho por não disporem de meios de produção próprios, pois a maior unidade de classe concebível não eliminará os interesses divergentes que existem no seu seio – nem a fonte concreta desses interesses. A luta de classes real não é um jogo de tabuleiro em que os adversários se reconhecem mutuamente a um simples golpe de vista. Isso é avalizado por Mészáros, para quem “As classes modernas não são, de maneira alguma, entidades homogêneas, nem o processo de desenvolvimento industrial global – com suas interdeterminações complexas e múltiplas divisões de interesses – jamais poderia transformá-las em forças sociais homogêneas” (2014, p. 331). No mesmo sentido, ele assenta que “A estratificação é um aspecto vital da realidade da classe.” (ibidem, p. 332)

A classe-para-si igualmente não pode ser representada como a entidade portadora da consciência de classe normativa propugnada por marxistas tradicionais como Lênin e Lukács, pelos simples fatos de que, em primeiro lugar, não há acordo teórico sobre tudo o que deva constituir o substrato da consciência classista (e se não há acordo na teoria, muito menos no interior da própria classe); em segundo lugar, porque isso pressuporia que só existe uma conformação possível de consciência de classe, uma única consciência de classe “correta”; e, em terceiro lugar, porque deixaria aberta ainda a questão acerca de *quem* tem legitimidade para fixar o conteúdo dessa consciência.

Os três níveis de consciência descritos por Löwy e anteriormente mencionados correspondem a três níveis de proximidade da percepção da contradição básica do capitalismo, a contradição entre capital e trabalho. São três níveis de representação do *conflito*. No primeiro, a consciência da identidade da classe, os membros da classe se reconhecem enquanto tais, porém, não há ainda a ideia de conflito entre classes, e a dinâmica social é captada como uma esfera de interesses materiais harmônicos⁵⁰. No segundo nível, da consciência sindical, já é percebida uma contradição entre os interesses patronais e os dos empregados, mas essa contradição ainda é localizada, parcial, não atingindo os mecanismos estruturais que a determinam. Contudo, no terceiro nível, o da consciência radical-ideológica, a percepção alcançou a contradição básica da sociedade capitalista e, a partir de então, passa a existir a possibilidade de superá-la.

Mas no que consiste especificamente a contradição entre capital e trabalho? Essa é uma caracterização de Marx desenvolvida como corolário da sua crítica à economia política, e o presente estudo não é a oportunidade para pormenorizar o tema sob esse enfoque, para o que seria necessária uma ingente digressão. Cumpre, todavia, abordar brevemente o tópico. *De maneira sumária, pode-se dizer que a contradição entre capital e trabalho consiste na relação de oposição de interesses materiais entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção*. Isso porque a criação do excedente econômico, que é o elemento definidor do capital (representado pela clássica figura marxiana D-M-D’, ou seja, dinheiro - mercadoria - mais dinheiro), só é possível mediante a expropriação, pelo capitalista, de parte dos frutos do trabalho do trabalhador. Essa forma de criação de excedente corresponde à *exploração*, categoria central na análise de classes de Wright, e que é justamente a fonte da divergência de interesses materiais entre burgueses e proletários.

⁵⁰É o caso das ideologias nacionalistas, principalmente do fascismo, que rechaça veementemente a ideia de luta de classes ao mesmo tempo em que reconhece a existência dessas classes. O fascismo concebe as classes como órgãos de um corpo, todos funcionando em prol de um interesse comum.

Ao contrário da economia política neoliberal (a chamada teoria neoclássica ou “ortodoxa”), que, refutando os próprios pais do liberalismo Adam Smith e David Ricardo, crê que as mercadorias possuem valor de troca dissociado da quantidade de trabalho humano nelas aplicado⁵¹, Marx, bebendo tanto em Smith quanto em Ricardo, desenvolveu sua crítica econômica sobre o postulado do valor-trabalho, segundo o qual apenas o trabalho humano é capaz de criar valor de troca⁵². Se apenas o trabalho humano cria valor e é o capitalista, que não trabalhou na produção, quem auferir a maior parte do valor em que a venda do bem é revertida, deve haver um mecanismo de transferência do valor criado pelo trabalho alheio. Esse mecanismo é a *mais-valia*, que consiste na diferença entre o valor criado pelo trabalhador e aquele que lhe é pago, diferença esta que é apropriada pelo capitalista. A mais-valia é a fonte da remuneração do capital, sendo a mãe tanto do lucro quanto dos juros ou da renda da terra.

É interessante notar que Marx – em que pese sua obra estar um tanto distante do liberalismo e mesmo se colocar em oposição a ele – abraça explicitamente o cânone lockeano, brandido à exaustão contra os privilégios feudais nos séculos XVII e XVIII: *a única fonte legítima da propriedade, em última instância, é o trabalho individual* (“em última instância” aqui significa que não é ilegítima a propriedade adquirida por meio da troca de bens ou numerários originalmente possuídos como frutos do trabalho próprio). Esse é, inclusive, um dos principais fundamentos dos sistemas éticos do calvinismo e de suas principais ramificações, como Weber já demonstrou de modo arguto n’*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Como o gênero humano há muito não é caçador ou coletor, a produção dos bens materiais necessários tanto à mera subsistência quanto à reprodução dos padrões vigentes de riqueza exige o manejo de instrumentos ou meios de produção – conceito que abrange o processo industrial. Ocorre que a apropriação individual dos meios de produção inexoravelmente leva à negação do fundamento ético da propriedade capitalista, na medida em que ela não só permite como exige a expropriação inconsciente de uma parcela dos frutos do trabalho dos trabalhadores. Em outras

⁵¹Trata-se da chamada teoria subjetiva ou marginalista do valor, desenvolvida a partir de 1871 principalmente por Carl Menger, William Stanley Jevons e León Walras, de forma separada (*O Capital*, onde Marx melhor desenvolve sua teoria do valor-trabalho, teve o primeiro volume publicado em 1867). Esse novo alento teórico à economia burguesa foi o estopim do que se chamou “revolução marginalista”. Economistas de matriz neoliberal marcam aí a passagem da “economia política para a ciência econômica”, dissociando voluntariamente a economia da política e ditando um caminho “científico” para as escolhas econômicas. Além disso, a “revolução marginalista” foi o ponto em que o saber econômico dominante deixou de ser o *clássico*, smithiano, e passou a ser o *neoclássico*.

⁵²*Valor de troca* é uma categoria marxiana singular: é distinta tanto de *preço* quanto de *valor de uso*. Grosso modo, o valor de uso corresponderia aos atributos intrínsecos da mercadoria que os economistas neoclássicos creem determinar em parte o seu preço. Por outro lado, os neoclássicos rejeitam a existência de um valor de troca, afirmando que o valor relativo das mercadorias é mensurado apenas pelo seu preço. A discussão é, na verdade, extremamente mais complexa do que acomodam essas poucas páginas. Para mais detalhes, lide *O Capital*, Livro I, Capítulo I.

palavras, enquanto os frutos do trabalho do próprio capitalista – considerando que ele age como gestor ou organizador da produção, e não como mero investidor – são por ele integralmente apropriados (descontados os impostos), os frutos dos trabalhos individuais dos seus funcionários são parcialmente expropriados, em seu proveito. Logo, a propriedade individual dos meios de produção é imanentemente contraditória com o seu fundamento ético, o trabalho individual, pois a propriedade do capitalista implica a expropriação de parcelas das propriedades dos trabalhadores.

Esse breve excerto da economia política marxiana se presta a esclarecer a fonte da divergência de interesses materiais entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. De acordo com a teoria de Marx, os proprietários, para existirem enquanto tais, precisam da coexistência de trabalhadores despossuídos que estejam dispostos a vender sua força de trabalho (talvez “estar disposto” seja um eufemismo, à medida que a despossessão compele à venda como único meio de subsistência). A fonte do lucro do capitalista, sendo a mais-valia, pressupõe a expropriação contínua e renovada de uma parcela dos frutos dos trabalhos individuais dos trabalhadores por ele empregados. Por sua vez, tomando por base a premissa também liberal da preservação do autointeresse, é válido assumir que os trabalhadores prefeririam auferir a integralidade dos frutos do seu trabalho a apenas uma parte deles, caso tivessem consciência de que são expropriados⁵³. Isso leva Wright (2015a, p. 136) a concluir que, “para fins de análise sociológica de classe, a questão crucial é o reconhecimento do antagonismo dos interesses materiais que estão ligados às relações de classe em virtude da apropriação do esforço de trabalho. Com base nisso, vou chamar tal apropriação de ‘exploração’.”

É possível que se levante a objeção de que, mesmo conscientes de que parte dos frutos do seu trabalho é apropriada pelos capitalistas, isto é, de que são explorados, os trabalhadores poderiam optar pela permanência do vigente arranjo institucional, tornado possível pela atribuição de poderes decisórios, tanto econômicos quanto políticos, a uma reduzida parcela da sociedade. No entanto, além de tal hipotética preferência ir de encontro ao ideal de autodeterminação do sujeito (mais uma vez, um elemento axiológico da própria teoria liberal), para ser válida essa objeção pressuporia a consciência dos indivíduos acerca dos atributos específicos

⁵³Apenas para evitar inócua tergiversação, é óbvio que todo modelo econômico – inclusive o socialista ou o comunista – exige a produção de um excedente que não será apropriado individualmente pelo trabalhador. A diferença é que no capitalismo o trabalhador tem sua parcela nos frutos do trabalho próprio reduzida duas vezes: pela mais-valia, repassada *inconscientemente* ao capitalista, e pelos tributos, repassada ao Estado; já no socialismo, *in thesi*, só são reduzidos os impostos, e *de maneira consciente*; mas aqui as classes começam a desvanecer e as barreiras entre sociedade política e sociedade civil a desmoronar, implicando maiores poderes deliberatórios e decisórios aos trabalhadores, até mesmo no que concerne à aplicação dos próprios impostos que lhes são abatidos.

de cada um dos modelos institucionais alternativos, bem como das suas vantagens e desvantagens. Ou seja, demandaria atingir uma situação ideal (que, ademais, funciona como premissa velada de toda a teoria racionalista) em que aqueles investidos do poder decisório têm acesso ilimitado às informações necessárias a embasar suas decisões, bem como a capacidade de estabelecer acuradamente as relações de causalidade entre fenômenos sociais. Somente assim seria possível aventar uma decisão coletiva válida a favor da abdicação consciente, pelos trabalhadores, de parte dos frutos do seu trabalho em proveito dos capitalistas. Essa situação é, contudo, hipótese pura, uma vez que o funcionamento do capitalismo e das suas estruturas decisórias rigidamente hierárquicas exige o desconhecimento, pela massa, dos seus intrínsecos mecanismos de reprodução.

Portanto, não há absolutamente nenhum misticismo envolvendo a postulação de interesses *materiais* conflitantes entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção: eles são a culminância da articulação de uma série de premissas. Se se aceita o axioma – partilhado pelo liberalismo – do trabalho individual como única fonte legítima da propriedade privada, bem como a teoria do valor-trabalho, a mais-valia como fonte última da remuneração do capital e o princípio da não abdicação consciente dos frutos do trabalho próprio, *o conflito de interesses materiais necessariamente se segue*⁵⁴. Além de ser possível enxergá-lo claramente nos conflitos distributivos que ocorrem no dia a dia das sociedades capitalistas – sendo, portanto, também uma simples constatação empírica –, o conflito de interesses materiais é o corolário inescapável de uma série de premissas, e não uma mera doutrina construída sobre pilares valorativos distintos dos que professam liberais e conservadores.

Acontece que a manutenção de um sistema político-econômico fundado na exploração do trabalho alheio requer o perene distanciamento dos trabalhadores em relação a essa perspectiva. É aí que se opera a distinção entre *interesse material objetivo* e *subjetivo* – mediada, segundo Marx, pela *ideologia*⁵⁵. O primeiro corresponde à negação da exploração; em outras palavras, *o interesse material objetivo básico dos não proprietários dos meios de produção (trabalhadores) é deixar de serem explorados pelos proprietários dos meios de produção (capitalistas)*. Em que pese seja um interesse postulado, como acima visto, ele constantemente assume as mais variadas manifestações históricas concretas. Nesse sentido, Wright (2015a, p.

⁵⁴De acordo com Santos (1998), Wright preconiza que “Os interesses materiais enraizados nas relações de exploração e, por isso, vinculados à estrutura de classes, são reais, [de modo que] o vínculo entre classe e consciência [...] baseia-se nas propriedades objetivas da própria estrutura de classes.”

⁵⁵Estanque defende que “O grau de funcionalidade de um dado sistema social inigualitário depende sempre de sua conjugação com a ideologia dominante nessa sociedade. Para justificar os modelos de estratificação em vigor é preciso combinar argumentos válidos com discursos de exortação, explicações prosaicas com narrativas misticificadoras.” (2015, p. 46)

132) afirma que “‘Exploração’, portanto, é o conceito central para entender a natureza dos *interesses* gerados pelas relações de classe”, e que “a exploração capitalista gera interesses fundamentalmente antagônicos entre trabalhadores e capitalistas.” Por sua vez, o interesse material subjetivo é aquele percebido conscientemente como tal, independente do seu substrato⁵⁶. Em verdade, principalmente em contextos históricos nos quais predominam valores individualistas e atomísticos, e não levando em consideração o custo necessário para o atingimento desse fim, pode-se afirmar que o interesse material subjetivo de qualquer um é aumentar a sua própria renda e, por conseguinte, o acesso ou a possibilidade de acesso a recursos necessários ou supérfluos. Mas não é exatamente a isso que se referem os termos “interesse subjetivo”, mas aos meios necessários a esse fim comum. Logo, ao se falar em interesse material subjetivo faz-se referência ao que o indivíduo entende necessário para aumentar sua disponibilidade de recursos.

É imperativo frisar, outrossim, o que muitos detratores do marxismo parecem ignorar: o termo qualificador *material*. Aqui se está falando de interesses materiais, ou seja, interesses relativos a recursos materiais necessários à satisfação de uma necessidade real ou percebida. Isso implica que há esferas de interesses não materiais. Toda pessoa tem interesses que extrapolam o campo da materialidade. Não raro, interesses espirituais, por exemplo, subsomem os interesses materiais. Religiosos podem-se devotar a uma crença cosmogônica que fundamenta e valida a ordem social hierárquica e a sujeição de uns indivíduos a outros, reproduzindo na terra um arranjo que se imagina existir no céu⁵⁷. Mesmo deparado com todo o relativismo proporcionado por um amplo panorama histórico, ou mesmo com as descobertas científicas que alcançam os verdadeiros motores causais dos fenômenos da natureza, um indivíduo pode optar por seguir uma fé religiosa – até porque a ciência decerto é incapaz de fornecer respostas a todos os questionamentos humanos. Quanto mais parecemos evoluir no conhecimento do universo, maiores são as perguntas que se nos apresentam. E enquanto houver perguntas sem respostas, deuses sempre poderão servir de argumento causal (cuida-se da velha falácia do “deus das lacunas”). Para além disso, as três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo) são antropocêntricas e adotam doutrinas de “cadeias dos seres” [*scala naturae* ou “*great chain of being*”], para as quais os seres humanos são o grau máximo da evolução do espírito antes dos seres metafísicos (anjos e santos, por exemplo). Por uma questão de congruência, essas religiões sobrevalorizam o espírito em face da matéria. E o discurso de apelo

⁵⁶Quando divergem o interesse material subjetivo e o objetivo Lukács argumenta que o trabalhador se encontra ainda no estágio da “*consciência psicológica*”, em oposição à consciência de classe.

⁵⁷Essa inversão causal, que atribui à consciência o fator determinante da história – e não o contrário –, é o principal aspecto do que Marx criticará como *ideologia*.

espiritual, o ministério da ordem divina, tem hoje mais força sobre os valores individuais e coletivos que o discurso eminentemente político, que se limita à imperfeita ordem dos homens e é por ela viciado. Sendo mais claro, interesses espirituais (e.g., a garantia da salvação), por meio da aceitação e naturalização de uma ordem social desigual, podem contrabalançar – e o fazem cotidianamente – a expressão do interesse material objetivo de classe postulado por Marx⁵⁸.

Acresça-se que a própria organização da produção material no capitalismo exige e pressupõe a divisão hierárquica do trabalho – cuja naturalização é também reforçada por concepções religiosas. Se um indivíduo despende cerca de um terço da sua vida adulta trabalhando, proporção que costuma ser a maior nas atividades que ele executa em vigília, e se as outras atividades dependem quase exclusivamente da renda gerada pelo trabalho, os valores apreendidos no mundo laboral inevitavelmente verterão para outras esferas da sua sociabilidade. Esse fato, aliás, já vem sendo há muito tempo acentuado por inúmeros autores adeptos da democracia participativa (a exemplo de Carole Pateman e Robert Putnam), ao condicionar a possibilidade de democracia efetiva, com distribuição mais equânime de poder decisório entre os membros da sociedade, à superação da rigidez hierárquica dos ambientes de trabalho. Mészáros, por sua vez, aduz que “[...] a hierarquia e a dominação são imperativos materiais e estruturais dolorosamente evidentes de determinadas formas da divisão do trabalho, a partir das quais se articulam também, de maneira semelhante, no plano político.” (2014, p. 335) As formas hierárquicas do agir político legitimam e são legitimadas pelas formas hierárquicas do mundo do trabalho.

Não bastasse isso, é corriqueiro o conflito entre interesses materiais *mediatos* e *imediatos*. E esse conflito de interesses diz respeito às determinações de classe em nível abstrato, onde se fala dos trabalhadores não proprietários dos meios de produção como um todo, e em nível empírico. Na realidade, o conflito pode perpassar todas as instâncias de classe, indo da mais abstrata (interesses mediatos) à mais concreta (interesses imediatos). Suponhamos, a título ilustrativo – e aqui se ressalta que isso é mera suposição –, que: 1) a transcendência *ad futurum* do capitalismo em um dado local exija a eleição do partido comunista e que esse partido defenda a manutenção das regras vigentes do sistema previdenciário; 2) o partido social-democrata defenda a reforma do sistema previdenciário com prejuízo à classe trabalhadora como um todo,

⁵⁸Não cabe aqui discutir o quanto da gênese de cada religião é devido à sua indiscutível função de estabilização social, e o quanto o é a causas outras (Althusser, por exemplo, aludia ao duo religião-família como os mais importantes aparelhos ideológicos no feudalismo, e ainda muito importantes no capitalismo, conquanto tivesse sua primazia suplantada pelo duo constituído pela família e o sistema de educação formal). Todavia, ainda que se porfie em aceitar que a religiosidade institucionalizada possua uma origem funcional, é impossível recusar que, deliberadamente ou não, as religiões desempenham essa função ideológica. Esse, inclusive, é o cerne da crítica de Marx à filosofia idealista alemã de sua época.

mas que, por quaisquer razões, uma dada categoria profissional “A” deve ser beneficiada com a redução do tempo de contribuição em dez anos, tornando seu regime mais benéfico que o vigente; 3) o proprietário de uma determinada empresa “B” em más condições financeiras atue no ramo da categoria “A”, e certifique a seus empregados que as políticas econômicas tanto do partido comunista quanto do social-democrata o arruinariam, provocando a demissão de todos. Se tomássemos essa situação hipotética como critério único de escolha eleitoral, as ligações mais prováveis seriam entre: trabalhadores em geral e partido comunista; categoria profissional “A” e partido social-democrata; e trabalhadores da categoria profissional “A” empregados na empresa “B” e qualquer outro partido. Decerto a garantia do emprego é uma necessidade muito mais premente que a transcendência do capitalismo – e, numa situação de baixa oferta de postos de trabalho, é também mais premente que a redução do tempo de contribuição para a aposentadoria.

Essa situação meramente hipotética serve apenas para exemplificar como o interesse material objetivo mediato da classe trabalhadora, isto é, aquele vinculado ao seu nível mais abstrato, além de dificilmente ser percebido como tal (na medida em que isso implicaria a des-sacralização da propriedade privada dos meios de produção e a resignificação do próprio Estado, o que supõe ultrapassar arraigadas barreiras ideológicas), na vigência do sistema capitalista está sujeito a uma miríade de interferências por necessidades ou mesmo benefícios mais palpáveis. Essas necessidades ou benefícios geram interesses mais imediatos que, ao menos durante o funcionamento “normal” do sistema político-econômico, só excepcionalmente são suplantados pelo interesse mediato último – a transcendência do capitalismo. Geralmente, apenas conjunturas de crise apresentam as condições fáticas necessárias à representação da burguesia como um “inimigo comum”⁵⁹ e ao início da ação coletiva concertada para superá-la. É por isso que Mézáros argumenta que

Em circunstâncias normais, o trabalho internamente dividido e fragmentado está à mercê não apenas da classe dominante e de seu Estado, mas também das exigências objetivas da prevalente divisão social do trabalho. Por isso, observamos manifestações paradoxais e problemáticas daqueles interesses que o trabalho compartilha com seu adversário dentro dos limites do metabolismo social material e institucionalmente imposto (e, em grande extensão, auto-imposto). Somente em períodos de crise profunda – quando é questionada a continuidade do funcionamento do próprio metabolismo social funda-

⁵⁹Mauro Iasi preleciona que “O que permite a fusão de elementos separados no espaço é uma força externa que se apresenta como ameaça comum” (2012, p. 317), e que “só uma ameaça externa universal pode produzir uma unificação universal.” (ibidem, p. 323) Por sua vez, Marx, em *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, obra de 1844, defendeu: “para que uma classe represente o toda da sociedade, outra classe tem que concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral.” Essa força ou ameaça externa, a classe particular que encarna a limitação geral, é a burguesia.

mental, em meio a um maciço colapso econômico ou como resultado da desintegração dramática do Estado burguês, como consequência, por exemplo, de uma guerra perdida – o trabalho pode se libertar temporariamente destas restrições paralisadoras. (2014, p. 354)

Assim, embora o interesse material objetivo da classe trabalhadora possa ser deduzido de proposições mais básicas, e embora ele corriqueiramente se manifeste de modo fenomênico em conflitos distributivos, a transformação desse interesse objetivo em interesse subjetivo (isto é, em interesse consciente) encontra um sem-número de obstáculos *reais e ideológicos*. Os obstáculos reais são os interesses materiais concretos que a divisão do trabalho impõe à consciência imediata, decorrentes de necessidades (a manutenção do emprego, por exemplo) ou benefícios (uma maior renda, por exemplo) materiais. Os obstáculos ideológicos são os que impedem a percepção do interesse objetivo, naturalizando e legitimando na consciência a dominação e as formas políticas nela fundadas. Todavia, a percepção de que se integra uma classe com interesses específicos e contraditórios aos da classe burguesa é uma pré-condição à existência da *classe-em-si-e-para-si* – que, reiterando o que já foi dito, não é uma coletividade mítica agindo em harmonia, mas uma que, mesmo perpassada por contradições várias, vislumbra na burguesia um “inimigo comum” e age conjuntamente em defesa dos seus interesses próprios⁶⁰.

Resumindo o que se expôs nas últimas páginas, a consciência de classe, na perspectiva marxista, tem como elemento definidor básico a consciência de que se faz parte de uma classe com atributos próprios que a distinguem das demais, e que a fazem portadora de interesses materiais também próprios. Nessa esteira, Wright (2015a, p. 124) com tino avaliou que “A formação de classes é a formação de atores coletivos organizados em torno de interesses de classe, dentro de estruturas de classe; a luta de classes é a luta entre esses atores coletivamente organizados por interesses de classe; consciência de classe é a compreensão, por pessoas dentro de uma classe, de seus interesses de classe.” No nível mais avançado de consciência, o descrito como radical-ideológico por Löwy, esses interesses materiais podem ser sumarizados no interesse de deixar de ser explorada, para o que apenas a transcendência do capitalismo pode concorrer. *O cerne da consciência de classe revolucionária, portanto, reside na percepção da contradição estrutural entre o capital e o trabalho, insanável dentro dos marcos do capitalismo.* Para além disso, a normatividade ética da noção de consciência de classe atribuída (Lênin,

⁶⁰Leopoldo Waizbort (1998) faz uma confusa distinção entre Estado capitalista e Estado industrial, sendo este o Estado em que, embora persistam conflitos, o capital e o trabalho “*andam de mãos dadas*”. É bem de ver, no entanto, que a contradição básica entre capital e trabalho não exclui a possibilidade de comunhão de interesses específicos entre capitalistas e trabalhadores. Aliás, em conjunturas reacionárias, nas quais programas trabalhistas são subjugados pelo capital, a defesa de pontos de contato entre interesses de trabalhadores e capitalistas parece às vezes ser a linha política mais progressista factível.

Lukács) não tem respaldo direto na economia política de Marx, pertencendo à esfera da tática revolucionária – razão pela qual a consciência de classe pode assumir feições distintas em situações distintas.

Em divisão puramente esquemática, uma vez que as fronteiras que separam esses ambientes são elusivas, pode-se dizer que há causas “reais” e “ideológicas” para a lacuna entre interesses materiais subjetivos e objetivos. Na concepção de Marx, boa parte desse hiato é preenchida pela *ideologia*, que priva o trabalhador do contato com seus interesses reais últimos. A ideologia é uma das principais mediadoras da consciência e, dessarte, funciona como óbice à tomada de consciência de classe – ao menos segundo a sua conotação negativa típica. Por isso, cumpre abordá-la também brevemente, na esteira do propósito de se construir uma concepção dialética de classe.

2.2 As mútuas implicações entre consciência e ideologia

Ideologia é certamente um termo em voga, mas do qual, apesar disso, dificilmente se encontra uma definição rigorosa. O conceito foi cunhado originalmente na França por Antoine Destutt de Tracy nos últimos anos do século XVIII, logo após o período do Terror, e sua primeira conotação era eminentemente positiva. Tracy o formulou com teor laudatório e o imbuíu de forte significação liberal (o autor esteve preso por quase um ano durante a Revolução). O propósito declarado era o de criar uma “ciência das ideias”, valendo pontuar que a filosofia de Tracy também era tributária do empirismo de John Locke e, portanto, ele concebia as ideias como representações extraídas dos sentidos. Partidário do liberalismo, Tracy brandiu sua criação intelectual, a ideologia, contra Napoleão Bonaparte e o regime autocrático por ele capitaneado. Foi nesse momento que o termo ideologia adquiriu sua primeira conotação negativa, pois Napoleão passou a se referir pejorativamente a seus inimigos políticos liberais como “os ideólogos”.

No nascedouro, o termo ideologia não foi criado para se referir a um objeto material preexistente, mas a um campo do saber que seu criador pretendia ainda desenvolver. E assim, desde a origem, a falta de um claro objeto de referência próprio sempre acompanhou o termo. Modelado inicialmente com conotação positiva, foi logo deturpado por Napoleão, que lhe pegou carga negativa: em vez de uma “ciência das ideias” e apanágio dos liberais que lutavam contra o jugo napoleônico, a ideologia passou a representar simplesmente as crenças dos inimigos do regime.

A imprecisão conceitual do termo é tal que o filósofo inglês Terry Eagleton chegou a divisar (em *Ideologia: uma Introdução*) nada menos que 16 significados distintos. Já em 1929 o sociólogo húngaro Karl Mannheim (em *Ideologia e Utopia*) expunha a série histórica de significações distintas assacadas à palavra. Apesar disso, não parece haver incorreção ou exagero em afirmar que a teoria marxiana foi a que emprestou à ideologia um dos significados pelos quais o termo mais comumente é lembrado: o de *falsa consciência*. Marx não só exacerbou a conotação negativa do termo, como o relacionou intimamente à sua teoria de classe.

A noção marxiana de ideologia⁶¹ compreende os discursos e práticas que legitimam inconscientemente o modo de produção. No esquema conceitual de Marx, a ideologia é situada na superestrutura e não na base: ela é uma “projeção ideal” das relações de produção, e é necessária à manutenção destas. Como projeção das relações materiais sobre as quais se ergue, a ideologia molda virtualmente todos os aspectos da vida em sociedade (Althusser [1972, p. 94], por exemplo, defrontado com o alcance da ideologia, pontificou que “*o homem é por natureza um animal ideológico.*”) Na visão de Marx, a ideologia é formada por um sistema de valores e representações que deslocam as causas reais dos fenômenos sociais, erigindo um obstáculo à correta apreensão dos interesses materiais de classe. Ela é a expressão dos valores e interesses particulares das classes dominantes, formando-se quando esses valores e interesses perdem o aspecto da particularidade e reivindicam o status de universais – isto é, válidos para toda a sociedade. Portanto, ideologia significa, em Marx, o conjunto de discursos e práticas que representam a dinâmica dos processos sociais de maneira distorcida, impedindo que a classe dominada entre em contato com seus interesses materiais objetivos.

É mister sublinhar aqui que a ideologia, embora opere no nível superestrutural, *não é um mero produto da base*. Nos *Cadernos do Cárcere*, obra mais célebre de Gramsci, o autor classifica de “infantilismo primitivo” a pretensão de apresentar todas e quaisquer flutuações políticas ou ideológicas como mera expressão da infraestrutura. Com efeito, ainda que funcionalmente vinculada à perpetuação do interesse último consubstanciado na acumulação de capital, a ideologia propela a todo instante o desenvolvimento das forças produtivas e, junto a elas, a própria divisão do trabalho social. Para Mészáros,

[...] o que nos interessa no presente contexto é a verdadeira natureza do relacionamento entre o complexo historicamente específico das necessidades sociais e as várias manifestações cultural-ideológicas que emergem de sua base. Tal relacionamento tem determinações não unilateralmente mecânicas, e sim

⁶¹No verbete ‘Ideologia’ do *Dicionário do Pensamento Marxista*, Jorge Larrain, responsável pela definição, defende a existência de três fases na abordagem de Marx; apenas durante a segunda, no entanto (que é a fase na qual se compreende A Ideologia Alemã), ele teria se referido verbal e especificamente ao termo. Considerando a classificação de Larrain, só a segunda fase é aqui levada em consideração.

dialético-recíprocas, no âmbito das quais as práticas cultural-ideológicas rivais da época respondem *ativamente* e ajudam a articular as necessidades que proliferam na sociedade. Por meio de tal papel, elas intervêm crítica ou apologeticamente, com maior ou menor eficácia, no decorrer dos desenvolvimentos históricos e para a realização de algumas *potencialidades* de preferência a outras. (2014, p. 105)

O próprio Ser da ideologia é o amoldamento da consciência, do que advém que igualmente as preferências individuais – aqui se incluem tanto as preferências de consumo quanto as políticas – são o deságue do sistema de representações ideológicas assimilado pelo indivíduo. E o exercício dessas preferências gera necessidades que vão desenvolvendo as forças produtivas até o limite imposto pelas relações de produção vigentes; o desenvolvimento das forças produtivas, por sua vez, gera uma maior divisão do trabalho, que traz consigo novas possibilidades de determinações de classe a nível empírico, o que, a seu turno, porta novas possibilidades de discursos e práticas ideológicas⁶². Soma-se que a perspectiva marxista toma também a ciência como um discurso ideológico, e é ela a principal responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas (além de ser ela própria uma força produtiva)⁶³. Mais uma vez, não se pode perder de vista quando analisada a produção teórica de Marx o seu método dialético. Isso significa que qualquer interpretação da ideologia como uma determinação unilateral da estrutura é incorreta, pois esta é constantemente retroalimentada por aquela.

Também vale deixar claro que a ideologia não consiste apenas em um sistema conceitual ou discursivo, ela abrange igualmente as práticas materiais que o lastreiam ou que são seu corolário empírico. A vida de todos os indivíduos é vivida como a exigência de uma série de práticas que ou têm a função, direta ou indireta, de possibilitar a renovação contínua das relações de produção, ou às quais são atribuídos significados constrictos pelos valores dominantes vigentes. O aspecto material da ideologia, isto é, sua manifestação na *praxis* cotidiana dos indivíduos e grupos – embora inferido das obras de Marx – foi primeiramente iluminado por Gramsci, e posteriormente depurado por Althusser. Dirá este último (1972, p. 88-9), “[...] considerando apenas um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias da sua crença é material, porque as *suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais*

⁶²As “classes a nível empírico” são aquelas a que se referem os esquemas de classes utilizados em pesquisas quantitativas. Segundo Marx, “O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas se mostra objetivamente pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Uma vez que não se trata de simples extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas (aproveitamento de terras não cultivadas, por exemplo), cada nova força produtiva traz como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho.” (2006, p. 45)

⁶³Gramsci observou que “[...] também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer, contudo, que no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento, sobretudo após o século XVIII, a partir do momento em que a ciência ganhou um lugar à parte na opinião geral.” (1999, p. 175)

*materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito.” Os aparelhos ideológicos⁶⁴ de que fala Althusser operam prescrevendo rituais e práticas congruentes com a ideologia que perfilham, e que impregnam o comportamento individual e coletivo. O estruturalista franco-argelino argumenta também que “[...] o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença.” (ibidem, p. 90) Para Althusser (ibidem, p. 91), “*Só existe prática através e sob uma ideologia.*” A *praxis* social (as relações e comportamentos concretos de indivíduos e grupos), portanto, é desenvolvida sempre sob a égide de uma dada ideologia que determina sua função e significado. Nesse sentido, Wilhelm Reich (2015, p. 17) dirá que “A ideologia de cada agrupamento social tem a função não só de refletir o processo econômico dessa sociedade, mas também – e principalmente – de inserir esse processo econômico nas estruturas psíquicas dos seres humanos dessa sociedade.”*

Para difundir e normalizar os discursos e práticas ideológicos funciona o que Gramsci chamou de *aparelho hegemônico*, e Althusser de *aparelhos ideológicos do Estado*. O italiano pouco versou sobre o conceito em sua obra, mas há, todavia, uma clara correspondência com a categoria do franco-argelino. Para ambos os autores se trata das instituições de caráter em geral privado que, conquanto não pertençam à estrutura formal do Estado, assumem o papel marcadamente ideológico de produzir consentimento sobre a lisura dos mecanismos de dominação – ao passo que os órgãos estatais possuiriam uma função precipuamente repressiva. A ação combinada do *aparelho governamental-coercivo* com o *aparelho hegemônico*, para Gramsci⁶⁵, ou dos *aparelhos repressivos do Estado* com os *aparelhos ideológicos do Estado*, para Althusser, é o que garante a constância da submissão de uns indivíduos e grupos a outros. Assim, em que pesem as diferenças teóricas facilmente constatáveis entre as obras desses autores em outras áreas, eles convergem na defesa da tese de que a dominação de classe não depende somente dos meios repressivos: torná-la possível exige a produção do consentimento – ou, nas palavras de Gramsci, exige a “*combinação da força e do consenso*”. Também Nicos Poulantzas (2015, p. 27), que muito absorveu de seu contato com Althusser, advogou que “O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a

⁶⁴Althusser apresenta o seguinte rol não exaustivo de *aparelhos ideológicos de Estado* (AIE): o religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, o informacional e o cultural.

⁶⁵O funcionamento congruente do aparelho governamental-coercivo e do aparelho hegemônico compunha o que Gramsci chamou de *Estado ampliado* ou *Estado integral*. Essa noção corresponde à dialética de unidade-distinção entre a sociedade civil e o Estado *stricto sensu*.

violência ‘nua’, e, sim, lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público.” Logo, a manutenção da dominação não prescinde dos aparelhos ideológicos, que organizam e doutrinam as massas ao prover-lhes de discursos e normalizar práticas que legitimam as relações de produção subjacentes.

Já se rechaçou acima qualquer misticismo na postulação de um interesse material objetivo vinculado à classe: trata-se da conclusão necessária de uma série de premissas. Dentro do sistema teórico marxiano, dessarte, é válida a postulação de um interesse material objetivo classista. Mas deve haver uma causa para que o interesse objetivo não atinja o nível consciente, e, para Marx, a principal causa é a ideologia (sendo de bom alvitre repisar que, para o próprio Marx, ao contrário dos marxistas que o secundaram, a ideologia é um conceito *negativo*). É a ideologia que consagra o direito à propriedade privada dos meios de produção e constrói a representação harmônica dos interesses últimos das várias camadas de uma sociedade capitalista. Noutros termos, a ideologia cria uma barreira invisível à percepção do imanente antagonismo de classes. E, como ressalta Moscovici (2015, p. 52), “o que é invisível é inevitavelmente mais difícil de superar do que o que é visível.” A ideologia age modelando a consciência sem nunca se apresentar à consciência como tal. Destaca-se um fragmento de Althusser (1972, p. 101) que endossa essa tese: “O que se passa de facto na ideologia parece portanto passar-se fora dela. É por isso que aqueles que estão na ideologia se julgam por definição fora dela: um dos efeitos da ideologia é a *denegação* prática do carácter ideológico da ideologia, pela ideologia: a ideologia nunca diz ‘sou ideológica’.”

Com efeito, a ideologia implica a aceitação pelo indivíduo de um dado sistema de valores; e a aceitação exclui a imposição – mesmo porque é possível doutrinarem, mas impossível impor a alguém, pela força, a aceitação de uma ideia. O comportamento de um membro da classe dominada que promova os interesses da classe dominante pode decorrer de duas causas: a repressão, física ou psicológica, em face da qual o trabalhador se vê constrangido a acatar o que se lhe impôs; ou a ideologia, que é a mais sublime forma de sujeição, na exata medida em que ela afasta a própria percepção da sujeição⁶⁶. A ideologia só funciona se é livremente aceita pelo indivíduo. Na verdade, só é ideologia o sistema de ideias aceitas pelo indivíduo como *suas* ideias. Dito ainda de outra forma, ideologia exige mais que transigência: ela pressupõe a partilha das ideias entre dominador e dominado. Por isso Althusser escudou que a ideologia se refere a sujeitos livres, legitimando-se através da liberdade de ser ou não abraçada. Para o autor (1972,

⁶⁶É o que Steven Lukes, no clássico opúsculo *Power: a Radical View*, nomeia a *terceira dimensão* do poder, que se destina especificamente a impedir a percepção de um *conflito latente*. Vide nota nº 81.

p. 113), “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto, para que aceite (livremente) a sua sujeição, portanto, para que realize sozinho os gestos e os actos da sua sujeição. *Só existem sujeitos para e pela sua sujeição.*”

Apesar de seu subsídio teórico, o conceito marxiano de ideologia não é contemporaneamente o mais louvado nas ciências sociais, na medida em que ele pressuporia uma cisão entre “verdadeira” e “falsa” consciência. A “verdadeira consciência proletária” é aquela que, não obnubilada pela ideologia, pode apreender o ser de classe proletário e, conseqüentemente, seu interesse material objetivo. *A contrario sensu*, a “falsa consciência” é aquela perturbada pela ideologia, que toma por universais os interesses materiais particulares da classe dominante. A principal crítica à noção de ideologia em Marx reside aí: na implícita suposição da existência de um ponto científico não ideológico do qual seja possível criticar todas as outras formas de consciência⁶⁷. Paul Ricoeur, Pierre Bourdieu e Michel Foucault foram apenas três dos vários nomes de peso dentro do próprio espectro político da esquerda que refutaram a noção marxiana por esse motivo (KONDER, 2002).

Se é eliminada, no entanto, a alusão a uma “falsa” consciência, deixando-se de lado também a possibilidade de um entendimento “verdadeiro”, e compreendida a ideologia mais propriamente como uma *visão parcial e enviesada da realidade*, as objeções à validade do termo são sensivelmente reduzidas. Decerto a própria definição da verdade já é um problema insolúvel, pelo que o “conhecimento verdadeiro” só pode resultar uma quimera⁶⁸. Porque é impossível um consenso sobre a verdade, os fatos sociais são efetivamente *interpretações* condicionadas por representações sedimentadas previamente (é óbvio que a validade dessas interpretações é constricta por algumas barreiras lógicas, de bom senso etc., não se podendo simplesmente concluir qualquer coisa a respeito de um mesmo evento). Por serem efetuadas sobre representações previamente absorvidas, as interpretações dos fatos sociais podem dar ou negar respaldo a interesses particulares. Extirpando-se a dicotomia entre verdadeira ou falsa consciência, é nisto em que consiste a ideologia de uma perspectiva marxiana: *a incapacidade de vincular discursos e práticas a interesses materiais particulares*. Refletindo sobre a interferência ideológica no processo político, com base na perspectiva marxiana, Leandro Konder observa

⁶⁷O que, a propósito, é contraditório com a defesa de que até mesmo a ciência é também uma ideologia.

⁶⁸Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci defende a particularidade do marxismo como discurso ideológico, à medida que ele abraça sua própria contingência histórica. Isso leva o autor a execrar como “*uma ideologia no pior sentido*” qualquer postulação de uma “verdade absoluta”.

que “A política é levada, assim, a lidar com duas referências contrapostas, legitimando-se através da universalidade dos princípios e viabilizando-se por meio das motivações particulares.” (2002, p. 248)

A possibilidade de reprodução de uma ordem social desigual não pode apoiar-se simplesmente na coerção física (embora esse seja um instrumento do poder imprescindível e também comumente utilizado), na medida em que isso ensejaria um estado de coisas no qual os próprios benefícios das camadas sociais superiores seriam relativamente menores. O custo da perpetuação de uma ordem desigual pela pura violência é maior, e traz muito maior instabilidade, com riscos à posição ocupada pelos detentores do poder. É bem mais vantajoso para eles que seu poder seja legitimado socialmente, isto é, que ele seja amplamente percebido como justo – mesmo porque um poder justo é um poder duplicado. Vale lembrar, na esteira do que preconizou Weber, que o prestígio, por si mesmo, é também um recurso socialmente desejável. E quem domina apenas com base na violência certamente dispõe de muito menos prestígio que aquele que domina com base em um discurso legitimador. Jessé Souza (2017, pos. 7546) notou que “Um membro das classes privilegiadas não pode e não quer aparecer como um canalha que se aproveita dos mais fracos socialmente para explorar seu trabalho. Ele tem de se referir a ‘normas morais’, como o mérito, por exemplo, para fundamentar seu discurso e sua ação na sociedade.” Por sua vez, Weber expõe em brilhante passagem que

Os destinos dos seres humanos não são iguais. Os homens são diferentes em suas condições de saúde e riqueza ou status social ou o que seja. A simples observação demonstra que em todas essas situações aquele que é mais favorecido sente a incessante necessidade de olhar para sua posição como “legítima” de alguma forma, para sua vantagem como sendo “merecida”, e as desvantagens dos outros sendo provocadas pela “culpa” destes mesmos. Que as causas puramente acidentais da diferença possam ser sempre tão óbvias não faz nenhuma diferença. (*On Law in Economy and Society*. In: STANLEY, 2018, pos. 78)⁶⁹

Além disso, a coerção como método primário de domínio cria obstáculos à própria acumulação de capital, pois instabilidades afastam investimentos. Por isso, o poder econômico se consolida com a correspondência das suas formas no poder simbólico; isto é, a classe dominante deve ter seu poder econômico legitimado socialmente, para o que ela igualmente dispõe do poder simbólico que fornece uma justificativa ética à sua dominação. A ideologia, nesse registro, funciona como um sistema produtor de consentimento. De acordo com Marx,

⁶⁹No original: “*The fates of human beings are not equal. Men differ in their states of health and wealth or social status or what not. Simple observation shows that in every such situation he who is more favored feels the never ceasing need to look upon his position as in some way “legitimate,” upon his advantage being “deserved,” and the other’s disadvantage being brought about by the latter’s “fault.” That the purely accidental causes of the difference may be ever so obvious makes no difference.*”

As ideias [*Gedanken*] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual, as ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são, dessa forma, as ideias de sua dominação. (2006, p. 78)

Difícilmente poderia haver controvérsia quanto à proposição de que aqueles que dispõem de acesso privilegiado a recursos socialmente valorizados têm um interesse real em justificar sua posição, não apenas porque ela depende disso, mas igualmente porque os próprios detentores do poder constroem suas identidades em torno de discursos que os representam como “os melhores” (o que lhes garante maior prestígio, segundo Weber, ou capital social, segundo Bourdieu). A ideologia dominante não é apenas um sistema deliberadamente criado para manipular e ocultar as reais fontes do poder, conquanto seja parcialmente também isso; ela é a crença sincera da classe dominante de que o seu regime é o melhor para todos. Ou seja, não há um interesse, pela classe dominante, de disseminação dos seus ideais apenas como uma ferramenta de domínio; ela efetivamente crê na verdade das suas crenças sociais, políticas e econômicas. Isso tudo conflui para um interesse real e imediato da classe dominante em respaldar seu domínio sobre pilares de legitimidade; e essa legitimidade requer o afastamento da perspectiva da exploração – termo que carrega em si mesmo, semanticamente, uma pesada carga depreciativa (WRIGHT, 2015a).

Logo, *o discurso ideológico é aquele que representa como interesse social um interesse particular de classe* (KONDER, 2002). Nesse sentido, em *A Ideologia Alemã*, Marx argumentou que

[...] toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a forma antiga de sociedade e de dominação em geral, deve primeiro conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento. (2006, p. 61)

À frente, ele acresce que

[...] cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade; ou seja, para expressar isso em termos ideais, é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las com as únicas racionais e universalmente legítimas. (2006, p. 80)

A ideologia seria encontrada, assim, na extrapolação do particular para o universal. Como consequência dessa extrapolação, é negada a percepção da existência de um conflito básico de interesses materiais entre a classe dominante e a dominada. Note-se, aliás, que Marx afirmou explicitamente que essa característica é inerente à dominação de classe em qualquer fase histórica, ainda que se trate da dominação do proletariado (na fase transitória que ele chamou de ditadura do proletariado)⁷⁰.

Mesmo que se desassocie a ideologia da noção de “falsa” consciência, porém, para Marx só é ideológico o sistema de símbolos e práticas que legitimam o poder da classe dominante – pelo que não faria sentido falar em uma “ideologia proletária” na vigência do capitalismo. Não há dúvida de que ideologia em Marx é um termo de conotação essencialmente negativa⁷¹. Todavia, apesar de seus manuscritos datarem de 1846, *A Ideologia Alemã* (principal trabalho de Marx sobre o tema) só teve sua primeira publicação em 1932. *Por isso, a primeira geração de autores marxistas, dentre os quais Lênin, Kautsky, Bernstein e Gramsci, nunca teve acesso à obra*. Responsável pelo verbete “Ideologia” do *Dicionário do Pensamento Marxista*, Jorge Larraín relata que

Pouco depois da morte de Marx, o conceito de ideologia começou a adquirir um novo significado. A princípio não perdeu necessariamente a sua conotação crítica, mas surgiu uma tendência a colocar esse aspecto em segundo lugar. Os novos significados tomaram principalmente duas formas, ou seja, uma concepção da ideologia como a totalidade das formas de consciência social – que passou a ser expressa pelo conceito de ‘superestrutura ideológica’ – e a concepção da ideologia como as ideias políticas relacionadas com os interesses de uma classe. (2001, p. 185)

Eduard Bernstein foi o primeiro a questionar se não seria o próprio marxismo também uma ideologia. Entretanto, foi Lênin que consolidou essa possibilidade de significação do termo: ele expressamente afirmou a correspondência essencial entre uma classe e sua ideologia e, em

⁷⁰De acordo com Mauro Iasi, são os seguintes os elementos distintivos da noção de ideologia para Marx: “ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias; ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificação; ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais.” (2011, p. 80-1)

⁷¹Para Jorge Larraín, “a crítica de Marx e Engels procura mostrar a existência de um elo necessário entre formas ‘invertidas’ de consciência e a existência material dos homens. É essa relação que o conceito de ideologia expressa, referindo-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. *Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta uma clara conotação negativa e crítica.*” (2001, p. 184, grifo acrescido)

Que Fazer, colocou a alternativa entre a ideologia burguesa ou a socialista. Nesse sentido, haveria para Lênin tanto uma ideologia burguesa quanto uma proletária⁷² – o que, em termos estritamente marxianos, seria incorreto. Larrain destaca que

Numa situação de confrontação de classes, a ideologia parece estar ligada aos interesses da classe dominante e sua crítica aos interesses das classes dominadas; em outras palavras, a crítica da ideologia da classe dominante é realizada a partir de uma posição de classe diferente, ou – por extensão – de um diferente ponto de vista ideológico. Portanto, para Lenin a ideologia torna-se a consciência política ligada aos interesses de cada classe; em particular, ele dirige sua atenção para a oposição entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista. Com Lenin, portanto, o processo de transformação do significado da ideologia chega ao seu ponto culminante. A ideologia já não é mais uma distorção necessária que oculta as contradições tornando-se, em lugar disso, um conceito neutro relativo à consciência política das classes, inclusive da classe proletária.

A concepção de Lenin passou a ser a mais influente e desempenhou um papel crucial nas novas contribuições sobre o tema. Isso fica evidente na produção de Lukács, por exemplo, que, desde os primeiros ensaios, emprega as palavras ideologia e ideológico para referir-se tanto à consciência burguesa como à proletária, sem considerar implícita uma necessária conotação negativa. (ibidem, p. 185-6)

Gramsci, por sua vez, utiliza o termo ideologia em dois sentidos principais: o primeiro corresponde ao que Larrain chamou de “superestrutura ideológica”, englobando a totalidade da consciência social, o terreno amplo onde são formadas todas as consciências individuais e grupais, o lugar de constituição das subjetividades; o segundo, a um determinado sistema de representações ideais que, embora contenha elementos políticos, não se referem apenas à política. Assim, a ideologia pode ser tanto o campo total onde se opera a formação da consciência (sentido amplo) quanto um sistema de representações particulares inserido nesse campo (sentido restrito). Tanto em um quanto em outro aspecto, para Gramsci a ideologia não é mera projeção das relações de produção, compreendendo também elementos que as contradizem – mesmo quando se cuide da ideologia dominante. Gramsci articula o conceito de ideologia intimamente com o de *hegemonia*, que é a forma socialmente legitimada da ideologia da classe dominante – e, portanto, uma expressão ideal da dominação perpassada por elementos contraditórios. Ao passo que se inseria no que Gramsci chamou de *sociedade civil*, a hegemonia era a expressão ideológica do domínio político, e um pressuposto da sua reprodução⁷³. Ao discorrer sobre a categoria, Anne Showstack Sassoon aponta que

A hegemonia, como é possível argumentar, não se reduz a legitimação, falsa consciência, ou instrumentalização da massa da população, cujo ‘senso

⁷² Permanecendo fiel à concepção leninista, Poulantzas (1979, p. 302) dirá que “Ideologia não é algo neutro na sociedade: as únicas ideologias são ideologias de classe.” [No original: “Ideology is not something ‘neutral’ in society: the only ideologies are class ideologies.”]

⁷³Vide nota nº 65.

comum' ou visão do mundo, segundo Gramsci, é composto de vários elementos, alguns dos quais contradizem a ideologia dominante, como aliás grande parte da experiência cotidiana (Piotte, 1970). O que uma ideologia hegemônica, dominante, pode propiciar é uma visão do mundo mais coerente e sistemática que não só influencia a massa da população, como serve como um princípio de organização das instituições sociais. A ideologia, a seu ver, não reflete ou espelha simplesmente o interesse da classe econômica, e neste sentido não é um 'dado' determinado pela estrutura econômica ou pela organização da sociedade, mas sim um terreno de luta. A ideologia organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e prática sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas (Mouffe, 1979). (in Bottomore, 2001, p. 178)

Entretanto, o significado de ideologia mais utilizado nas ciências sociais (que corresponde parcialmente ao do senso comum) dimana de uma ampliação de escopo da definição inicial de Lênin. Nessa ótica, ideologia refere-se ao conjunto de valores, crenças e programas de um determinado grupo político. Em relação a Lênin, nota-se que essa definição perde o vínculo específico com a classe, à medida que pode haver várias ideologias internas a uma mesma classe. Com efeito, pode haver tantas ideologias quantos coletivos políticos distintos. Estanque, por exemplo, fornece uma definição bifronte do conceito, levando em conta o aspecto marxiano da legitimação da dominação e o vínculo entre ideologia e discurso político programático:

A noção de “ideologia” é aqui usada em dois sentidos distintos: por um lado, num sentido político, como sistema de crenças e ideias programáticas ao serviço de um grupo ou partido político; por outro lado, num sentido sociológico mais abrangente, em que a ideologia corresponde a um discurso normativo que se traduz em práticas, valores e códigos tendentes a naturalizar e legitimar uma dada ordem ou relação de poder. Nesse caso, a ideologia é um olhar parcial e distorcido sobre o mundo real, visto que apresenta apenas o lado mais conveniente (do ponto de vista de um interesse particular) da realidade ou do problema em causa; normalmente favorece o grupo hegemônico, na medida em que constrói uma perspectiva que serve a seus interesses e que os “justifica”. Contudo, só se trata efetivamente de ideologia quando ela é incorporada por setores sociais exteriores a esse grupo ou classe privilegiada, tornando-se assim um poderoso mecanismo de consentimento e aceitação, no mesmo sentido da frase atribuída ao ativista sul-africano Steve Biko: “a maior arma do opressor é a mente do oprimido.” (2015, p. 46)

Cotejadas essas concepções de ideologia dentro do campo marxista, um dado sobressai: para o próprio Marx, *a consciência de classe é anti-ideológica*; para marxistas posteriores, *há uma ideologia proletária que se identifica com a consciência de classe* (IASI, 2011). A perspectiva marxiana é a de que a consciência de classe implica a superação da ideologia; a de autores marxistas é a de que a consciência de classe é uma forma de ideologia específica⁷⁴.

⁷⁴Na acepção leninista do termo, uma “ideologia operária” se identifica com a própria consciência de classe, ao passo que a “ideologia burguesa” seria a negação, para os trabalhadores, dessa consciência.

Fica claro que, embora se possa extrair uma noção primária de ideologia da obra de Marx, os próprios marxistas estão longe de atingir um consenso sobre o significado exato do termo. Todavia, importa ter em mente que os autores dessa tradição – ainda que não atribuam conotação essencialmente negativa ao termo – veem na ideologia um sistema que conforma os valores, representações e práticas do indivíduo. Assim, fale-se da ideologia em aspecto negativo, como Marx, ou neutro, como Lênin, ela possui uma espécie de conteúdo mínimo equiparável à expressão *forma de consciência*. É a ideologia absorvida pelo indivíduo que lhe determinará as formas de consciência específicas, ou seja, os instrumentos conceituais e axiológicos por meio dos quais se dará a interpretação dos fenômenos sociais e a interação prática com o ambiente. E é a ideologia, também, que possibilitará ou negará, no limite, a formação da consciência de classe. *Sendo a consciência de classe um elemento constitutivo da própria classe, portanto, a ideologia é um fator determinante na conformação da classe*⁷⁵.

2.3 A concepção dialética de classe

Doravante se depara a seguinte questão, normalmente posta em forma dicotômica: *a classe é uma estrutura social ou uma formação histórica?* Para uma concepção dialética que registre mais apuradamente os meandros da categoria, pensamos que a classe real é um híbrido entre as duas: ela é tanto uma realidade objetiva, determinação das relações de produção por meio das quais se reproduz o metabolismo social – e, portanto, *um elemento da estrutura social* –, quanto um agregado que depende da ação concertada dos indivíduos, de suas consciências subjetivas – sendo assim também *uma formação histórica*. Como observa Markert, “A teoria dialética de classe tem a tarefa de mediar as condições sociais cotidianas com a estrutura econômica de classe e o agir social consciente.” (2002, p. 26)

Já foi antes esclarecido que a classe é uma realidade objetiva (e não apenas um construto teórico) formada pelo complexo de fatores materiais que condicionam sobretudo a trajetória e a consciência do indivíduo. Essa realidade objetiva, outrossim, gera interesses materiais potenciais não compartilhados por outras classes – interesses que, justamente por serem potenciais, podem ou não atingir o nível da consciência. A seu turno, os indivíduos guiados pelas suas consciências podem agir de forma a transformar a estrutura de classes na qual se inserem – na verdade, ainda que ajam em conformidade com essa estrutura (e não contra ela), a ação dos

⁷⁵O comentador Guido Liguori afirma que Gramsci entendia “[...] a ideologia como elemento necessário à ação transformadora coletiva, e a consciência como o centro dessa transformação.” (2017, p. 141)

indivíduos leva ao desenvolvimento das forças produtivas, o que gera maior divisão do trabalho e a ampliação da possibilidade de fragmentação do proletariado como classe básica.

Sem embargo, a classe como realidade objetiva ordinariamente não basta para engendrar uma afinidade política entre os seus membros. No caso da classe considerada no nível mais abstrato (a “classe-que-vive-do-trabalho” de que fala Antunes), então, essa afinidade exige uma especial situação de crise socioeconômica para ser plausível, pois somente em tal conjuntura pode-se reconhecer um “inimigo comum” na burguesia. Mas a existência objetiva da classe não é condicionada à produção de afinidades políticas setoriais. As preferências políticas são construídas a partir de uma profusão de critérios superpostos, e cada nova conjuntura pode não só adicionar novos critérios, mas igualmente reduzir ou aumentar o peso relativo de cada um deles. E mais, a fixação das preferências políticas depende da conformação do sistema partidário no qual elas se projetam (no caso do voto). A existência da classe como uma realidade em si, portanto, não pode ser aferida somente a partir da coerência política interna de seus membros.

Mas se a classe é uma realidade em si, ela não deveria ser capaz de produzir resultados previsíveis? Como afirmar a existência das classes quando não é possível distinguir uma correlação entre elas e as preferências políticas? Ainda que supuséssemos que há um esquema teórico ideal que consiga captar perfeitamente as cisões de classe em uma dada sociedade, e, além disso, que os instrumentos de pesquisa utilizados possuem eficácia máxima – isto é, estabelecem sem erro a posição de classe dos respondentes –, as preferências políticas dos membros de uma mesma classe poderiam oscilar amplamente. Conquanto a classe seja uma variável independente basal, imiscuindo-se em outras tantas variáveis intervenientes (o exemplo mais óbvio é o da educação), e embora ela determine as condições materiais em que se formará a consciência do indivíduo, muitas vezes não é possível configurar uma relação de causalidade direta entre classe e preferência política. É da natureza das classes, com suas contradições (intra e interclasses), a provisoriedade dos arranjos de preferências que se formam. Quanto mais fragmentadas as condições reais de vida no interior das classes, maior será a probabilidade de que se encontrem preferências políticas aleatórias no seu bojo (aleatórias nos termos da própria classe). As contradições internas do sistema (HARVEY, 2016) se manifestam tanto nos conflitos entre as classes como na própria competição entre os membros de uma mesma classe. As preferências políticas, por sua vez, respondem ao movimento dessas contradições em que se imiscuem as classes: elas podem tender à esquerda ou à direita do espectro político, ou, ainda, não apresentar nenhuma tendência momentaneamente reconhecível.

Vale aqui realçar que as preferências políticas podem ser medidas de diversas formas; para o objeto do presente estudo, entretanto, importa-nos somente o *voto*⁷⁶. Nas democracias liberais, o voto é a medida das preferências políticas por excelência, mesmo porque ele é funcionalmente enleado ao preenchimento de cargos públicos e à opção dentre o estoque de políticas públicas disponíveis. Por suposto, ao depositar seu voto, todo indivíduo tem consciência da sua opção; e, ainda que não consiga articular um discurso coerente acerca das razões que fundamentam essa opção, ela será sempre, necessariamente, uma opção consciente (no sentido de que o votante sabe em quem vota, não no sentido de “uma boa escolha”). Logo, a preferência política manifesta no voto será sempre uma preferência consciente. E isso gera um novo questionamento: posto que tenha consciência do seu voto, o indivíduo tem consciência do caminho lógico que percorreu até ele? É seguro afirmar que boa parte dos indivíduos não a tem (ou não a tem de maneira coerente, conforme defendido por Reis e Castro [1992] e Almeida [1998]), assim como certamente não tem consciência de todos os fatores atuantes na sua trajetória remota ou próxima que culminaram na preferência manifestada. Com efeito, é impossível até para os mais críticos estabelecer uma relação de causalidade entre as suas preferências e seus valores, de um lado, e o conjunto das experiências que vivenciou desde a infância, do outro – mesmo porque, salvo peculiares exceções, a memória não atinge os primeiros anos da infância, que são, contudo, fundamentais para o desenvolvimento e sedimentação do sistema axiológico que impregnará o comportamento do indivíduo pelo resto da sua vida.

Isso tudo significa que afastar o véu da experiência, da realidade imediata, para alcançar os fundamentos profundos da estrutura social vigente exige apurado conhecimento teórico, algo que não é dado à massa. Excluída a possibilidade de disseminação desse conhecimento teórico, apenas uma vivência que exponha os conflitos de interesses materiais interclasses pode engendrar a consciência radical-ideológica, ou mesmo a consciência sindical. Dito de outra maneira, é necessária à construção da consciência de classe uma forma de experiência coletiva que desnude os mecanismos de exploração pelos quais uma classe se beneficia à custa do trabalho de outra. Para isso, além de uma situação de crise política ou econômica que gere insatisfação generalizada e abale os pilares de legitimidade da elite, é preciso que os discursos e práticas sociais estejam arrançados de maneira a possibilitar o vislumbre do conflito material – nada impede que as crises cíclicas do capitalismo fomentem ideologias que constroem a representa-

⁷⁶O sociólogo dinamarquês Gøsta Esping-Andersen, que elaborou um esquema de classes próprio, defende que a conformação das classes é resultado também das instituições às quais elas se sujeitam. Nesse sentido, a forma institucional de manifestação da preferência política – o voto – pode conformar a preferência mesma.

ção de um inimigo que não se corporifica numa classe, mas em categorias tais quais os imigrantes, os criminosos, os políticos profissionais, dentre outras; a hodierna ascensão de partidos com orientação neofascista exemplifica bem essa assertiva⁷⁷.

Cumpra esclarecer, ademais, que o estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho que as acompanha é completamente diferente dos que vigoravam até meados do século XX, antes da chamada terceira revolução industrial. As formas contemporâneas de trabalho, na esteira da ideologia individualista dominante, preconizam a autonomia, a “flexibilidade”, a terceirização, o trabalho temporário e/ou intermitente, dentre outras, que dificultam e por vezes impossibilitam a convivência continuada que deixava patente a similitude de condições de vida entre trabalhadores de uma mesma categoria ou classe, promovendo a identificação dos seus interesses. Como consequência, Ferraz acentua que “A crise do contrato de trabalho clássico no mercado de empregos serve para engrossar o coro daqueles que argumentam pelo fim da ‘classe operária’.” (2009, p. 277)

De fato, a velha figura do operário de “chão de fábrica” é cada vez mais obsoleta: o setor secundário (industrial) é o maior favorecido pelo desenvolvimento das forças produtivas, o que elimina milhões de postos de trabalho em virtude da automação da produção; a produtividade industrial aumentada libera um contingente de mão de obra que será apenas em parte absorvido pelo setor terciário (serviços). A liberação desse contingente, além de elevar o nível de desemprego estrutural e acarretar a precarização das formas de prestação laboral, ocasiona um inchaço do setor terciário, onde os processos de trabalho tipicamente privilegiam a competição interindividual em detrimento da colaboração. Segundo o economista Ha-Joon Chang,

É indiscutível que uma proporção muito menor de pessoas nos países ricos trabalha hoje em fábricas do que trabalhava antigamente. Houve uma época no final do século XIX e início do século XX na qual, em alguns países (particularmente na Grã-Bretanha e na Bélgica), cerca de 40% das pessoas empregadas trabalhavam na indústria manufatureira. Hoje, esse coeficiente é, no máximo, de 25%, e em alguns países (especialmente nos Estados Unidos, no Canadá e na Grã-Bretanha) ele mal chega a 15%.

Com um número tão menor de pessoas (proporcionalmente) trabalhando em fábricas, a natureza da sociedade mudou. Somos em parte formados pelas nossas experiências de trabalho (um ponto que a maioria dos economistas deixa de reconhecer), de modo que onde trabalhamos influencia quem somos. Em comparação com os operários de fábricas, os funcionários de escritório e os vendedores de loja fazem muito menos trabalho físico e, por não precisar trabalhar com as correias transportadoras, têm mais controle sobre o

⁷⁷Ferraz entende que “É preciso aqui resgatar, de fato, o lugar da política na teoria marxista. Isso porque sem o primado da transformação política, as possibilidades colocadas no terreno da economia não necessariamente se realizam (Boito Jr, 2003, p. 199). Não há automatismo no desenvolvimento histórico. Ele não pode ser alavancado somente pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção, como pretendem os teóricos do marxismo economicista.” (2009, p. 285)

processo do seu trabalho. Os operários de fábrica cooperam mais estreitamente com os colegas durante o trabalho e fora dele, especialmente por meio de atividades sindicais. Em contraposição, as pessoas que trabalham em lojas e escritórios tendem a trabalhar de uma maneira mais individual e não são muito ligados a sindicatos. Os vendedores de lojas e alguns funcionários de escritório interagem diretamente com os clientes, ao passo que os operários de fábrica nunca veem os seus clientes. (2013, p. 135-6)

Apercebendo-se desse mesmo fenômeno, Waizbort destaca que

Um dos pontos que explica a perda da centralidade da categoria do trabalho, como diz Offe, é o fato de que a esfera da produção parece estar perdendo sua importância enquanto determinante na estrutura da sociedade. O setor secundário parece diminuir suas necessidades de trabalhadores, enquanto o setor terciário é o setor que se amplia. E o “trabalho”, as categorias que ele implica e nas quais ele se deixa circunscrever não se aplicam tão clara e adequadamente ao terciário como ao secundário. A identidade que o trabalho classicamente fornecia dizia respeito sobretudo ao trabalho industrial, e frente à “prestação de serviços” ela se torna rala e, ao mesmo tempo, opaca. O trabalho torna-se como que “difuso”. (1998, p. 72)

As novas formas da divisão do trabalho acarretam novas formas de socialização, de representações e de ação coletiva. Nesse sentido, Estanque afirma que

[...] a velha luta de classes que havia sido incubada nos grandes polos de concentração industrial, com especial relevo para as indústrias têxtil, siderúrgica e metalomecânica, foi cedendo lugar a subjetividades, atitudes, comportamentos e padrões de vida mais marcados pelo individualismo, pela adaptação e pelo consumo. Hegemonia e alienação, na ótica marxista; oportunidades e meritocracia, na ótica do liberalismo. (2015, p. 53)

À mudança na composição da força de trabalho, como empecilho à tomada de consciência de classe, soma-se a queda da União Soviética e do chamado “socialismo real” no leste europeu, o que simbolizou a perda de um paradigma de confrontação de modelos de sociedade. Ainda que se dispute a qualificação socialista desses países, sua mera existência e a oposição institucional aos Estados capitalistas fornecia a possibilidade de vislumbre de uma “outra sociedade”, o que o discurso hegemônico – como no célebre vaticínio de Francis Fukuyama acerca do “fim da história” – ora busca exorcizar. Soma-se, ainda, a mudança programática dos partidos políticos, que tendem a se afastar dos polos do espectro ideológico e a confluir no centro – como já prenunciado por Anthony Downs⁷⁸ –, o que atua também como fator causal do rearranjo das preferências manifestas no voto.

Esses elementos são apenas alguns dos que contribuem para a dificuldade de se construir a consciência de classe a partir de um paradigma de confrontação, isto é, de oposição entre interesses materiais classistas. Com isso, efetivamente mostra-se espinhoso o caminho para o

⁷⁸É necessário indagar se essa conclusão permanece válida para a segunda década do século XXI, pródiga em exemplos de radicalização política.

desenvolvimento e a radicação de uma consciência de classe que abarque a totalidade do proletariado. A classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2018) depara assim óbices de árdua ultrapassagem para a autorrepresentação como corpo único – embora isso não denote a homogeneidade de interesses parciais, como já dito amiúde. Vale ressaltar, porém, que tanto quanto a história a consciência de classe não progride linearmente até seu nível mais avançado: ela retorna a posições já superadas, abraçando elementos que posteriormente voltará a abandonar; nesse caminho, todavia, os elementos recuperados de um estágio anterior nunca assumem as mesmas feições, incorporando formas atuais e, inclusive, vislumbres de formas futuras. Por isso, Mauro Iasi pontua que, “Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente as formas que abandonou.” (1999, p. 14)

Logo, a base para a afinidade política entre os membros de uma classe, qual seja, a consciência de classe, acha-se seriamente emperrada por uma série de fatores reais e ideológicos. Mas isso não quer dizer – como defendem alguns autores – que a classe tenha perdido importância na definição das preferências individuais. O Ser de classe não é uma mônada estática, mas um sistema complexo em perene intercâmbio. Assim, concordamos com Iasi quando afirma que a classe, mais que um fenômeno que possa ser apreendido a cada instante nas suas particularidades, é um *processo*⁷⁹. Como observou o autor, “A dialética é a tentativa de captar o movimento das coisas e dos fenômenos, mas, se a teoria apreende este movimento em um conceito fixo, acaba por matar exatamente aquilo que queria compreender: o movimento.” (2012, p. 330) Além disso, escudou que “[...] o ser de classe encontra-se em um movimento, em um processo de totalização, no interior do qual passa por vários momentos nos quais se expressa de formas diferentes. Assim, não existe, em princípio, um conceito de classe pelo simples fato de que, nesta visão, a classe não é um estado fixo a ser definido.” (ibidem, p. 329)

Sendo a consciência de classe um dos determinantes da própria classe, aquele que atua na instância subjetiva da sua conformação, Iasi (2012) defende que não existe uma essência prévia da classe; sua essência é o processo mesmo pelo qual ela se torna o que é⁸⁰. (Interessante

⁷⁹Assim como a consciência é também um processo. Gramsci já broquelara tese idêntica.

⁸⁰A seguir, outros fragmentos da obra de Iasi, extraídos de *Ensaio sobre Consciência e Emancipação* (2011), elucidativos do seu conceito dialético de classe: “[...] para Marx a forma com que as classes atuam no campo concreto da história, a consciência que representam em cada momento, são fatores determinantes de seu caráter.” (p. 108); “a consciência e a ação são, também, fatores que constituem a determinação de classe” (p. 109); e “Sendo verdade que a classe também se define por sua ação, ou mais precisamente, que essa ação conforma a classe numa perspectiva ou em outra, como afirma Przeworski, uma direção política pode conformar a ação da classe trabalhadora em limites de acomodação que faz com que a contradição se expresse em outros polos do todo social. E isso pode acontecer ainda que não seja na forma de movimentos organizados, como no caso do MST, mas de forma caótica, como no fenômeno da criminalidade, do tráfico e outros.” (p. 120)

notar que essa definição dinâmica retoma o milenar embate entre as concepções de Parmênides, para quem o Ser é uma unidade imutável, e de Heráclito, que substitui o conceito de Ser pelo de Devir, um perpétuo “tornar-se”.) O desenvolvimento da luta de classes relaciona-se intimamente com o patamar de consciência de classe atingido em um dado momento histórico. Em verdade, elas se fomentam reciprocamente: quanto maior o nível de consciência classista, mais acirrada será a luta de classes; em sentido contrário, quando arrefecida a luta de classes, a noção marxista de conflito material perde espaço, as barreiras entre as classes se diluem e elas passam a mostrar-se como um simples *continuum*. Mas a aparência de harmonia (que se dá especialmente em épocas de crescimento econômico) não anula a luta de classes, cujo desenvolvimento continua de maneira velada. A categoria *luta de classes* não se restringe à luta *aberta* de classes. Por isso Ferraz arrazoa que

A concepção de que as classes só existem em um tipo de luta de classes – a luta aberta – toma como principal referência as sociedades onde o exercício da força era o principal instrumento de manutenção da ordem e onde as iniciativas de alteração da condição operária e da exploração resultavam quase sempre em conflito e sublevações. Essa é situação verificada nos estados europeus durante o século XVIII e XIX e na Rússia do período pré-revolucionário, seja pré 1905 ou no pré 1917. Ainda assim, mesmo nessas sociedades, a luta aberta também significou a culminância de processos protagonizados por agentes sociais formados em conflitos e antagonismos anteriores. As classes, portanto, já tenderiam a existir antes mesmo da luta aberta. Em outros termos, a luta aberta só ocorreu porque as classes já existiam. Assim, o problema pode ser colocado de outra forma: as lutas de classes representam a culminância de um longo processo anterior de antagonismo entre classes sociais pré-existentes. (2009, p. 299)⁸¹

Os estágios históricos da luta de classes dependem do nível de consciência de classe vigente naquele dado momento. Como determinante subjetiva da classe, portanto, cada um desses momentos da consciência de classe se reflete numa conformação específica da própria classe, como enfatiza Iasi:

Os positivistas que insistem na pergunta “o que é classe social” se desorientam diante do movimento em que a classe não é, torna-se. Aquilo que aparece como duas essências diversas e confunde os analistas nada mais é que os momentos do ser da classe em movimento, de modo que a classe não é somente a condição comum partilhada pela posição comum no interior de certas relações sociais de produção (o que aproximaria o conceito da concepção weberiana de “situação de classe”) ou um sujeito histórico numa ação decisiva em que se apresenta como universalidade. Entendendo a classe como universalidade histórica, não a reconhecemos quando de sua manifestação cotidiana fragmentada, subordinada ao capital, pulverizada em interesses pessoais e imersa na serialidade. Compreendendo-a como esta manifestação imediata e

⁸¹Neste ponto é de grande relevância a obra *Power: a Radical View*, de Steven Lukes, onde o autor expõe as três dimensões do poder com base em três dimensões do conflito: o conflito *aberto*, o conflito *oculto* e o conflito *latente*.

fragmentada, não a reconhecemos quanto irrompe no cenário histórico como sujeito revolucionário em formação. Na metáfora hegeliana sobre a flor, o ser da rosa não estaria na semente, nem na flor que leva seu nome, mas no movimento que leva da semente à flor. O mesmo ocorre com a consciência de classe, pois ela não se define pela consciência fragmentada do indivíduo serializado, nem pela consciência da classe como sujeito revolucionário; contudo, cada um desses momentos é a consciência de classe, ou seja, é tão consciência de classe a alienação e o senso comum como a consciência da necessidade de transformação revolucionária da ordem do capital, são momentos da consciência de classe. (2012, p. 319-20)

Acrescenta o autor que “o ser da classe, no transcorrer destes momentos, corresponde também a certas formas de consciência, ora fragmentada nas cápsulas individuais, ora em fusão de grupos imediatos, ora em fusão de classe, ora como sujeito histórico, ora, ainda, como dissolvida novamente na alienação estranhada.” (ibidem, p. 353)

Em artigo ainda mais recente, Iasi reafirma seu posicionamento:

[...] A primeira forma de expressão da classe trabalhadora é como uma não classe, isto é, como uma serialidade de indivíduos que ocupam o mesmo espaço e realizam tarefas em comum, mas sem que formem algo além de uma coexistência de indivíduos em luta na concorrência. Devemos destacar, também, que estas relações e a concorrência marcam ‘as mentes’ desses indivíduos; dito de outra maneira, constituem suas visões de mundo, um conjunto de valores, juízos e ideias com as quais atuam no mundo e direcionam suas ações.

O fator que pode superar esta serialidade e conformar uma classe é a luta contra outra classe, e este é o aspecto fundamental a ser destacado. Mas esta classe, que se forma ao lutar contra o capital, já é uma classe, mas ainda não é uma classe para si. Neste ponto, a consciência tem papel decisivo, assim como as lutas o tiveram na formação da classe em si. É necessário que a classe trabalhadora tenha consciência de seu papel histórico, da possibilidade de se constituir como um sujeito histórico capaz de apresentar um projeto societário com autonomia e independência de classe, tornando-se uma classe para si.

O nexa apontado entre a luta de classes e a constituição do próprio ser da classe como base material e objetiva de sua consciência nos coloca diante da constatação de que este movimento não é apenas evolutivo em direção à consciência para si, mas pode retroceder a depender da própria dinâmica da luta de classes. Este movimento, como já foi afirmado, não é linear nem evolutivo, isto é, se dá por contradições, saltos de qualidade e recuos, num movimento de negação da negação, em espirais que aparentemente retornam aos patamares já superados. Desta maneira, a consciência de classe está ligada ao ser da classe e à dinâmica da luta de classes, podendo desconstituir-se novamente na concorrência e de volta à serialidade. (2017, p. 133)

Essa concepção fluida das classes poderia soar imprecisa para um marxista da Terceira Internacional, por exemplo. Isso porque os marxistas tradicionais usualmente atribuem conteúdo normativo à consciência de classe, que se projeta numa ética comportamental. Assim, a consciência de classe se desdobra, na prática, de um conjunto de comportamentos “revolucio-

nários” que são em princípio compatíveis com o objetivo final de subversão da sociedade capitalista. É nesse registro que autores como Lênin, Lukács ou Trotsky enxergam a consciência de classe. Ao falar de *momentos* da consciência, Iasi parece contradizer os velhos marxistas, cuja moral revolucionária não admitia desvios do duro padrão preestabelecido.

Mas, como já sedimentado alhures, o núcleo do nível mais desenvolvido da consciência de classe (o nível radical-ideológico de Löwy) reside no conhecimento da irreconciliabilidade dos interesses materiais das classes trabalhadora e burguesa, o que é possibilitado pelo conhecimento dos mecanismos exploratórios de produção de riquezas no sistema capitalista. Quando o trabalhador atinge o discernimento de que a expropriação do seu trabalho é a *causa* da abastança da elite, e conclui que o capitalismo impossibilita a cessação da exploração a que é diuturnamente submetido, ele alcançou o nível mais avançado da consciência de classe. Para essa aceção de consciência de classe revolucionária não importa que o obreiro siga uma ética comportamental específica, baixada por tal ou qual partido ou organização laboral. A convicção de que o capitalismo é em essência um sistema de elites que impede o estabelecimento de uma democracia político-econômica efetiva, e a aspiração à sua transcendência são o que constitui o âmago da consciência de classe revolucionária.

Dessa explanação advém o pertinente questionamento: se a consciência de classe pressupõe a negação da viabilidade de uma saída pelo sistema capitalista, como defender que é um “momento” da consciência aquele em que a preferência dos trabalhadores pende ostensivamente para a legitimação desse sistema? Como caracterizar a consciência de classe e, por conseguinte, a própria classe trabalhadora quando ela sufraga interesses materiais que são em essência contrários aos seus?

Antes de tudo, é bem de repisar que as preferências por partidos, principalmente quando não criam vínculos duradouros e mais ainda num sistema multipartidário de alta fragmentação – como o brasileiro –, não necessariamente refletem as preferências dos eleitores por políticas públicas em determinadas áreas (REIS e CASTRO, 1992; ALMEIDA, 1998; EVANS e TILLEY, 2012). Preferências por políticas redistributivas, por exemplo, corriqueiramente não se traduzem na opção por partidos ou candidatos com elas alinhados. Isso se dá ou porque o critério precípua de escolha eleitoral é deslocado para a esfera moral, ou porque os eleitores simplesmente não conseguem relacionar de modo coerente o programa de um candidato ou partido às suas preferências em determinado tópico. Em verdade, é ínfima a parcela dos eleitores que de fato buscam informações mais detalhadas tanto a respeito do programa de um candidato ou partido quanto sobre as formas por que esse programa afetará a realidade no seu entorno (aliás,

estabelecer relações precisas de causa e efeito entre políticas públicas e resultados sociais concretos é um trabalho de Hércules até mesmo para estudiosos do tema). Abordando esse problema a partir dos dados de pesquisas eleitorais de 1994, Jorge Almeida tece as seguintes considerações:

Havia uma clara percepção dos principais problemas sociais concretos do país e do povo e das prioridades a serem enfrentadas: carestia, desemprego, fome, educação, saúde, violência, corrupção. Mas, quanto ao posicionamento político e ideológico e diante de palavras e conceitos, como socialismo, capitalismo, esquerda e direita, vimos que o eleitorado se distribuía entre a desinformação, o não entendimento ou a confusão acerca do conteúdo real destes conceitos, além de posicionamentos contraditórios, que não permitem uma caracterização mais definida daquele eleitorado do ponto de vista político como claramente conservador ou reformista, no sentido progressista do termo. Posicionamentos mais avançados ou mais atrasados se misturam e se confundem. A maioria dizia não gostar do conceito “esquerda” e preferir o de “direita”, enquanto afirmava preferir o socialismo do que o capitalismo e apoiar uma série de bandeiras tradicionais da esquerda. Ou apoiava palavras da moda como “privatização” e se dizia contra o “monopólio do Estado”, enquanto diante de um questionamento mais concreto se mostrava mais defensora das principais estatais e do monopólio estatal do que o próprio programa de governo do PT. Além disso, aparecem dados interessantes sobre questões como aborto e homossexuais. (1998, p. 138)

É um mito o postulado doutrinário do eleitor racional que, partindo de um objetivo previamente definido e claro na sua consciência, sopesa as opções que lhe são oferecidas no mercado político e escolhe a que mais se adéqua às suas aspirações. É hoje incontroverso para a neurociência e para a psicologia que os móveis e decisões humanos se acham mais condicionados pela emoção do que pela razão – e isso é tão ou mais verdadeiro na arena política (MOUFFE, 2015; VERWEIJ ET AL., 2015; MUTZ, 2011; PIMENTEL JR., 2010)⁸². Nesse sentido, Castells (2018, p. 26) dirá que, “como sabemos, aprendendo da neurociência mais avançada, a política é fundamentalmente emocional, por mais que isso pese aos racionalistas ancorados em um Iluminismo que há tempos perdeu seu brilho.” Indo além, a probabilidade mesma do desenvolvimento de juízos críticos com base na razão é fortemente vinculada à promoção do desenvolvimento cognitivo na primeira infância (SOUZA, 2017), o que é por sancionado por Reich (2015, p. 53), para quem a “estranha recusa dos teóricos marxistas em considerar a existência familiar como fator de *igual importância* (no que diz respeito à consolidação do sistema social) ou até mesmo *decisivo* no processo de formação das estruturas humanas só pode ser atribuída às suas

⁸²Nunca é demais frisar que a dicotomia razão-emoção é um esquema conceitual de grande potencial heurístico, mas que não corresponde a uma separação estanque entre duas áreas isoladas do cérebro humano. Ainda que, anatomicamente, os *loci* cerebrais do que chamamos razão e emoção sejam distintos, o órgão é um todo complexo e sistêmico, pelo que não há comportamento inteiramente racional ou emotivo. Assim – embora creiamos na obviedade dessa afirmação –, não existe possibilidade de um pensamento racional que não seja impregnado de emoções subjacentes, nem de emoções que não busquem significação ou legitimação discursiva através da razão.

próprias ligações familiares. Nunca é demais acentuar o fato de que a relação familiar é a mais intensa e a mais fortemente afetiva.” Sem embargo, é patente que não se está aqui afirmando a imprestabilidade da razão, ou negando sua influência no processo decisório. Razão e emoção não são departamentos incommunicáveis: um comportamento guiado emocionalmente será interpretado pelos instrumentos da razão que, por sua vez, proverá o indivíduo de discursos legitimadores. Ao discurso provido pela razão será embutido um valor emocional, e assim seguirá perenemente a dialética dessas duas faces de Janus.

Não obstante, permanece o fato de que a emoção ocupa parcela considerável dos fatores internos determinantes do voto (VERWEIJ ET AL., 2015; MUTZ, 2011; PIMENTEL JR., 2010). Principalmente no que atine a questões materiais, seara na qual o jugo da ideologia hegemônica é sempre mais intenso, a escolha eleitoral pode não corresponder racionalmente à preferência política do votante. *Isso significa que a escolha eleitoral só em parte reflete os conflitos materiais vigentes em uma sociedade*⁸³. Apenas numa situação puramente hipotética em que o único critério de escolha eleitoral fosse a (re)distribuição de recursos materiais, e mesmo assim considerando que os eleitores possuíssem todas as informações pertinentes às alternativas que lhes foram apresentadas, o voto seria a medida precisa dos conflitos distributivos estruturais.

Ainda assim parece a qualquer noção intuitiva de consciência classista que o voto operário em partidos de extrema-direita é *prima facie* seu perfeito oposto – mormente se observarmos a agenda contemporânea do fascismo, que abraça o projeto econômico neoliberal. Mas talvez essa conclusão não resista a um olhar mais profundo. É característico da política (neo)fascista a mobilização de amplas massas populares insatisfeitas com suas condições de vida; essa mobilização, no entanto, é dirigida contra algum bode expiatório, sejam imigrantes, judeus, comunistas, criminosos, políticos, entre outras categorias que podem facilmente tornar-se o alvo de manipulação discursiva e incitação ao ódio⁸⁴. Stanley (2018) e Castells (2018) argumentam que é inerente ao *ethos* fascista a conspurcação da arena deliberativa em prol da violência como instrumento de solução de conflitos: o fascista é um homem de ação, não de ideias. A virtude está no ímpeto, no agir, no “fazer acontecer”, ao passo que a moderação, a deliberação e o discurso são percebidos como atávicos a uma elite liberal viciada. E para que a ação não seja

⁸³Este ponto será aprofundado no último capítulo.

⁸⁴Poulantzas (1979) defende, na esteira de outros autores como Gramsci, que o fascismo é ideologicamente por excelência o regime da pequena-burguesia. Isso porque são típicos dessa “classe de transição”, em períodos de crise, ataques sistêmicos à grande burguesia dominante – sem, contudo, incluir nesses ataques o fundamento material da sua dominação: a propriedade privada. Ao deixar de fora o ataque à propriedade privada, a pequena-burguesia afeta repulsa ao que entende como proletarianização. O medo da proletarianização, aliás, é característico das classes médias em geral.

fruto de ponderação consciente, é necessário fomentar o medo e a irracionalidade, conflagrando os polos da batalha insuflada pelo fascismo.

É verdade que o discurso fascista tem em comum com o marxismo (e cessam aí os pontos de contato) a ética do *conflito*, que a doutrina liberal busca expurgar da normalidade institucional em prol da ética da *composição de interesses divergentes* (MOUFFE, 2015). Note-se que, enquanto o liberalismo percebe a – óbvia – existência do conflito de interesses, ele os subsume ao próprio funcionamento do seu regime democrático, que assimila as divergências e produz sínteses viáveis nos marcos do sistema capitalista. O fascismo, por outro lado, abraça explicitamente o conflito como único meio de extirpar os elementos tidos por insidiosos, para assim preservar o capitalismo. Ocorre, no entanto, que o conflito não é criado pelo fascismo: ele é *significado* pelo fascismo.

Lembremos que a negação do capitalismo corresponde ao último nível da consciência de classe; não é fácil atingi-lo e, por suposto, ele não é o mero resultado do acirramento das contradições materiais palpáveis da sociedade (como exemplo atual de uma gritante contradição, pode-se citar a magnitude da riqueza socialmente criada em cotejo com o reduzido número de indivíduos que dela se apropriam). Uma crise econômica pode ser secundada por uma crise política da qual saia vitorioso o projeto fascista em detrimento da agenda operária. O conflito que se manifesta difusa e obliquamente durante a crise política⁸⁵ é cooptado pelo referencial simbólico fascista, e as condições materiais de vida em processo de degradação são representadas como o produto do agir de grupos “perniciosos”. O vilão do momento, porém, é contingente – apesar de ser nítida, e justificável nos próprios termos da ética fascista, uma preferência pelos comunistas (STANLEY, 2018). Típico da tática fascista de insuflação do medo, as fronteiras da categoria escolhida para representar o inimigo passam a ser cada vez mais maleáveis, para que se possa nela abarcar qualquer um que não compactue com o regime. Assim, até liberais convictos são acusados de comunistas como expediente retórico para calar suas vozes e bloquear o debate. A representação do inimigo promovida pelo fascismo inclui a desumanização, o que não só legitima como facilita a ação violenta para sufocar qualquer tentativa de intercâmbio de palavras e ideias.

Não há possibilidade de governo fascista sem a construção da imagem de um inimigo: essa é a própria essência da sua retórica. Do mesmo modo, não há possibilidade de superação do capitalismo sem que a classe trabalhadora vislumbre na burguesa um entrave à sua própria existência. Se os fenômenos e mazelas coletivos são vistos sob uma perspectiva materialista e

⁸⁵Gramsci e Poulantzas chamarão esse período de crise política de “crise da hegemonia”.

dialética, as contradições abertas do corpo social culminam no amadurecimento da consciência de classe; se são vistos sob a luz do idealismo que dá sustento filosófico ao fascismo, por outro lado, a consciência de classe tende a esmaecer. Não obstante, uma análise materialista deve forçosamente concluir que *a representação do conflito em termos idealistas* – e, portanto, exteriores às classes e à infraestrutura que as esteia – *não altera as suas reais bases materiais*. É dizer, o anátema contra os imigrantes, *verbi gratia*, é apenas uma mistificação, a manifestação de contrariedade à faceta visível dos profundos mecanismos estruturais que são a causa efetiva da onda contemporânea de migração.

É nesse sentido que se pode afirmar que a consciência e o voto conservadores de um operário são apenas um momento da consciência de classe, uma forma ideologicamente enviesada de representação do conflito material a que ele se sujeita – e que sua opção política tende a agravar. Nesses momentos, nesses pontos da incessante curva nos quais o conservadorismo é o discurso político dominante até mesmo no seio dos trabalhadores, a consciência *de* classe se mostra como consciência *da* classe. A *forma* da consciência classista mostra-se então dissociada da *matéria* da consciência *de* classe revolucionária, qual seja, a percepção do insanável conflito entre capital e trabalho. Uma vez que se postulou a luta de classes como fator de criação da própria classe, e sendo a luta de classes inexoravelmente paralela à consciência de classe, decorre que em tais conjunturas de “refluxo” (movimento de afastamento do nível mais avançado da consciência classista) a classe trabalhadora em sentido amplo [*classe-que-vive-do-trabalho*] aparece esvaziada em face da burguesia.

Resumidamente pode-se dizer que, sendo não apenas um construto teórico para estudos científicos, mas uma real formação social, a classe como processo se sujeita ao perene movimento das contradições em que está inserida. Embalada nesse movimento, ela passa por configurações que correspondem a momentos específicos da consciência de classe. Por isso é tão difícil apreender a classe a partir de esquemas teóricos construídos com a finalidade de análise comportamental, visto que todos esses esquemas assumem como princípio subjacente que as classes *necessariamente* produzem comportamentos políticos individuais similares. É que tais esquemas são o resultado de arranjos de fatores determinantes objetivos de classe, mais fielmente captados em pesquisas empíricas quantitativas (ao passo que medir a consciência de classe esbarra em uma série de percalços tanto teóricos quanto metodológicos). O momento subjetivo da formação de classe é assim negligenciado, ou, quando muito, aparece como simples resultado da correlação entre os determinantes objetivos e as preferências políticas manifestas no voto.

Há uma permanente tensão entre os determinantes objetivos e subjetivo de classe, com reiterados movimentos de aproximação e afastamento entre uns e outro. Isso equivale a afirmar que ora a consciência de classe avança, ora recua. No instante em que a consciência atinge o estágio mais avançado – o revolucionário –, opera-se o que Iasi denomina *fusão de classe*⁸⁶, da qual se origina a classe-em-si-e-para-si. *Esse é o momento em que a classe se apresenta em sua totalidade, na convergência dos determinantes objetivos e subjetivos; é também o momento em que o nível mais abstrato da classe se manifesta concretamente.* Por outro lado, se a consciência classista é ainda fragmentária, os interesses materiais prevalecentes serão parciais e imediatos. Nessa hipótese, a ação de classe será tendencialmente mais tímida, e, ademais, aumentará a tensão entre os determinantes objetivos e subjetivos – permanecendo como potência a constituição da classe-para-si.

Além de Iasi, outros autores – como o próprio Wright – advogam uma concepção de classe multideterminada no campo do marxismo; é o caso de Santos (1998), para quem

O modelo analítico (que não pretende ser uma teoria geral) articula as dimensões de estrutura, formação e luta de classes. A estrutura de classes impõe *limites* à formação, ou seja, à organização coletiva das forças de classe, assim como às suas lutas. Três são os mecanismos básicos de imposição de limites: a moldagem dos interesses materiais dos indivíduos, os padrões de *identidades* emergentes das experiências de classe vividas e a determinação dos recursos materiais disponíveis. Já a formação de classe *seleciona* as lutas possíveis, que, por fim, retroagem e transformam tanto a estrutura quanto a formação de classe. As práticas de classe, em certa medida, transformam as estruturas que as limitam (Wright, 1997:394-400).

João Ferreira de Almeida, por sua vez, destaca que o acirramento da luta de classes ilumina retrospectivamente a formação das próprias classes, que pareciam dormentes nos momentos de colaboração entre trabalho e capital; assim, a luta aberta de classes é o ponto culminante de um processo silencioso que perpassa continuamente a dinâmica social⁸⁷:

Ao contrário, no entanto, do que um equívoco persistente pode conduzir a pensar, não se trata de circunscrever a análise de classes à análise do conflito. Os processos sociais envolvem necessariamente factores de estabilização e factores de ruptura, incompreensíveis sem a sua referência recíproca. Entender a irrupção dos momentos fortes da história exige a análise das dinâmicas mais silenciosas que nela se contêm.

É certo que a visibilidade das transformações lentas e da luta surda e quotidiana é menor do que a dos períodos de confronto aberto, tanto mais quanto a cumplicidade de instrumentos metodológicos, como o do inquérito

⁸⁶Nas palavras do autor, “O momento da fusão de classe é aquele em que o ser se encontra como ser-em-e-para-si (Anundfursichsein), uma vez que a consciência de ser em si é condição para a consciência para si. A condição material para tal fusão é aquilo que Sartre apresentou como “impossibilidade da impossibilidade”, ou seja, quando uma impossibilidade ou interdição se choca com uma necessidade da existência que não pode ser contornada.” (2012, p. 323)

⁸⁷Vide notas nº 66 e 81.

por questionário, pode contribuir para isolar os indivíduos, para lhes fornecer respostas pré-contidas na forma de interrogação, para ocultar, em suma, a dinâmica real dos processos de conjunto. E é verdade, igualmente, que a perturbação dos equilíbrios estruturais força a sua própria visibilidade e a da importância das dimensões políticas e ideológicas.

Mas a actualização das situações de classe em exacerbadas posições de classe ilumina retrospectivamente a própria existência das classes. O surgimento brusco e ofuscante da consciência e da organização numa certa conjuntura remete para todo o processo de engendramento e de transformação de lugares e de protagonistas. (1981, p. 237)

Já Ferraz deixa claro que

A abordagem que localiza a classe social apenas na dimensão econômica, sem levar em conta os aspectos políticos e culturais relacionados à sua formação, torna limitada a compreensão do fenômeno classe social e tem contaminado os debates recentes sobre o fim da classe operária. Para muitos autores, a crise econômica e político-ideológica da sociedade do trabalho assalariado é tomada como um dos aspectos do fim da classe operária e da teoria do valor-trabalho. Este tipo de análise tende a confluir com a retórica pós-moderna do fim das classes sociais. No campo marxista a análise é distinta. A problemática teórica proposta por Marx, que se desdobra na teoria das classes sociais, incorpora múltiplas determinações. Isto não impediu que determinadas correntes do marxismo também adotassem o viés economicista e relegassem às contradições produzidas no terreno da economia o papel principal na constituição das classes e dos conflitos entre capital e trabalho subjacentes a este processo. Uma visão predominante no campo do marxismo tradicional fez veicular a ideia de que a própria dinâmica da economia capitalista levaria à revolução socialista, por força do acirramento crescente de suas contradições, ou produziria a consciência de classe necessária ao desencadeamento do processo revolucionário. (2009, p. 280)

E complementa:

A determinação econômica não é suficiente para garantir a existência das classes sociais. Nesse nível (da determinação econômica), a classe operária existe apenas como potência. No entanto, se a política e a cultura, analisadas como esferas do modo de vida, representam determinações decisivas, há uma tendência a se considerar que a classe só existe, no sentido forte do termo, em alguns momentos específicos da História. Segundo Boito Jr. (2003), a luta de classes define os contornos destes agentes sociais. (ibidem, p. 289)

Todas essas razões deixam clara a necessidade de se articular um conceito dialético de classe caso se tenha a intenção de captar o real Ser da categoria: seu movimento; a fragmentação seguida da aglutinação, seguida de uma nova fragmentação, e assim por diante. É por isso que defendemos que a classe é bem melhor representada como um *processo* que apenas como um *dado*. A visão processual denota a inerente incompletude dos seus arranjos, ao passo que entender a classe como um simples dado objetivo é aceitar a completude – ainda que temporária – de um certo arranjo.

Malgrado o poder de análise qualitativa que ela proporciona, essa noção de classe não é imune a problemas. De uma maneira geral, ela só pode servir como instrumento conceitual de análise *ex post facto*, ou seja, após a ocorrência de eventos que podem ser causalmente remetidos à dinâmica classista. Isso porque a conformação das próprias classes, não se restringindo ao produto de determinantes objetivos, depende da ação de classe – que, por sua vez, depende da consciência de classe. Mas tentar prever a ação concertada de muitos indivíduos com base em tendências aferidas de dados quantitativos é, para dizer o mínimo, temerário. Logo, em que pese a densidade teórica do conceito dialético de classe, ele não se mostra bem adaptado às ferramentas da pesquisa quantitativa.

De outro ângulo, porém, isso leva a questionar o quanto esse método de pesquisa e seu aparato conceitual e operacional são aptos para captar e absorver as nuances das classes, uma vez que eles são tecnicamente restritos à colheita de dados acerca dos seus determinantes objetivos. Para a pesquisa quantitativa, a consciência de classe só pode aparecer – quando aparece, e dificilmente nesses mesmos termos – como correlação entre a classe como produto de determinantes objetivos e as preferências políticas por ventura a ela atribuídas. Assim, essa metodologia está fadada a tomar a consciência de classe sempre como mera determinação de fatores materiais – o que, como já foi reiterado algumas vezes, não corresponde ao que preconizam Marx e o materialismo histórico-dialético.

Ao aprofundamento desse debate, com o aporte das considerações empíricas trazidas pelas pesquisas avaliadas, consagrar-se-ão os próximos capítulos.

3 PANORAMA DOS ESTUDOS DE VOTO DE CLASSE NO BRASIL E NO MUNDO

Neste capítulo apresentaremos alguns artigos sobre voto de classe, com enfoques diversos acerca da categoria analítica. Serão veiculados resumos críticos das pesquisas e das conclusões a que chegaram os autores. O principal objetivo – cuja consolidação se perseguirá no capítulo posterior – será inferir das medidas adotadas as possíveis relações existentes entre as categorias do voto de classe e da consciência de classe, tendo como parâmetros os desenvolvimentos teóricos do capítulo precedente, e como vértice imantador a categoria básica da classe.

Vale pontuar que alguns dos artigos são afetados por entraves metodológicos que assomam ao primeiro olhar; quando for o caso, tentar-se-á realçar esses problemas – sem a intenção, porém, de fornecer uma análise minuciosa de cada um dos estudos. Um sensível problema metodológico, por exemplo, é tentar inferir conclusões generalizáveis a partir do índice de Alford, a mais esquemática e precária operacionalização do conceito de classe: com o intuito de medir o nível de correlação entre as posições de classe e as opções eleitorais, ele é obtido por meio da operação sumária consistente na proporção da classe trabalhadora (trabalhadores manuais) votando pela esquerda menos a proporção das classes médias e não trabalhadoras (trabalhadores não manuais) votando pela esquerda. Nos estudos mais recentes é comum a crítica ao uso desse índice, progressivamente abandonado em favor da razão de possibilidades (ou razão de chances [*odds ratio*]). Todavia, por ser eminentemente teórica a linha de investigação adotada neste trabalho, não se propõe aqui uma aprofundada perquirição dos métodos individuais. Mais que os métodos, importam à nossa argumentação o conceito de classe utilizado – e sua correspondente operacionalização – e as conclusões atingidas.

A escolha dos artigos se pautou em mais de um critério. Quanto aos autores, deu-se preferência aos especialistas, isto é, àqueles que dedicaram uma parte considerável da sua obra à análise do voto de classe. Sob esse enfoque, alguns acadêmicos, como Martin Seymour Lipset, Paul Nieuwbeerta ou Geoffrey Evans, já se tornaram clássicos na abordagem do assunto. Ainda que parte dessa produção não seja tão recente, com publicações de cerca de 25 anos, negligenciá-la seria negligenciar o próprio referencial da discussão acerca da persistência do voto de classe. Outros autores mais coetâneos, tais quais Daniel Oesch ou Oliver Heath, foram selecionados pela importância que assumem no debate atual – o que é facilmente mensurável pela quantidade de citações que seus textos obtêm.

Como o foco recai primeiramente sobre a relevância dos autores para o debate, não se alvitrou um período de publicação específico para os artigos. Sem embargo, por pretendermos

apresentar o panorama contemporâneo da discussão, foram priorizados textos mais recentes – no caso de Lipset, por exemplo, havia quase 50 anos de produção acadêmica disponível, mas se optou por um artigo de 2001⁸⁸.

Além da baliza encontrada na relevância acadêmica dos autores, buscou-se apresentar estudos relativos não só às principais nações industrializadas, mas também ao Brasil. No entanto, deve-se frisar que a oferta de artigos sobre voto de classe que tomam por objeto os Estados Unidos e a Europa é muito maior – parte do que decerto é atribuível à igualmente maior disponibilidade de dados nesses locais.

Por fim, registra-se a tentativa de oferecer uma quantidade de obras que possa erigir acuradamente o estado da arte da discussão acerca da persistência e dos meandros do voto de classe, cuidando, no entanto, para que não se desvirtue o objetivo da pesquisa na produção de uma revisão exaustiva de literatura, mas igualmente para que o debate não seja indevidamente estreitado. Assim, foi fixada uma quantidade, tão arbitrária quanto razoável, de *quinze artigos*. Eles são apresentados cronologicamente, desde o mais antigo até o mais novo, visto que alguns são fontes bibliográficas de outros.

Sem maiores delongas, passemos à apresentação dos resumos críticos.

3.1 Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro (REIS e CASTRO, 1992)

A análise do estudo de Reis e Castro se propõe a mostrar o panorama do incipiente estudo do voto de classe no Brasil. Em acréscimo, o artigo trabalha também com a noção de consciência de classe, promovendo a convergência dos dois pontos de interesse desta pesquisa. Enquanto nas democracias centrais, como as da Europa Ocidental e, principalmente, os Estados Unidos, o voto de classe já era uma categoria de análise do comportamento político desde, pelo menos, a década de 60, no Brasil são virtualmente inexistentes estudos dessa época sob o enfoque característico da Ciência Política.

Apesar de publicado em 1992, o artigo se constrói sobre dados coletados principalmente das eleições de 1982 – quando ainda vigia o regime militar ditatorial –, ocasionalmente comparando-os a eleições realizadas na década de 70.

Os autores defendem que a classe é uma espécie de *grupo suprafuncional* (assim como tribos, clãs e famílias), termo que se refere a coletividades amplas ou subculturas, capazes de

⁸⁸ Trata-se, em verdade, da reedição do artigo escrito em 1991, em coautoria com Terry Nichols Clark.

produzir identidades dissociadas de um objetivo específico. Em complemento, os *grupos funcionais* são aqueles que têm um propósito comum declarado (tais quais os partidos ou associações civis). Todavia, na ambivalência da ação política como instrumentalidade e identidade, a classe-em-si pode vir a se desenvolver como classe-para-si, conformando uma nova identidade; esse processo, por sua vez, medeia o surgimento da classe como grupo *funcional*, consubstanciado em partidos, coletivos ou entes sindicais. Essa passagem se realiza na dialética entre o instrumental e o expressivo (simbólico) da ação política.

De acordo com Reis e Castro, a dinâmica interna das classes produz comportamentos políticos através de dois processos: o de *centralidade*, segundo o qual algumas classes constituem polos que imantam as preferências políticas das demais; e a própria *consciência de classe*, termo representativo da vinculação de uma dada forma de consciência a uma posição de classe – conforme pugnado pelo marxismo tradicional. Esses processos atuam simultaneamente, gerando posicionamentos políticos contrastantes nos setores populares, cujas opções flutuam entre a defesa dos próprios interesses materiais e a aquiescência com os interesses da elite⁸⁹.

Os dados da pesquisa foram coletados durante o processo eleitoral de 1982 por meio de *surveys* realizados em sete polos metropolitanos (Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), além de municípios menores agrupados na categoria “área rural”. As escolhas partidárias foram amalgamadas em apenas dois *clusters*, “*oposição*” (formada por PMDB, PT e PDT) e “*situação*” (PTB, Arena e PDS), sendo de valia notar que em 1979 foi levado a cabo um rearranjo partidário – possibilitando, por exemplo, a fundação do PT em 1980.

Além de perguntas sobre identificação partidária, aos entrevistados foram apresentadas também questões sobre suas atitudes acerca de *issues* específicos, reunidos sob a égide de questões concretas ou imediatas (atuação do governo contra o desemprego; alta do custo de vida; valor dos salários; e policiamento); ou abstratas, mediatas ou político-partidárias (continuação do controle dos militares sobre o processo político; capacidade do povo para participar judiciosamente do processo eleitoral; legitimidade do recurso a greves como forma de atuação política; e grau de controle governamental a ser exercido sobre os sindicatos).

A classe dos respondentes é aferida com estribo em “categorias de renda familiar definidas em termos monetariamente homogêneos para todas as localidades estudadas”, o que resulta em cinco níveis de posições socioeconômicas construídas com referência ao salário mínimo. Em outras palavras, a classe é aqui aferida *com base apenas na renda*, uma medida

⁸⁹ Segundo os autores, no Brasil – assim como, presumivelmente, no resto do mundo –, as classes mais abastadas são as que possuem a consciência mais sólida de sua posição relativa na estrutura social.

que os autores admitem possuir “problemas óbvios” e ser menos contextualmente significativa, mas que, de todo modo, funcionaria razoavelmente bem como um *proxy*.

Sopesando os dados, Reis e Castro concluem que, com exceção de Porto Alegre, não há correlação significativa entre o nível de renda e a preferência partidária (cindida entre oposicionismo e situacionismo), ao contrário do que se vira em outras eleições realizadas a partir de 1974, as quais mostraram uma clara tendência de estreitamento da correlação entre a preferência pelo MDB ou pela Arena e a faixa de renda (quanto menor a renda, maior a possibilidade de escolha do MDB, e o inverso com a Arena).

Um fato relevante defrontado pelos pesquisadores é que, apesar de se mostrar, como um todo, tendente à oposição desde 1974, o eleitorado mostrou um baixo nível de correspondência ideológica entre as opiniões quanto às questões apresentadas e a preferência partidária. Em 1982, dependendo da área enfocada, essa correspondência era nula ou muito fraca. Os autores ressaltam, porém, que uma parte considerável das opiniões em favor das alternativas conformistas nos *issues* investigados podiam resultar da desconfiança gerada pelo regime militar.

Os autores não encontraram, nas questões mais concretas, correlação significativa entre o espectro em que se situavam as respostas e as opções partidárias; todavia, eles notam que o nível de insatisfação (oposicionismo) parece crescer proporcionalmente à renda – com exceção de Porto Alegre, onde o sentido da correlação é oposto. Eles atribuem esse quadro a condições sociopsicológicas de alheamento, desinformação e deficiência educacional, que acaba por embotar a capacidade crítica das classes populares.

Já no que concerne às questões político-partidárias (mais abstratas), a análise dos dados revelou que a opinião favorável à permanência dos militares no controle do processo eleitoral foi maior em quase todas as faixas de renda, mesmo nas capitais onde se registrou maior número de votos de oposição ao regime – valendo aqui a mesma ressalva feita anteriormente: há um viés que leva os respondentes a referendar o governo militar. Não obstante, reproduzindo a lógica percebida nas questões de maior concretude, quanto mais alto o nível de renda, maiores as chances de o indivíduo ser contrário à permanência dos militares. Outrossim, quanto mais se sobe na escala de renda, maior tende a ser a coerência entre a posição adotada nos *issues* e a opção partidária.

Na pergunta relativa à capacidade do povo para participar do processo eleitoral, verificou-se um fenômeno curioso, embora compreensível: em todas as sete capitais pesquisadas, a correlação entre a renda e a opinião favorável à capacidade popular é negativa, ou seja, quanto mais alta a renda, maiores os percentuais dos respondentes que acham que o

povo não sabe votar. Por outro lado, da área rural, apesar de praticamente só serem encontrados respondentes nos dois estratos mais baixos de renda, e de provirem daí as posições conservadoras mais consistentes, emergiram as avaliações mais favoráveis à capacidade eleitoral popular.

As proporções dos que achavam que o governo deveria exercer mais rígido controle sobre os sindicatos obedece à mesma lógica dos demais *issues* examinados: o conservadorismo é inversamente proporcional à renda, e é particularmente pronunciado na área rural. O apoio às greves como instrumento político também repete essa lógica, mas com uma peculiaridade: a polarização é especialmente acentuada, com a maior parte das respostas se situando em “discordo totalmente” ou “concordo totalmente” (foi utilizada no questionário uma escala de Likert típica, com cinco opções graduadas).

Sumarizando as conclusões, os autores destacam que as posturas mais críticas ao governo quase sempre se acham nos estratos superiores de renda. Sublinham, também, os altos níveis de desinformação do eleitorado, sobretudo nas camadas inferiores de renda, o que leva a uma dissonância entre as posições nas matérias pesquisadas e a opção partidária – sendo especialmente marcada a desinformação quanto aos *issues* político-partidários (abstratos). Com efeito, o alto patamar de desinformação encontrado pelos pesquisadores os leva a indagar, colocando sob escrutínio o postulado básico da teoria da racionalidade, se efetivamente se pode falar em um vínculo entre as posições nos assuntos locais e nacionais e as opções ideológico-partidárias. Com base em investigações anteriores, Reis e Castro sugerem que o processo de identificação político-partidária se inicia antes mesmo que venham à consciência o programa e a agenda do partido. Cuida-se de um processo eminentemente afetivo, perpassado de simbolismos e significações que fogem ao esquema da racionalidade objetiva, calcado mais na projeção de imagens sobre os partidos do que em aspectos cognitivos. Em oposição à lógica formal analítica, a identificação partidária seria instrumentalizada por meio de *antinomias gerais difusas*, tais quais a existente entre “elite” e “povo”. De acordo com os autores (p. 126), “*nos amplos setores pobremente informados e precariamente envolvidos no processo político, o que parece estar em jogo são antes identificações difusas e projetivas estabelecidas em torno de imagens bastante simples da estrutura social e das clivagens que a definem.*” Ainda segundo eles, a identificação político-partidária parece dar-se a partir do que chamam de “síndrome do Flamengo”, isto é, a tendência à formação de vínculos políticos por afinidade, contrapondo-se de maneira vaga o que percebido como popular ou elitista.

Essas conclusões os levam a ressaltar a deficiência do modelo da consciência de classe (tal como concebido por eles, em acordo com os postulados do marxismo tradicional), que não

se coaduna com o fato de que os maiores níveis de insatisfação são percebidos justamente nas camadas superiores de renda. A desinformação imperante nas camadas mais baixas funciona, assim, como uma barreira à aquisição da capacidade de correlacionar congruentemente os interesses e escolhas partidárias – sobretudo nas questões mais abstratas, cuja complexidade demanda maior sofisticação intelectual.

Além da operacionalização do conceito de classe, que é resumida à renda – o que será mais apuradamente criticado no artigo de Gustavo Ribeiro (2017) –, é fácil perceber que a situação das classes e, principalmente, dos partidos em disputa durante os oito anos compreendidos entre 1974 e 1982 é radicalmente diferente da que se encontra contemporaneamente no Brasil. Naquele período vigia o regime militar, infenso à participação democrática. Institucionalmente, isso significa que os já poucos partidos existentes à época (e que eram, ademais, limitados em seu escopo programático) não podiam elaborar um discurso aberto de oposição de classes, o que é um dos pressupostos à relevância eleitoral da clivagem. Do mesmo modo, pesquisas de *survey* em regimes políticos autoritários são inevitavelmente perpassados de vieses de endosso, dada a desconfiança que viceja na população.

3.2 Are Social Classes Dying? (CLARK e LIPSET, 2001)⁹⁰

Um dos coautores deste texto é Martin Seymour Lipset, sociólogo estadunidense que ajudou a popularizar no final da década de 50 do século passado a análise do voto por classes sociais. Mas já nos anos 80 ele começava a questionar a validade dessa clivagem eleitoral. No artigo em comento, escrito a quatro mãos com Terry Nichols Clark, Lipset abandona explicitamente sua antiga reivindicação de que trabalhadores, principalmente os de menor renda, tendem a votar em partidos de esquerda. A posição mais recente do autor, portanto, foi a de que a análise de classes deixou de ser adequada como variável explicativa do comportamento político. (Em verdade, apesar de o texto constituir um flagelo contra a análise de classes, em certo ponto os autores sugerem que a categoria não seja inteiramente abandonada, mas complementada por outros fatores.)

O artigo atribui essa perda de importância ao declínio de tradicionais hierarquias sociais, o que terminou por afetar a construção da identidade coletiva em torno da classe. Propõe-se que depende dessas hierarquias tradicionais a própria existência das classes como tais. A tese de Inglehart segundo a qual a afluência causa transformações na agenda política é ostensivamente

⁹⁰ *In* The Breakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification (CLARK e LIPSET, 2001, p. 39-54).

abraçada pelos autores – que, ao ponderar que a sociedade contemporânea é percebida mais acuradamente enquanto uma pluralidade de atores singulares e coletivos, vão ao ponto de negar de forma peremptória algo como um “domínio de classe”, um campo em que a categoria *per se* produza influências perceptíveis. O simples crescimento econômico, para Clark e Lipset, seria suficiente para minar a estratificação de classes, e para causar o giro de uma perspectiva coletivista para outra mais individualista. Assim, a atividade política como um todo deixa de ser organizada em função de classes sociais.

Como causa da implosão do que chamam de “hierarquias tradicionais”, os autores mencionam as novas tecnologias, que dão azo à criação de postos de trabalho que exigem trabalhadores qualificados e com capacidade de *decision making*, solapando relações laborais autoritárias. São disponibilizadas mais ocupações *white collar*, em detrimento dos antigos postos de trabalhadores *blue collar* que se projetavam politicamente nos partidos de esquerda. Outrossim, os papéis familiares vêm sendo permeados por um maior igualitarismo, com enfraquecimento relativo das atitudes tradicionais. As famílias também abandonam progressivamente a função educacional em favor do Estado, o que, ao se combinar com outros fatores, insuflaria a mobilidade social, redundando na perda do referencial classista.

Clark e Lipset afetam um certo otimismo vão, exacerbando as possibilidades do crescimento econômico global (pensamento característico do período circundante à queda da União Soviética, cuja epítome é a célebre frase de Fukuyama), especialmente quando adscrevem que “firmas muito grandes estão em declínio relativo” – proposição refutada *in limine* pela história⁹¹. A própria transformação da notória “pirâmide de classes” no contemporâneo “losango de classes” – ao menos nos países mais desenvolvidos – é vista como sintoma da inadequação das classes para estruturar uma oposição ideológica e, portanto, partidária. A publicação sugestiona ainda que o conflito de classes é uma variável que se alimenta a si mesma, do que resultaria o deterioramento progressivo dessa oposição.

A conclusão necessária do anátoma de Clark e Lipset às classes é a defesa de que elas perderam muito da sua antiga importância. Simultaneamente, os autores advogam também a redução da capacidade de fatores materiais impactarem a formação das consciências individuais, processo referido como “determinismo econômico”.

⁹¹ Essa afirmação é uma típica falácia do tipo *generalização precipitada*, haja vista que toma por base uma única pesquisa realizada em 1979 nos Estados Unidos; além disso, a pesquisa concluiu tão somente que o ritmo de crescimento do número de postos de trabalho em empresas de pequeno ou médio porte vinha superando o das empresas de grande porte, o que é diferente do que é assumido por Clark e Lipset.

O problema metodológico que mais salta à vista no artigo de Clark e Lipset é a utilização do obsoleto índice de Alford para mensurar o nível do voto de classe, em período ao longo do qual o processo de transformação e especificação das classes já era pronunciado – os dados referenciados pelos autores foram colhidos da década de 40 à de 80 do século passado. Acresça-se que sequer chega a ser esclarecido o conceito de classe utilizado na pesquisa, o que seria imprescindível para a análise de dados obtidos ao longo de quatro décadas; sem esse esclarecimento, os autores parecem assumir a premissa de que a estrutura de classes do pós-guerra correspondia à da incipiente revolução informacional.

3.3 The Persistence of Classes in Post-Industrial Societies (HOUT, BROOKS e MANZA, 2001)⁹²

O artigo dos três norte-americanos não se propõe à avaliação de dados concretos, mas a uma crítica teórica dirigida ao clássico estudo de Clark e Lipset anteriormente resumido. A obra se enceta notando que os primeiros vaticínios da morte das classes, como o feito por Nisbet (1958) à mesma época em que Lipset apresentava sua teoria do voto de classe, apoiavam-se ainda em uma divisão precária da categoria. Ao mesmo tempo, os autores reconhecem a diminuição contemporânea da relevância das classes em alguns indicadores, mas contestam que pode tratar-se de não mais que tendências conjunturais ou mesmo flutuações episódicas, incapazes de fornecer elementos válidos para previsões confiáveis. Eles criticam suposições de que as classes caminham inexoravelmente para o desaparecimento como categoria de relevância política, e objetam que o conceito de classe permanece indispensável para a análise social. Ademais, censuram pesquisas que, segundo eles, valem-se de dados selecionados com o sub-reptício propósito de sustentar o ponto de vista do autor.

Refutando especificamente o texto de Clark e Lipset, questionam os vários pontos em que classe e hierarquia aparecem como conceitos sinônimos, replicando que se cogita de dimensões distintas e não equiparáveis. Também se opõem ao que chamam de “vaga ligação assumida entre hierarquia e classe”, pela falta de especificação do que as relaciona entre si. Outro aspecto duramente criticado no texto de Clark e Lipset é a falta de atenção às consequências políticas das classes ignoradas, em virtude da utilização de uma divisão dual de classes não representativa da dinâmica social concreta. Para Hout, Brooks e Manza, a crescente

⁹² *In* The Brakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification (CLARK e LIPSET, 2001, p. 55-75).

complexificação dos modelos de classes nada tem a dizer sobre a importância do conceito em si. Nesse sentido, o artigo é explícito na rejeição ao índice de Alford.

Nos dizeres dos autores, “Classe é um conceito indispensável para a Sociologia porque (1) é um determinante chave de interesses materiais; (2) classes definidas estruturalmente originam ou influenciam a formação de atores coletivos procurando mudanças sociais; e (3) a filiação de classe afeta as chances de vida e o comportamento dos indivíduos.”⁹³ (p. 58) Eles veem a persistência das vantagens estruturais de umas classes sobre outras como um obstáculo à validade do argumento daqueles que vislumbram a morte das classes.

Os pesquisadores avaliam que o foco na aparente falta de correspondência entre a classe e o partido que, em tese, representaria seus interesses materiais, ignora a franca possibilidade da existência de *interesses de classe latentes*. Esses interesses podem não se expressar da forma adequada nas escolhas político-partidárias, mas sua existência latente por vezes encontra as condições ideais para se revelar. Nessa seara, defende-se que “A classe é importante para a política na medida em que organizações políticas se organizam ativamente em torno de temas de classe. Por isso, em alguns períodos as consequências políticas das classes podem parecer latentes, mesmo que a lógica de classe subjacente esteja inalterada.”⁹⁴ (p. 66)

Arrematando o escrito, os autores – a afetar uma certa aquiescência com a tese thompsoniana da formação de classes – admitem que a expressão das classes em sua singularidade depende em maior medida da ação e do discurso políticos do que das determinações estruturais que as conformam.

3.4 Class and Politics in Advanced Industrial Societies (GOLDTHORPE, 2001)⁹⁵

Tal como o artigo de Hout, Brooks e Manza, o de Goldthorpe não se propõe à análise empírica, mas à crítica teórica da tese da morte das classes – contudo, de forma mais geral, sem focar de maneira específica o trabalho de Clark e Lipset. Já de início, o autor invalida o que chama de “teses desenvolvimentistas generalizantes”, como a de Inglehart, segundo as quais as mudanças nas relações entre classe e política podem ser capturadas de maneira exata. Para

⁹³ No original: “Class is an indispensable concept for sociology because (1) class is a key determinate of material interests; (2) structurally defined classes give rise to, or influence the formation of, collective actors seeking to bring about social change; and (3) class membership affects the life chances and behavior of individuals.”

⁹⁴ No original: “Class is importante to politics to the extent that political organizations actively organize around class themes. Hence, in some periods the political consequences of class may appear latent, even if the underlying logic of class is unchanged.”

⁹⁵ In The Brakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification (CLARK e LIPSET, 2001, p. 105-120).

Goldthorpe, essas relações são extremamente complexas e variam muito de nação a nação. À essa discordância ele acrescenta que o tradicional paradigma de classes marxista foi superado mais pelos fatos concretos do que pela pesquisa social empírica; mas também pondera que o fracasso da teoria marxista não implica um correlato fracasso do conceito de classes.

Ombreando com Hout, Brooks e Manza contra Clark e Lipset, Goldthorpe defende que a manifesta complexificação das classes não redundou na diminuição da sua saliência política. Nesse sentido, o autor acredita que os fatores da ideia da “morte das classes” são influenciados por uma conceituação da categoria limitada ao marxismo que eles mesmos hostilizam. Seria preferível atacar abertamente os marxistas – o que ele compara a “*açoitar um cavalo bem morto*” – a renegar a importância analítica das classes. Goldthorpe diz ser necessário o reconhecimento da validade de outras tradições analíticas das classes, argumentando que, ao se abandonar o referencial teórico de Marx, a tese do declínio das classes pode ser desafiada com base nas pesquisas atuais, dotadas de maior refinamento teórico.

Ao passo que o índice de Alford se destina apenas à medida da correlação entre classe e voto, Goldthorpe o desaprova porque reduz as classes a uma divisão arbitrária entre os trabalhadores manuais e todo o resto, e porque restringe o espectro partidário a uma esquemática e insuficiente dicotomia entre esquerda e direita. O acadêmico objeta também que o índice de Alford não consegue captar a correlação existente entre abstenção [*turnout*] e classe⁹⁶.

Outro ponto criticado por Goldthorpe na tese da morte das classes é que ela limita a relação entre classe e *política* à relação entre classe e *voto*, o que diz ser um considerável estreitamento de perspectiva. Ele então cita estudos de diversos pesquisadores da Europa e dos Estados Unidos que fornecem respaldo inequívoco à permanência das classes como uma importante clivagem política; e nota que o voto de classe nos EUA poderia ser bem mais estatisticamente relevante se houvesse de fato um partido da classe trabalhadora para os trabalhadores votarem – vácuo ocupado apenas parcialmente pelo Partido Democrata.

Com cerca de 20 anos de antecedência ao fenômeno que hoje se desenrola ostensivamente a todos os olhares, Goldthorpe sugeriu que o eleitorado de trabalhadores manuais poderia deslocar-se para o populismo de direita, pois a sua conexão “natural” com os partidos da esquerda tradicional se desfaz quando estes começam a elaborar programas focados em valores pós-materialistas, com o intuito de cooptar o voto *white collar*.

⁹⁶ Correlação que, frise-se, importa sobretudo nos países onde o voto não é obrigatório, como os EUA ou o Reino Unido; nos países em que o voto é compulsório, como o Brasil, essa correlação é de menor destaque.

O autor conclui que eventual decaída na correlação entre classe e voto, ainda que se avenge uma mensuração acurada, não legitima por si só a suposição de que se trata de uma tendência de longo prazo ou de uma lógica inerente ao desenvolvimento das democracias contemporâneas; e medita que o realinhamento entre classes e partidos depende mais diretamente das táticas e programas destes que da estrutura daquelas (relação já observada por Hout, Brooks e Manza, e amiúde ressaltada em outras pesquisas).

3.5 The Democratic Class Struggle in Postwar Societies: Traditional Class Voting in Twenty Countries, 1945-1990 (NIEUWBEERTA, 2001)⁹⁷

O artigo do holandês consiste em uma comparação de níveis de voto de classe em 20 países industrializados, abrangendo o período que vai de 1945 a 1990. É de se observar, todavia, que há tantos problemas metodológicos neste clássico trabalho que até mesmo seu autor reconhece alguns deles na conclusão.

A aferição do voto de classe é feita com apelo a dois recursos conceituais: Nieuwbeerta se vale de medições tanto dos níveis absolutos quanto dos relativos, obtidos respectivamente através do índice de Alford ou do índice kappa (coeficiente de voto de classe medido a partir do esquema EGP). Com base nesses índices, a conclusão do autor é a de que o nível do voto de classe está diminuindo em todos os países pesquisados, ainda que a partir de patamares iniciais desiguais e com intensidades também desiguais (algumas estatisticamente irrelevantes, conforme ressaltado por ele mesmo). Nieuwbeerta enfatiza que suas conclusões são fundamentadas tanto no índice de Alford quanto no índice kappa, como argumento contra os que defendem que o índice de Alford não capta os meandros da moderna clivagem de classes; mas igualmente sublinha que os níveis do voto de classe são muito discrepantes entre os países examinados, assim como as intensidades das tendências de declínio.

Além disso, ele acertadamente observa que o declínio do voto de classe como uma tendência geral pode não refletir as tendências específicas de cada classe considerada. Nesse diapasão, Nieuwbeerta assevera que, enquanto os trabalhadores manuais – muito numerosos – podem ter passado a apoiar a direita, principalmente a direita radical, os empregadores – pouco numerosos – mantiveram sua já tradicional vinculação com a direita liberal. O declínio da

⁹⁷ *In* The Brakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification (CLARK e LIPSET, 2001, p. 121-136).

associação entre voto e classe em classes específicas gera um declínio geral no voto de classe, na proporção da participação dessa classe no total considerado.

O estudo de Nieuwbeerta é considerado um clássico e tomado como referência para inúmeros estudos posteriores. No entanto, para além da mistura de índices que acabam levando a confusão (índices que, aliás, são calculados com base em esquemas de classe distintos), há outros problemas metodológicos evidentes, como, por exemplo: dentro do grupo dos 20 países pesquisados, há vários casos para os quais não há dados disponíveis durante todo o período abordado, de 1945 a 1990 (em verdade, os que efetivamente possuíam dados disponíveis para toda a série histórica compõem a minoria); não é elucidado em nenhum momento o que se julgam partidos de esquerda e de direita, tendo em vista que o sistema partidário de cada um dos 20 países enfocados certamente não é o reflexo dos demais; não há esclarecimentos sobre a coleta dos dados, obtidos de inúmeros locais e em tempos distintos, e respaldados em perguntas de pesquisa certamente discrepantes. As brechas metodológicas do artigo, enfim, acumulam-se.

3.6 Class Paradigm and Politics (PAKULSKI, 2001)⁹⁸

Tem-se aqui possivelmente o mais incisivo dos estudos que concluem pela morte das classes, e decerto o mais cético quanto à credibilidade da categoria como instrumento de análise social. Pakulski chega a declarar: “*O paradigma de classe, eu diria, deteriorou-se para além da possibilidade de reparo.*” Ele apresenta ainda uma didática compilação de autores que compartilham dessa perspectiva, aliada à explicação sumária proposta por cada um ao fenômeno:

Ao longo das últimas décadas nós temos experimentado a reversão dessas tendências. Explicações para essas reversões e para desenvolvimentos anômalos do ponto de vista das classes variam amplamente. Dunleavy (1980) atribui o desalinhamento ideológico e político à destradicionalização. Baker et al. (1981) e Dalton (1988) argumentam que as novas clivagens representam novas dimensões político-ideológicas que refletem o aprimoramento educacional e o progressivo individualismo. Franklin (1985) as atribui a mudanças nos apelos partidários e rupturas na socialização classe-partido. McAllister (1992) aponta para a crescente importância dos eleitorados não-classistas e marginais. Inglehart (1991, 1996) vincula o declínio da velha política (materialista e orientada por classe) à crescente mudança educacional intergeracional e ao surgimento de valores pós-materialistas. Franklin et al. (1992) identificam o processo de particularização que mina os repertórios de temas específicos de classe. Clark et al. (1993) vinculam as novas tendências

⁹⁸ In *The Breakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification* (CLARK e LIPSET, 2001, p. 137-160).

à crescente riqueza, privatismo e mobilidade. Giddens (1996) aponta para a crescente reflexividade, e Crook et al. (1992) sugerem o impacto combinado da diferenciação intensificada, racionalização e mercadorização.⁹⁹ (p. 152-3)

De acordo com o pesquisador polonês radicado na Austrália, o modelo de análise por classes foi válido até meados do século XX, quando a cisão de classes era mais evidente e imantava o processo de construção das identidades. Mas ele pondera que, apesar da morte das classes, isso não significa o fim do capitalismo e das suas inerentes desigualdades, nem das lutas sociais. Pakulski afirma que a estratificação capitalista também permanece inalterada – distinguindo entre “estratificação” e “classes” – e que a decomposição das classes sociais, em verdade, atua como um fator causal para o aumento das desigualdades. Outra ressalva feita pelo autor é a de que seus argumentos se aplicam somente ao que ele designa por países industrializados.

Ao falar da morte do paradigma de classes, Pakulski parece admitir como premissa algumas espécies de características essenciais, incluindo a de que as classes funcionam como a base das consciências individuais, e a de que os padrões de conflito e de transformação no capitalismo refletem primariamente a dinâmica dos conflitos de classe. Em outras palavras, o paradigma de classes a que se refere o autor é amplamente identificável com a chamada teoria marxista tradicional, cuja formulação se atribui em grande parte à obra de autores do início do século passado.

Perceba-se, outrossim, que o “paradigma de classes” discutido por Pakulski exige a *classe autoconsciente*: em vários momentos o artigo parece equiparar a perda do referencial identitário classista à redução dos níveis de voto de classe, como se esta se seguisse necessariamente àquela. É nesse sentido que ele aponta como principal anomalia do paradigma de classes o desalinhamento entre elas e os partidos (sendo por “alinhamento” entendida a tradicional e heurística vinculação entre trabalhadores e esquerda e classe média e direita). Pakulski ainda se diz contrário às noções de classes ou interesses de classes latentes, porque entende que não são verificáveis de forma empírica.

⁹⁹ No original: “Over the last decades we have been experiencing the reversal of these trends. Explanations of these reversals and ‘class-anomalous’ developments vary widely. Dunleavy (1980) attributes ideological and political dealignment to detraditionalization. Baker et al. (1981) and Dalton (1988) argue that new cleavages represent new political-ideological dimensions reflecting educational upgrading and progressive individualism. Franklin (1985) attributes them to changing party appeals and breakdowns in class-party socialization. McAllister (1992) points to the growing importance of nonclass and marginal electorates. Inglehart (1991, 1996) links the decline of old (materialist and class-oriented) politics with increasing education, generational change, and the rise of post-materialist values. Franklin et al. (1992) identify the process of particularization that undermines the class-specific repertoires of concerns. Clark et al. (1993) link the new trends with increasing affluence, privatism, and mobility. Giddens (1996) points to increasing reflexivity, and Crook et al. (1992) suggest the combined impact of intensified differentiation, rationalization and commodification.”

Paralelamente ao desalinhamento entre classes e partidos, é pontuado o abandono do apelo classista dos últimos: compactuando com a tese de Downs, Pakulski identifica a crescente convergência de partidos no centro do espectro político, além da formação de novos partidos *catch-all*. E trilhando a senda do pós-materialismo de Inglehart, ele assinala o desmantelamento dos sindicatos e o simultâneo crescimento de organizações identitárias com bases não classistas, abraçando também a distinção entre “velha” e “nova” política – a última movida por clivagens pós-materialistas, e a primeira caracterizada pela política classista.

Em uma indisfarçada manifestação ideológica, Pakulski defende que a política contemporânea é pautada em “valores pós-ideológicos”, essencialmente distintos dos que foram moldados por líderes sindicais e partidários no início do século XX. Esse fenômeno seria correlato ao fim da articulação política das classes em torno de uma ideologia. Neste passo, o autor menciona quatro estudos realizados de 1966 a 1991 que concluíram que a noção de “classe” é identificada na imagética popular com a renda ou o patrimônio, querendo dizer que os indivíduos sequer conseguem definir corretamente o que são as classes; e mais um estudo no qual se conclui que é mínima a saliência das classes para as experiências individuais, ao menos conscientemente.

Pakulski argumenta, a partir do índice de Alford, que desde 1940 tem havido uma consistente queda nos coeficientes de voto de classe. E acresce que, mesmo quando aplicado o índice de Thomsen – que, segundo ele, é menos sensível à popularidade geral dos partidos políticos –, essa queda permanece evidenciada, com menos distorções do que as causadas pelo índice de Alford. A embasar suas razões, o autor se vale do estudo de Nieuwbeerta previamente discutido.

Ignorando uma diferença histórica crucial – de que à superação dos estamentos correspondeu a superação do feudalismo –, o artigo compara a morte das classes com a morte dos estamentos. Mas, apesar de se reconhecer a subsistência do capitalismo, é concluído que as explicações apoiadas em classes se tornam cada vez menos parcimoniosas e mais elaboradas, o que leva à míngua da sua relevância teórica. Ao complexificar a análise, o paradigma de classes torna-se irrelevante para o propósito que ele mesmo se atribuiu, o de identificar as “regras do movimento” da sociedade.

Pakulski lamenta que o discurso de classes permaneça relevante ainda hoje para muitos pesquisadores, reprovando que os “advogados” da classe não a abandonem e continuem ajustando seu paradigma por meio da “metamorfose de conceitos”, entre o que ele chama de “marxismos e weberianismos”. O artigo conclui peremptoriamente pela crescente perda de

relevância do que seu autor refere como o paradigma de classes, e, em mais um flagrante enlevo ideológico, indaga se é válido o “esforço ideológico” para salvá-lo.

Deve-se jogar luz sobre alguns pontos. O primeiro é que ao longo de todo o artigo o autor tece críticas ao paradigma de classes em virtude do seu alegado viés ideológico, o que pressupõe que, ao criticar, ele mesmo se encontrava num *locus* não-ideológico capaz de propiciar uma perspectiva neutra – premissa cujo equívoco é desnecessário sublinhar aqui, mesmo porque dela já se tratou ao se abordar a ideologia como “falsa consciência”. O segundo é que ele parte de estudos cuidadosamente selecionados para justificar sua tese de que as classes não importam mais sob quaisquer enfoques teóricos, descartando todos os demais estudos que desafiam essa perspectiva, o que faz com apoio na refutação genérica e apriorística de qualquer conceito de classe (não há propriamente uma crítica teórica do conceito de classe que deságua na sua refutação, mas uma inflexível negativa de validade a qualquer conceito de classe). Ademais, o artigo é uma espécie de sumário das conclusões extraídas de pesquisas empíricas, mas não é ele mesmo uma pesquisa empírica; isso cria o óbvio problema de não se ter acesso – ao menos não diretamente – às metodologias utilizadas nos estudos de referência; e uma posição tão obstinada quanto a de Pakulski só se legitima por um nível razoável de sofisticação metodológica.

3.7 The Depoliticization of Inequality and Redistribution: Explaining the Decline of Class Voting (EVANS e TILLEY, 2012)

O enfoque deste artigo recai sobre como os partidos moldam as clivagens sociais a partir das escolhas ideológicas que eles apresentam aos eleitores, e como isso impacta as crenças a respeito dos temas *desigualdade e redistribuição*. Para isso, os autores se valem da associação entre classe e partido na Grã-Bretanha durante o período que vai de 1983 a 2010 (a variável independente é a classe, e a dependente, a escolha partidária: partidos Trabalhista, Conservador, Liberal ou sem partido). Nesse período, nota-se de plano que o Partido Trabalhista, em conjunto com outros partidos de esquerda da Europa ocidental, seguiu um caminho mais marcadamente centrista, na tentativa de ampliar seu eleitorado de classe média. Especialmente a partir da década de 90 houve uma convergência ideológica pronunciada entre os partidos Trabalhista e Conservador.

Os autores trazem duas explicações para o declínio percebido no voto de classe: a primeira está de acordo com o pós-materialismo de Inglehart, que postula o incremento da renda e dos níveis educacionais como causa a uma transformação nos valores que orientam as

escolhas eleitorais, desestabilizando as clivagens baseadas em divisões materiais; e a segunda assume que o desalinhamento entre classe e partido é fruto das novas estratégias dos próprios partidos, mormente os de esquerda.

Evans e Tilley argumentam que conclusões a respeito do impacto do fracionamento da estrutura de classes nas escolhas políticas geralmente são inferidas a partir do declínio no nível do voto de classe, em vez de medidas independentemente e utilizadas para justificar tal declínio. Em outras palavras, a crítica é contra os que concluem pelo declínio das classes em si com base apenas no declínio do voto de classe.

Em contraposição, os pesquisadores defendem um argumento “pelo lado da oferta” [*supply-side*], segundo o qual a associação entre classe e escolha eleitoral é diretamente dependente da adoção, pelos partidos, de posturas distintivas de classe. À míngua de discursos e programas que promovam a identificação entre interesses e classes, a posição de classe é menos provável de ser associada à escolha partidária. Nessa toada, prediz-se que a polarização político-ideológica tende a acentuar a correlação entre classe e voto, ao passo que a convergência tende a diluir essa correlação.

Um argumento “pelo lado da demanda” [*demand-side*], a seu turno, é aquele que propõe que a associação entre posições de classe e valores de esquerda-direita diminui na medida em que as próprias classes perdem suas especificidades. Já a tese adotada no estudo, sob a perspectiva da oferta, atribui à convergência ideológica a causação do declínio da importância do espectro esquerda-direita para a escolha partidária – isto é, as classes continuam a divergir nas suas visões sobre desigualdade e redistribuição, mas a motivação para a escolha partidária com base em apelos classistas é reduzida. A premissa de que se parte elege a classe como o fator mais importante para explicar as diferenças nas orientações individuais sobre medidas redistributivas (Estado de bem-estar social *versus* Estado liberal).

O estudo se desenvolve sobre uma operacionalização de classe baseada em duas variáveis, tomadas independentemente: ocupação e renda. A primeira se vale de uma versão reduzida do esquema EGP, na qual são categorizados cinco grupos ocupacionais: o “salariado” (profissionais e gerentes), trabalhadores não-manuais de rotina, pequena burguesia (em termos amplos, os trabalhadores por conta própria), administradores e supervisores, e a “classe trabalhadora” (trabalhadores manuais qualificados e não qualificados). Já a medida de renda é feita pela localização em um quintil, sendo considerada para tanto a renda familiar. Os autores pontuam que a “renda é claramente distinta da classe ocupacional como usualmente

conceitualizada pelos sociólogos, mas na Ciência Política não é incomum tratar a renda como uma medida da posição de classe”¹⁰⁰ (p. 968).

Além disso, considerando que o objetivo primário do estudo é aferir os efeitos do grau de polarização partidária nas escolhas eleitorais, é utilizado o *Comparative Manifestos Project* como base para determinar em cada ano pesquisado o quanto os programas de cada partido divergiam entre si. Para tal é adotada uma escala centígrada.

Analisando os dados, Evans e Tilley descobrem que a diferença de apoio tanto ao Partido Conservador quanto ao Trabalhista, entre o salariado e a classe trabalhadora, diminuiu de cerca de 30% em 1983 para cerca de 10% em 2001, voltando a subir lentamente a partir de então. Os resultados são praticamente iguais quando se usam, em vez das ocupações, os cinco níveis de renda. Sugerem os autores, portanto, que “*houve mudança, e ela foi substancial.*”¹⁰¹ (p. 968)

Como aventado à guisa de hipótese, de fato, a força da associação entre voto e classe – medida pela ocupação ou pela renda – é condicionada pelo nível de polarização entre os partidos. Por exemplo, com um índice de polarização de 68.2, como atribuído a 1983, o voto do salariado e da classe trabalhadora no Partido Conservador discrepou 38%; todavia, com uma polarização consideravelmente menor em 2001 – apenas 9.34 pontos –, essa diferença encolheu para apenas 20%. Defendem os pesquisadores que seus modelos confirmam que os efeitos da classe na escolha partidária dependem da divergência ideológica entre os partidos. Quando os partidos estão mais próximos ideologicamente, como em 2001, a classe é um preditor menos confiável do que foi em 1983, quando os partidos divergiam mais claramente entre si.

Um dos modelos utilizados incluiu a orientação dos respondentes em relação aos valores associados à esquerda ou à direita. Argumenta-se que, se o vínculo entre a posição de classe e tais valores mudou ao longo do tempo, então o controle dos valores reduziria a mudança no efeito da classe sobre a escolha partidária. Mas essa hipótese não é confirmada; o controle das variáveis atinentes aos valores sobre desigualdade e redistribuição realmente atenua os efeitos da renda e da ocupação (ou seja, da classe tal como definida no artigo) sobre a escolha partidária, mas não chega a eliminar a relação condicional entre a classe e a polarização partidária sobre essa escolha.

Outro dos modelos utilizados propõe a inversão do fluxo de causalidade, com o declínio do efeito de valores de esquerda-direita sobre a escolha partidária, ao longo do tempo, funcionando como motor do desalinhamento entre classe e partido. Como previsto pelos

¹⁰⁰ No original: “Income is clearly distinct from occupational class as usually conceptualized by sociologists, but in political science it is not unusual to treat income as a measure of class position”.

¹⁰¹ No original: “there has been change, and it has been substantial.”

pesquisadores, esse modelo elimina a significância estatística da polarização partidária sobre o voto de classe. A lacuna entre eleitores do Partido Conservador provenientes do salariado ou da classe trabalhadora permanece praticamente a mesma com nível alto ou baixo de polarização.

A convergência ideológica dos principais partidos torna menos relevantes como critérios de escolha as posições do próprio eleitor sobre valores de desigualdade e redistribuição, ainda que permaneça essencialmente inalterada a associação entre a classe e esses valores. Segundo os autores (p. 974), uma “ideologia de esquerda ou direita importa para a escolha partidária do eleitor, mas importa muito menos quando os partidos estão oferecendo opções de políticas que não diferem ideologicamente uma da outra.”¹⁰² Ainda nas palavras de Evans e Tilley,

Aqui nós argumentamos que esse desalinhamento resulta da relevância política declinante de valores concernentes à desigualdade e à redistribuição. Esses resultados se mantêm independentemente do uso da ocupação ou da renda para medir a posição de classe. Enquanto a sabedoria convencional enfatizou o embaçamento das fronteiras entre classes, nossa análise indica, ao contrário, que o desalinhamento resulta do movimento centrista dos partidos, especialmente do Partido Trabalhista. Isso resultou num enfraquecimento dos sinais ideológicos de esquerda-direita mandados aos eleitores pelos dois partidos principais e no conseqüente declínio no impacto das posições do eleitor acerca de desigualdade e redistribuição sobre sua escolha partidária. Durante o mesmo período, a relação entre a posição de classe e os valores permaneceu relativamente inalterada: estes simplesmente passaram a importar bem menos para a escolha partidária.¹⁰³ (p. 974)

Os autores derivam dessas conclusões ainda uma outra. Eles negam o que chamam de “visão tradicional” da base motivacional do voto de classe, que refletiria uma aderência impensada a organizações representativas de interesses classistas. Distanciando-se dessa perspectiva que dizem ser “tribalista”, eles propugnam o voto de classe como “a expressão racional de diferenças individuais em interesses (primariamente) econômicos que se agrupam como resultado de características compartilhadas oriundas de rendas e condições de trabalho similares.”¹⁰⁴ (p. 974)

¹⁰² No original: “Left-right ideology matters to voters’ party choices, but it matters a lot less when parties are offering policy options that do not differ ideologically from one another.”

¹⁰³ No original: “Here we have argued that this dealignment results from the declining political relevance of values concerning redistribution and inequality. These results hold regardless of whether occupation or income is used to measure class position. Whereas conventional wisdom has emphasized the blurring of boundaries between classes, our analysis indicates instead that dealignment results from the centrist movement of the parties, especially the Labour Party. This has resulted in a weakening of the left-right ideological signals sent to voters by the two main parties and a consequent decline in the impact of voters’ positions on inequality and redistribution on their party choice. During the same period, the relationship between class position and values remained relatively unchanged: the latter simply mattered much less for party choice.”

¹⁰⁴ No original: “rational expression of individual differences in (primarily) economic interests that cluster as a result of shared characteristics deriving from similar incomes and conditions of employment.”

Apesar da ênfase no lado da oferta, os britânicos assinalam que isso não significa que a polarização partidária não responde à mudança social. Todavia, a obnubilização das divisões de classe não pode ser tomada como causa à convergência ideológica dos partidos, tendo em vista o persistente efeito da ocupação e da renda sobre as posições políticas do eleitor. Assim, embora políticos envolvidos com o projeto do Novo Trabalhismo indiquem o achatamento da sua base eleitoral como a principal consideração na mudança de rumo, os pesquisadores sugerem que ela só se tornou perceptível após a ascensão de Tony Blair – que teria figurado, portanto, como causa primária do desalinhamento, embora não seja descartada a possibilidade de causação em *feedback*.

Por fim, é destacado que, conquanto a maior parte do debate acerca do declínio da política de classes acentue o papel dos partidos de esquerda, eles não são os únicos que podem promover mudanças no funcionamento dessa clivagem. Enquanto persistirem diferenças materiais significativas atribuíveis a posições de classe, persistirá também a possibilidade de que a classe seja articulada como plataforma política. Nesse sentido, partidos no campo conservador podem enfatizar as divisões de classe de modo a privilegiar uma ampla classe média em detrimento da mais reduzida classe trabalhadora – a demonização das categorias mais pobres do eleitorado, dependentes da providência estatal, é apontada como uma das manifestações dessa política de classe de direita.

3.8 Class Voting in Western Europe: Do Various Class Schemas Make a Difference? (KNUTSEN e LANGSAETHER, 2015)

O objetivo precípua deste artigo é investigar se a utilização de esquemas de classes diferentes gera conclusões diferentes. Para isso, os autores calculam os índices de voto de classe em 18 países europeus usando dois esquemas distintos, o EGP e o de Oesch. Os partidos são aglutinados em famílias ideológicas, para efeito de comparação transnacional. Os dados utilizados dizem respeito ao apoio partidário, e não à intenção de voto em eleições concretas.

Knutsen e Langsaether adotam uma visão de classe abrangente: a categoria não se resume à ocupação laboral, que seria apenas uma espécie de “representação” da classe do indivíduo. Pessoas em classes distintas detêm habilidades e recursos distintos, a exemplo da sua renda e educação. Assim, controlar estas variáveis significaria excluir uma parte do que os noruegueses enxergam como constitutivo da própria filiação de classe.

Tal qual Pakulski e Oesch e Rennwald (como se verá adiante), na esteira da divisão proposta por Inglehart, Knutsen e Langsaether diferenciam entre “nova” política, pautada em

valores pós-materialistas, e “velha” política, guiada por interesses materialistas. As famílias de partidos são organizadas com base nesse critério, a partir do qual os pesquisadores descobrem que a correlação entre classe e voto é mais acentuada na dimensão da nova política. Outrossim, constatam que para todos os modelos utilizados as correlações entre classe e voto foram mais pronunciadas nos países escandinavos e menos nos países do sul europeu.

O esquema EGP utilizado foi o da versão simplificada, com apenas seis classes (classe de serviço alta, classe de serviço baixa, trabalhadores de rotina não manual, pequena burguesia, trabalhadores qualificados e trabalhadores não qualificados). Os autores pontuam que seus dados indicam relevantes variações locais; por isso, as conclusões são apresentadas somente como tendência geral. Nesse diapasão, eles obtêm os resultados a seguir.

No eixo da velha política, a *social-democracia* consegue maior apoio entre trabalhadores manuais e trabalhadores de rotina não manual, sendo menor o apoio pelas classes de serviços e pela pequena burguesia; os *liberais* possuem distribuição equânime entre as classes, embora com uma leve saliência entre os membros da classe de serviço e da pequena burguesia; os *conservadores* têm maior base na classe de serviço mais alta, sendo que esse apoio vai decrescendo até o nível dos trabalhadores não qualificados; por fim, os *crístãos democratas* também possuem uma distribuição de eleitorado razoavelmente equânime, embora com um apoio um pouco maior da pequena burguesia.

No eixo da nova política, ainda com o esquema EGP, Knutsen e Langsaether encontram um maior apoio para os *verdes* entre as classes de serviço, especialmente no nível mais baixo, e entre os trabalhadores de rotina não manual; os *socialistas de esquerda*, apesar da ampla variedade de posições políticas entre os países analisados (o que é destacado pelos próprios autores), têm a distribuição da votação similar à dos verdes, embora com correlação mais fraca e com menor apoio da pequena burguesia; por sua vez, a *direita radical* recebe suporte mais pronunciado das classes trabalhadoras (especialmente de trabalhadores qualificados) e da pequena burguesia, e menos pronunciado das classes de serviço – padrão que os noruegueses ressaltam ser “impressionantemente similar através dos países”.

Passando para o modelo de Oesch (que engloba as seguintes divisões de classe: grandes empregadores e profissionais liberais por conta própria; profissionais semi-técnicos; gerentes; profissionais socioculturais; pequena burguesia; trabalhadores na produção; trabalhadores de escritório; e trabalhadores em serviços), primeiramente na dimensão da velha política, revela-se que os social-democratas possuem maior suporte dos três primeiros níveis da classe operária, com mais ênfase de trabalhadores na produção e em serviços, e que os profissionais socioculturais não são mais propensos do que as outras classes superiores a votar nessa família

partidária. Quanto aos liberais, os autores encontram pequenas variações nas parcelas de votação das diferentes classes. Contudo, o apoio é um pouco mais destacado entre as classes profissionais e a pequena burguesia (com a exceção do Partido Liberal português, que, como nota o artigo, é muito diferente das demais agremiações nacionais que seguem a mesma bandeira ideológica). Eles descobrem também que o suporte aos partidos conservadores percorre as clivagens de maneira ainda mais homogênea que o dado aos liberais, embora com uma pequena vantagem entre os gerentes e a pequena burguesia, e com menor sufrágio por trabalhadores socioculturais e na produção.

Adentrando a dimensão da nova política, Knutsen e Langsaether deparam maior apoio aos partidos verdes dentre as classes de profissionais socioculturais e de técnicos, e menor suporte dentre os trabalhadores na produção e a pequena burguesia. Outrossim, os trabalhadores de escritório também são mais propensos a votar nos verdes que os trabalhadores em serviços e os gerentes. Quanto aos socialistas de esquerda, eles percebem um padrão de votação no qual são também os profissionais socioculturais os maiores apoiadores, e também a pequena burguesia a menor. Em contraste com os partidos verdes, no entanto, os trabalhadores na produção são a segunda maior força de apoio. As outras classes fornecem um suporte médio, situado no mesmo patamar. Já para os radicais de direita os pesquisadores confirmam o padrão que outros estudos vêm encontrando em vários lugares: o apoio é maior entre os trabalhadores na produção, seguidos imediatamente pela pequena burguesia e pelos trabalhadores em serviços. No polo oposto, o menor apoio a partidos dessa família provém dos profissionais socioculturais. As demais classes mantêm um mesmo nível médio de votação na direita radical.

Os autores concluem que há elementos para crer que o modelo de Oesch se sai melhor na captura das divisões modernas de classe, especialmente no que se refere à extrema direita (família partidária para a qual o voto de classe obteve o maior nível de relevância estatística). Todavia, eles advertem que não há evidência para pretender que o esquema EGP foi simplesmente superado, tendo em vista que as diferenças entre os dois esquemas não são grandes, e que em algumas situações o EGP é até mais preciso.

3.9 Voto assimétrico, classes e mobilidade social no Brasil (RIBEIRO e ISRAEL, 2016)

O objetivo primário do estudo é aferir a correlação entre a taxa de mobilidade social (mobilidade interclasses) e a votação em partidos específicos. Como, para esse propósito, é inevitável perquirir tanto a classe de saída quanto a de destino, o estudo serve como uma

excelente perspectiva sobre o voto de classe no Brasil – onde não há saliente tradição de pesquisas no campo. O esquema de classes utilizado é o Casmin (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*), modelo de apenas seis classes semelhante ao EGP simplificado – esse modelo tem por escopo a aferição da mobilidade, mais que propriamente da classe em dado momento. O referencial teórico adotado é também o de John Goldthorpe, por sua vez tributário a Weber.

Ribeiro e Israel indagam se se podem confirmar no Brasil as conclusões de estudos recentes segundo as quais altas taxas de mobilidade social enfraquecem a coesão classista e servem de fator de desalinhamento. Para isso, abraçam a tese do padrão de votações como uma *luta de classes democrática*, defendendo que “as clivagens de classe na esfera política se dariam através das disputas eleitorais em que classes trabalhadoras tenderiam a votar em partidos mais à esquerda e classes médias tenderiam a votar em partidos mais à direita.” (p. 112)

De acordo com os autores, houve um pico de correlação entre o voto da classe trabalhadora e o Partido dos Trabalhadores em 2006, assim como do voto de classe em geral. Apesar disso, observam que há no país uma proporção muito alta de “trabalhadores por conta própria” que tendem a não se identificar com as políticas redistributivas da esquerda. Eles acentuam também que, principalmente nas classes dos administradores e gerentes e dos pequenos proprietários, a mobilidade ascendente intergeracional plasmou um padrão de votos com tendência à esquerda; *a contrario sensu*, os indivíduos cujos pais pertenciam à mesma classe que eles – a quem os autores chamam de “imóveis” – tendiam a se alinhar mais com a direita.

A seu turno, os membros imóveis das classes trabalhadoras (que, no esquema utilizado pelos autores, engloba três divisões de classes) tenderam a votar significativamente mais em Lula (em 2006) do que os membros imóveis de quaisquer outras classes. Em contraste, os membros imóveis das classes de profissionais e administradores e de pequenos proprietários tenderam a votar significativamente menos em Lula. De um panorama mais amplo, Ribeiro e Israel concluem que

(...) há um efeito assimétrico da mobilidade social, ou seja, o efeito da mobilidade ascendente é diferente do efeito da mobilidade descendente. Mais especificamente, observamos que *peessoas com mobilidade ascendente tendem a votar mais parecido com a posição de sua classe de origem, e pessoas com mobilidade descendente tendem a votar mais de acordo com sua classe de destino.* (p. 122)

Essa conclusão, vale sinalizar, vai de encontro à defesa de Estanque (2015) de que a mobilidade ascendente geraria um padrão de voto semelhante ao da classe de destino, dado o

anseio do indivíduo em se identificar com os valores do grupo a que passou a pertencer; em sentido contrário, a mobilidade descendente geraria um padrão de voto equiparável ao da classe de saída, pela disposição dos indivíduos a enxergar o descenso social como meramente temporário.

3.10 Policy Alienation, Social Alienation and Working-Class Abstention in Britain, 1964-2010 (HEATH, 2016)

O propósito específico deste artigo não é investigar a correlação entre *voto* e classe, mas entre *abstenção (turnout)* e classe¹⁰⁵. O autor avalia que alguns estudos já concluíram pela correlação entre abstenção e idade do eleitor, mas nenhum se dedicou a aferir a existência de um vínculo entre abstenção e classe.

A tipologia de que se serve Heath é uma versão condensada do esquema EGP, dotada de apenas quatro classes (salarizado, pequena burguesia, trabalhadores não manuais de rotina, e trabalhadores manuais).

Segundo o autor, a abstenção da classe trabalhadora é em média 19% maior que a do salariado [*salarariat*] no Reino Unido (apesar de sempre ter havido essa diferença, em 2001 ela era de apenas 5%, o que significa um salto de 14% em nove anos). O britânico revela que, para o ano de 2010, o logaritmo da razão de chances [*log odds ratio*] era de magnitude maior para o efeito da classe na abstenção do que para a associação entre classe e voto. Ele então constata que, pela primeira vez, a classe se tornou mais importante como clivagem *participatória* do que como clivagem *eleitoral*, e sugere que o declínio do voto de classe é anterior ao crescimento da desigualdade de participação entre as classes, sendo que o primeiro atuaria como uma das causas do segundo.

Entretanto, estudos anteriores citados no artigo temperam esses dados mostrando que a abstenção é afetada pelas diferenças das políticas oferecidas pelos partidos a cada eleição – a proporção é inversa: quanto maior a diferença percebida entre as políticas partidárias, menor a abstenção¹⁰⁶. Przeworski e Sprague, por exemplo, teorizam que a adoção de programas

¹⁰⁵ É importante esclarecer que a palavra inglesa *turnout* tem viés positivo, referindo-se aos eleitores que “aparecem” para votar, enquanto a palavra portuguesa *abstenção* tem viés negativo, aludindo à escolha pela não participação no processo eleitoral. A diferença de sentidos das palavras utilizadas como medida de um mesmo conceito (a participação) se deve ao fato de que nos países anglo-saxões o voto é facultativo, medindo-se a participação eleitoral pelo número de eleitores que efetivamente votam em dado pleito; já no Brasil – e, por um período, também em Portugal –, sendo compulsório o voto, a participação se mede pelo número de eleitores que deixam de votar no pleito considerado.

¹⁰⁶ Proposição que reflete no domínio participatório a tese segundo a qual o nível da correlação entre voto e classe depende da ênfase dada pelos partidos, principalmente os de esquerda, em programas e discursos classistas – tal

supraclassistas por partidos de esquerda leva à abstenção de alguns membros da classe trabalhadora. Leighley e Nagler, a seu turno, mostram que, comparados com os mais ricos, os mais pobres nos Estados Unidos tendem a ver menores diferenças entre as plataformas políticas dos candidatos, e são menos propensos a enxergar uma distinção significativa entre as medidas propostas. De acordo com Heath, quando o Partido Trabalhista [o *Labour Party* do Reino Unido] promove uma política mais alinhada com a esquerda a classe trabalhadora pode-se mostrar mais suscetível a votar, e quando adota uma agenda mais à direita a classe trabalhadora pode-se tornar “alienada” e então se abster de votar.

Outra questão debatida pelo autor é que os eleitores parecem importar-se mais com a percepção de proximidade social do candidato – a ideia da “*pessoa como nós*” – do que com seus próprios interesses materiais. E, para Heath, isso tem uma explicação racional: coletar informações sobre as posições políticas de partidos e candidatos e elaborar daí uma opinião é uma atividade mais custosa do que simplesmente observar as características sociais dos candidatos e utilizá-las heurísticamente. O *background* social do candidato funciona assim como um atalho cognitivo – muito falho – para a sua agenda política. Nessa senda, o pesquisador adscribe que o percentual de membros trabalhistas do parlamento que reivindicavam a si mesmos como da classe trabalhadora caiu drasticamente de 1964 a 2010, o que pode ter ocasionado uma desvinculação simbólica do partido com a classe que ele se propõe a representar.

A análise dos dados leva Heath a concluir pela confirmação da sua hipótese: o nível de abstenção da classe trabalhadora é de fato inversamente proporcional à diferenciação percebida entre partidos e candidatos, sendo sugerido pelo autor que a última funciona como causa do primeiro. Assim, ele declara que (p. 16), “*Enquanto o Partido Trabalhista se tornou mais de classe média, a classe trabalhadora em particular se retirou do processo político*”¹⁰⁷. Correlatamente, critica a tese de que a classe se tornou menos importantes na política britânica. Apesar de reconhecer que as divisões de classe não estruturam o voto de forma tão indubitosa quanto antes, Heath credita esse resultado à sensível diminuição do apelo classista do *Labour Party*. Da mesma forma, a redução dos níveis do voto de classe não é causada pela assimilação da classe trabalhadora ao processo político, mas, ao contrário, pela sua crescente marginalização desse processo.

como defendida, por exemplo, por Hout, Brooks e Manza (2001), Goldthorpe (2001), Evans e Tilley (2012) e Ribeiro (2017).

¹⁰⁷ No original: “As Labour has become more middle-class, the working class in particular have withdrawn from the political process.”

Ademais, o autor defende – no que é corroborado por inúmeros outros acadêmicos – que as estratégias políticas dos partidos são capazes de moldar as divisões de classe: sem estratégias que enfatizem ou incorporem diferenças de classe, é menos provável que a posição de classe seja associada com a escolha partidária. A ausência de um claro sinal social dificulta a escolha de qual partido melhor representa os interesses da classe trabalhadora, o que cria terreno fértil para atores populistas como o UKIP (*United Kingdom Independence Party*), que encontrou uma maneira de se conectar com essa classe alienada.

3.11 Electoral Competition in Europe`s New Tripolar Political Space: Class Voting for the Left, Centre-Right and Radical Right (OESCH e RENNWALD, 2017)

Este artigo abraça a premissa de que a política europeia contemporânea é um espaço tripolar, dividido entre os eleitorados da direita radical, da centro-direita e da esquerda (que abrange os social-democratas, os comunistas e a nova esquerda). Apoiando-se em dados de nove países da Europa Ocidental para o período de 2000 a 2015, os autores argumentam que a ascensão da extrema direita consolidou uma cisão entre a dimensão econômica (onde esquerda e direita se confrontam) e a dimensão cultural da política (nesta, a direita radical se embate com o resto do espectro partidário).¹⁰⁸ Pontuam também que o primeiro eixo diz respeito a necessidades materiais, enquanto o segundo se refere ao pertencimento a uma comunidade. Para os pesquisadores suíços, a direita radical inclui partidos populistas para os quais o eixo econômico é de importância subordinada ao cultural. Os novos laços partidários põem o aspecto material (econômico) em segundo plano; o problema é que o critério econômico é o princípio diferenciador na clivagem de classe – o que impacta na percepção de relevância da categoria.

Oesch e Rennwald distinguem três níveis de vínculo entre classes e polos partidários: (I) algumas classes são *o reduto* de um polo específico; (II) algumas classes são o *território em disputa* para dois polos diferentes; e (III) todos os três polos estão em *competição aberta* por algumas classes. No primeiro, um único polo partidário recebe apoio eleitoral acima da média de apenas uma classe, enquanto os outros dois recebem apoio abaixo da média. No segundo, dois polos partidários recebem apoio eleitoral acima da média de uma classe, enquanto o apoio para o polo restante é abaixo da média. E, no terceiro, nenhum dos três polos recebe apoio acima ou abaixo da média da classe em questão.

¹⁰⁸ Interessante notar que essas dimensões econômica e cultural repercutem as noções de *materialismo e pós-materialismo*, que, de acordo com Ronald Inglehart, subjazeriam à “velha” e à “nova” política, respectivamente.

A variável independente – posição de classe – é aferida com base num modelo elaborado pelo próprio Oesch, e que se constrói pela interseção entre duas dimensões: uma vertical, relacionada às habilidades do trabalhador, e outra horizontal, relacionada à lógica de trabalho na sua ocupação. A combinação dessas duas dimensões resulta em oito classes distintas: (1) gerentes, contadores e administradores, (2) especialistas técnicos, (3) profissionais socioculturais e semiprofissionais, (4) trabalhadores na produção (5) trabalhadores de serviços, (6) atendentes, (7) grandes empregadores e profissionais liberais e (8) proprietários de pequenos negócios, pequenos artesãos e fazendeiros. Os números 1, 2 e 3 formam as classes médias, os números 4 e 5 formam a classe trabalhadora, o 6 é uma espécie de zona limítrofe entre as classes médias e as trabalhadoras, e o 7 e 8 representam os trabalhadores por conta própria.

Os pesquisadores aplicaram também algumas perguntas com o propósito de aferir o posicionamento do eleitor nas áreas econômica e cultural. E divisaram que os profissionais socioculturais são particularmente libertários, conquanto mais à esquerda no eixo econômico. No polo oposto, conservador, estão os pequenos proprietários e especialmente os trabalhadores na produção; todavia, estes adotam uma visão mais à esquerda que aqueles na seara econômica.

A análise dos dados posicionou as classes trabalhadoras (na produção e em serviços) como *território em disputa* pela esquerda e pela direita radical. Aqui a escolha partidária fica condicionada à preponderância, para o eleitor individual, do eixo econômico sobre o cultural, ou vice-versa. Os gerentes e especialistas técnicos, por sua vez, são o território disputado pela esquerda e pela centro-direita, contando como fator determinante na escolha o eixo econômico. A seu turno, os pequenos proprietários são disputados entre a centro-direita e a direita radical, sendo fator determinante, neste caso, o eixo cultural.

Na categoria dos *redutos*, os autores posicionaram os profissionais socioculturais como o da esquerda e os grandes empregadores e profissionais liberais como o da centro-direita. Nesta categoria, mais de 50% da classe de referência votam em um polo partidário específico. Por fim, o artigo consigna que 50% do eleitorado da direita radical são das duas classes trabalhadoras, ao passo que para a esquerda são menos de 40%, e para a centro-direita menos de 30%.

A conclusão de Oesch e Rennwald a partir do exame desses dados é que está em emergência um novo padrão de voto de classe, sem, todavia, substituir o antigo. Os padrões antigo e novo coexistem, e são gerados pela preponderância de um eixo sobre o outro (eixos econômico e cultural).

3.12 Aproximações ao voto de classe no Brasil (RIBEIRO, 2017)

O artigo apresenta um recente e valioso olhar sobre o voto de classe no Brasil, porque essa categoria de análise é seu objeto único, e porque o exame dos dados é precedido de uma discussão teórica relativamente aprofundada. O autor assume que no hemisfério sul a propensão a votar segundo a posição de classe é ainda significativa, e propõe que o apelo classista constituiu um dos pilares do sucesso eleitoral do Partido dos Trabalhadores – em que pese a ampliação do eleitorado-alvo a partir das eleições de 2002. No domínio das classes, o governo do PT foi de grande importância também em função do surgimento da “nova classe média”.

Apesar do imbricamento do PT com a política de classes, Ribeiro defende que pouco se fez no Brasil para analisar o voto de classe ao longo do século XXI. Para ele, a já escassa produção acadêmica sobre o tema foi limitada a investigar se uma classe particular – em geral, a trabalhadora – votou em um partido específico – o PT. Além disso, menciona como proliferaram estudos que tomam como variável o benefício do Bolsa-Família, em detrimento das classes (embora o foco no Bolsa-Família seja em si o foco em uma [sub]classe, a dos destituídos, os interesses de outras frações da classe trabalhadora não lhe são subsumidos).

Um outro problema apontado por Ribeiro – problema que, aliás, pode ser encontrado em alguns dos outros artigos resumidos neste capítulo – é que, na maioria dos estudos que se valem do conceito de classe, a renda é utilizada como um *proxy*, o que é inadequado para captar a essência da clivagem. A isso se soma que uma parcela significativa da população brasileira trabalha por conta própria, uma realidade que o conceito de classe limitado à renda não consegue captar. Nas palavras do autor,

Tal escolha teórica restringe a análise às possibilidades das variáveis quantitativas (a classe é, enfim, a quantidade de renda disponível a um indivíduo ou à sua família, e não uma categoria deduzida a partir de relações sociais na esfera da produção) excluindo, de antemão, a formulação de análises categóricas – o que, necessariamente, dificulta a compreensão de padrões de voto de classe no Brasil. Além disso, a escolha por esta perspectiva “gradacional” de classes sociais, implica numa indevida agregação de posições de classes diversas em um mesmo estrato de renda. [...] se, por exemplo, um determinado estudo toma a renda individual como parâmetro e limita a menor faixa de sua tipologia num valor equivalente a dois salários mínimos, pode acabar por incorporar, numa mesma categoria, universos díspares como os do proletário urbano e o do pequeno camponês. Ou seja, num mesmo patamar, para utilizar exemplos bem vívidos, passam a se localizar, arbitrariamente, o arquetípico operário industrial, celetista, sindicalizado e minimamente qualificado que reside nos bairros populares das grandes cidades (com vencimentos em torno de dois salários mínimos), e o posseiro de área rural que sobrevive da agricultura de subsistência [...] (p. 5)

À classe gradacional circunscrita à renda Ribeiro opõe uma abordagem relacional, que faz uso de variáveis categóricas. Esse caminho, porém, cria um problema novo: a insuficiência dos acervos de dados disponíveis no Brasil para a formulação de uma tipologia construída sobre a perspectiva sociológica da classe, o que exige um complexo conjunto de variáveis de difícil obtenção. O autor ressalta que o ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) não dispõe de dados satisfatórios para a construção dessa tipologia, ao passo que o Latinobarômetro não possui dados relevantes sobre as intenções de voto, em que pese proporcione melhores instrumentos para a operacionalização da classe. Como alternativa, Ribeiro se vale de dados agregados das duas pesquisas, com o modelo de inferência ecológica de King – cuja virtude é apontada como o controle da falácia ecológica, que consiste em assumir que aquilo que é verdade para um grupo é verdade também para os indivíduos que o compõem.

Com base nesses dados agregados, adota-se uma tipologia de classes de feição neomarxista, a de José Alcides Figueiredo Santos – derivada, por sua vez, da tipologia de Wright. De acordo com Ribeiro, o esquema prima por incorporar espaços de destituição de ativos econômicos e/ou educacionais que caracterizam grande parte da estrutura social brasileira, e têm implicações diretas nos comportamentos políticos. O modelo utilizado na pesquisa é um aglutinado tripartido das classes de Santos, gerando os grupos dos “destituídos”, da “classe trabalhadora ampliada” e dos “privilegiados”.

São três as eleições presidenciais examinadas, as de 2002, 2006 e 2010, com o objetivo declarado de “compreender, em termos de classe, a composição social do eleitorado das candidaturas presidenciais petistas durante o período considerado.” (p. 13) Busca-se entender a composição total do eleitorado do PT, e não apenas o percentual da classe trabalhadora que apoiou o partido. As escolhas eleitorais foram divididas entre três alternativas: voto no PT, voto em outras candidaturas (no PSDB, no caso dos segundos turnos), e somatório de votos nulos, brancos e abstenções. Utilizando os dados do Censo Demográfico, Ribeiro agrupa os municípios, onde se realizaram as pesquisas, em quatro *clusters* de acordo com o seu nível de desenvolvimento – para o qual a medida *proxy* utilizada é o PIB municipal.

O estudo se vale da noção de “formação eleitoral de classe”, uma espécie de corporificação da classe ao longo do processo eleitoral. Trata-se de uma adaptação da categoria original de “formação de classe”, extraída de Wright¹⁰⁹. De acordo com Ribeiro, “A

¹⁰⁹ Ribeiro cita o seguinte trecho da obra *Class Counts*, de Erik O. Wright: “[...] qualquer forma de relações sociais coletivamente constituídas que facilite a ação solidária em busca de interesses de classe é uma instância de formação de classe” (2000, p. 191, tradução nossa). Além de Wright, ele menciona que também Przeworski endossava a noção de formação classista. Deve-se observar, entretanto, que a noção original de “formação de

incumbência em uma mesma posição de classe não necessariamente concorre para que os indivíduos se organizem politicamente a partir de seus interesses objetivos classistas. Para muitos autores (tais como Przeworski, 1989), a realização da classe somente se completa na luta política.” (p. 17) Essas formações são, no entanto, altamente instáveis, e um eventual aspecto tendencial não é linear ou inevitável, tal como acentuado como Przeworski. Mesmo assim, “uma formação de classe pode ser afirmada na escolha majoritária por indivíduos em um mesmo grupamento de classe por um determinado partido ou candidato – tal escolha pode ser compreendida como uma *formação eleitoral de classe*. Em larga medida, tal noção torna-se bastante dependente das estratégias dos partidos à esquerda em afirmar o mundo do trabalho enquanto classe” (p. 18).

Examinando os dados agregados do ESEB e do Latinobarômetro, Ribeiro extrai algumas conclusões específicas para o primeiro e o segundo turnos. Para o primeiro, ele revela que: o grupo dos privilegiados não votou majoritariamente no PT em nenhuma das eleições; em todas as eleições, dentre os privilegiados, os do *cluster* 1 (que agrega os municípios com as maiores rendas) foram os que menos votaram no PT; ainda dentre os privilegiados, os do *cluster* 4 (menor renda) foram os que mais votaram no PT; passando à classe trabalhadora ampliada, os eleitores do *cluster* 1 foram os que mais votaram no PT em 2002, com uma diferença significativa para os demais *clusters*; em 2006, essa tendência se repetiu, mas com uma diferença menos substancial entre os *clusters*; em 2010, no entanto, ela se inverteu, com os trabalhadores do *cluster* de menor renda votando mais significativamente no PT; já quanto aos destituídos, a diferença percentual de votação no PT entre cada *cluster*, em 2002, não foi significativa; a partir de 2006, todavia, os três *clusters* de menor renda passaram a votar mais no PT que o primeiro; não obstante, também dentre os destituídos do primeiro *cluster* a votação no PT foi maior em 2006 e 2010 que em 2002.

Passando ao segundo turno, quando o único partido competindo com o PT foi o PSDB, Ribeiro destaca um claro padrão de voto dos privilegiados nos tucanos, em todas as três eleições consideradas, em comparação com a escolha majoritária da classe trabalhadora pelo PT. Outrossim, os destituídos também demonstraram adesão ao projeto petista a partir de 2006 (quando já era possível avaliar os benefícios iniciais do Programa Bolsa-Família). Sumarizando as conclusões relativas ao segundo turno, temos o seguinte: os privilegiados votaram mais no PSDB em todas as três eleições, em todos os *clusters* (à exceção do segundo e do último, em 2002); a classe trabalhadora ampliada votou mais no PT, em todas as três eleições e em todos

classe” é atribuída a E. P. Thompson, com a obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, cuja primeira edição data de 1963.

os *clusters*, *sem exceções*; em 2002, só os destituídos do primeiro *cluster* votaram mais no PT; a partir de 2006, os destituídos de todos os *clusters* votaram mais no PT (com exceção do *cluster* 1, em 2010, no qual o PT perdeu por um 1% para o PSDB).

O autor apresenta ainda uma tabela com a variação do percentual de votos no PT entre os dois turnos de cada eleição, sobressaindo o ganho no seio da classe trabalhadora. Então ele medita que (p. 23), “se o voto de classe se baseia no reconhecimento, por parte dos eleitores, das diferenças entre as plataformas dos partidos, no tocante aos seus interesses materiais, tais padrões revelam, de modo mais explícito, o caráter que esse comportamento eleitoral assumiu durante os pleitos analisados.”

Manejando o conceito de formações eleitorais de classe, embora prevenindo acerca da transitoriedade que elas podem assumir, Ribeiro afirma ter desvelado padrões gerais atinentes a cada grupamento de classe analisado. Nas suas palavras (p. 24),

(1) Os privilegiados empreenderam formações eleitorais de classe contrapostas às candidaturas presidenciais petistas, desde o primeiro ano da série. Principalmente nos segundos turnos, e com maior pujança a partir de 2006, o voto nos nomes apresentados pelo PSDB foi a tendência majoritária demonstrada pelos eleitores em tal grupamento classista.

(2) As formações eleitorais da classe trabalhadora ampliada se basearam, ao longo de todo o período analisado, na escolha preponderante pelas candidaturas presidenciais petistas. Essas tendências se acentuaram nos segundos turnos, marcados pelos expressivos aumentos nos percentuais obtidos nesse grupamento pelas candidaturas Lula e Dilma Rousseff.

(3) As formações empreendidas pelos eleitores imersos nas posições de classe destituídas, ao contrário dos dois outros grupamentos analisados, foram refratárias à candidatura petista, no primeiro ano da série; nos demais, realizaram uma guinada a favor do PT. Tal adesão foi percebida tanto nos primeiros quanto nos segundos turnos daquelas eleições.

Ao articular essas percepções, o autor observa que o sucesso eleitoral do PT se calcou numa aliança entre os destituídos e a classe trabalhadora – salvo em 2002, quando apenas esta última demonstrou apoio sólido à candidatura petista. Outrossim, Ribeiro se soma aos que defendem que o voto de classe é fortemente condicionado pela existência de apelos partidários a evocar a categoria: se os programas e agendas dos partidos não enfatizam as diferenças classistas, elas tenderão a sofrer um processo de diluição na consciência política do eleitorado, restando pouco incentivo para que sirvam de guia ao voto.

3.13 The radical right, the labour movement and the competition for the worker`s vote (MOSIMANN, RENNWALD e ZIMMERMANN, 2018)

O artigo dos suíços enfoca a divisão das escolhas eleitorais entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, explorando principalmente o efeito da sindicalização sobre a propensão ao voto na extrema-direita e a gradação desse efeito ao longo da hierarquia de classes. Os pesquisadores partem do princípio de que as políticas e a retórica da extrema-direita minam os valores do sindicalismo tradicional, como a solidariedade de classe sem distinção de nacionalidade ou origem. Ao passo que a extrema-direita possui uma parcela do discurso voltada aos trabalhadores, suas estratégias diferem profundamente das adotadas pelos movimentos sindicais. Nesse sentido, aponta-se a defesa, pela extrema-direita, de trabalhadores nativos contra os imigrantes. A solidariedade fomentada pelo discurso da direita radical promana da nacionalidade, em detrimento da classe¹¹⁰.

Os dados de que se valem os pesquisadores são os do *European Survey*, do período 2010-2016, abrangendo onze países da Europa Ocidental. E o esquema de classes utilizado no trabalho é uma adaptação simplificada da tipologia cunhada por Oesch, cujas categorias foram colapsadas em apenas duas: classe trabalhadora (englobando trabalhadores em serviços, na produção e funcionários administrativos) e classe média (abrangendo profissionais socioculturais, profissionais técnicos, gerentes de baixo escalão, proprietários de pequenos negócios, trabalhadores por conta própria e grandes proprietários). Como hipótese, os autores previram que o efeito da sindicalização sobre o voto na extrema-direita seria mais pronunciado para a classe trabalhadora do que para a classe média; outrossim, anteciparam que os trabalhadores seriam mais propensos ao voto na extrema-direita.

A primeira previsão foi confirmada: de fato os trabalhadores sindicalizados possuem, em geral, menor probabilidade de votar em um partido de extrema-direita – mesmo se é controlado o autoposicionamento ideológico do respondente. Além disso, a sindicalização aumenta a probabilidade de voto em partidos sociais-democratas, ou de abstenção – igualmente, mesmo com o controle sobre o autoposicionamento ideológico. O efeito da sindicalização é

¹¹⁰ O sucesso do discurso da direita radical exige, como pressuposto necessário, a criação da imagem de um inimigo, um bode expiatório que possa ser flagelado como a fonte dos males sociais. Todavia, o inimigo concreto varia em função das peculiaridades do público a que se destina o discurso, podendo assumir a forma dos comunistas (estes quase sempre convivem com outros), imigrantes, bandidos, “perversos”, etc. Sendo o Brasil um país de emigrantes, não faria sentido o discurso anti-imigração que é a principal plataforma da direita radical europeia; em seu lugar, o conservadorismo tupiniquim ataca, primeiro, a esquerda (imagem difusa que amalgama todo o espectro político à esquerda do ultraconservadorismo, incluindo a centro-direita) e, segundo, a “bandidagem”, os criminosos comuns – eventualmente operando a identificação entre uma e outra.

mais sensível no voto em partidos sociais-democratas do que na prevenção do voto em partidos de extrema-direita; o efeito sobre a abstenção fica no meio dos dois.

Em sete dos onze países pesquisados (Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e, sobretudo, Áustria, Dinamarca e Suíça), o efeito da sindicalização sobre a redução da probabilidade de voto na extrema-direita é estatisticamente significativo ($p < 0,05$). Todavia, nos quatro países restantes (Bélgica, Finlândia, França e Reino Unido), a sindicalização não mostrou efeito protetor substancial contra o voto na extrema-direita. Os autores teorizam que o efeito preventivo particularmente forte exercido pela sindicalização na Áustria, na Dinamarca e na Suíça é devido às políticas econômicas neoliberais aí compartilhadas pelos partidos desse espectro, aliadas ao fato de que esses partidos em algum momento já ombrearam com outros de centro. Em acréscimo, os sindicalizados se mostraram sensivelmente mais propensos a votar na social-democracia que os não sindicalizados em todos os países, à exceção da França. E em oito dos onze países (excluídas Bélgica, Dinamarca e Suíça), os votantes sindicalizados foram também significativamente menos propensos que os não sindicalizados a se abster de votar.

Os pesquisadores se dizem surpresos por não encontrarem evidências de diferença significativa nos efeitos da sindicalização entre a classe trabalhadora e a classe média. Sem embargo, ainda é perceptível uma influência um pouco maior da sindicalização sobre a classe trabalhadora nas tendências de não votar na extrema-direita e de votar na social-democracia. Assim, conclui-se pela rejeição da segunda hipótese aventada (de acordo com a qual a classe trabalhadora teria maior probabilidade de votar na extrema-direita), uma vez que as diferenças obtidas não atingem relevância estatística.

Aprofundando o debate sobre seus achados, Mosimann, Rennwald e Zimmermann concedem que, apesar dos valores de solidariedade desvinculada da nacionalidade que fundam o movimento sindical serem incompatíveis com o discurso xenofóbico da extrema-direita, é possível argumentar que uma identificação prévia com os valores sociais-democratas agiu como fator causal à sindicalização – e não o contrário. Eles ponderam, também, que a nova extrema-direita busca minar o sentimento de solidariedade por meio das oposições nacionais, legitimando-se, assim, perante os trabalhadores autóctones, tática distinta do confronto aberto em que se enredou a extrema-direita do período entreguerras.

À guisa de remate, os autores adscvem que sua

[...] análise empírica das eleições ao longo da Europa Ocidental desde o início da Grande Recessão evidencia que os membros de sindicatos demonstram sinais de resistência à estratégia da direita radical. Os sindicalizados continuam a apoiar principalmente a esquerda 'mainstream', e nós verificamos que a sindicalização imuniza o eleitor sobretudo contra a direita radical – especialmente onde os braços político e econômico do movimento

trabalhista socialista são fortemente ligados, e onde a direita radical aderiu a uma ideologia neoliberal e se aliou à centro-direita tradicional no passado.¹¹¹ (p. 24)

Algumas considerações nos parecem imprescindíveis. A primeira diz respeito ao esquema de classes utilizado, que colapsa em duas grandes categorias divisões individualmente significativas. Como aglutinar trabalhadores na produção e trabalhadores em serviços numa mesma classe trabalhadora, se praticamente a única similitude relevante nas suas condições de trabalho é a destituição dos meios de produção? Outrossim, como agrupar todas as “subclasses” médias, cujas condições materiais de vida são tão radicalmente distintas – nesse registro, que semelhanças práticas autorizam a colocar lado a lado profissionais socioculturais, pequenos burgueses e grandes empregadores? A divisão binária de classes utilizada pelos pesquisadores, de tão simplificada, arrisca-se a perder contato com a base social real que ela deveria representar (a mesma crítica já foi amiúde acentuada ao tratarmos do índice de Alford).

Além disso, outras questões têm de ser pontuadas quanto à variável “sindicalização”. Os sistemas jurídicos sindicais podem diferir consideravelmente entre os Estados, a começar pelo princípio de agregação, isto é, o critério utilizado para aglutinar trabalhadores em um sindicato. Cada um dos critérios pode influir de modo distinto nos efeitos da sindicalização a nível individual, mesmo porque esses critérios inelutavelmente afetarão os valores de solidariedade professados pelos entes sindicais¹¹².

É necessário também indagar se a desproporção entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados ao longo das diversas classes – visto que, tradicionalmente, a sindicalização tende a ser maior dentre os trabalhadores na produção, por exemplo – é suficiente para enviesar os cálculos estatísticos.

Por fim, cabe questionar: o que representa a sindicalização para os pequenos proprietários e os trabalhadores por conta própria, ou mesmo para os grandes empregadores? Contra quem seriam seus interesses materiais defendidos, e que organizações promoveriam essa

¹¹¹ No original: “Our empirical analysis of elections across Western Europe since the start of the Great Recession show that union members display signs of resistance to the strategy of the radical right. Union members continue to mainly support the mainstream left and we find that unionization immunizes voters overall against the radical right – especially where the political and economic arm of the socialist labour movement are strongly linked and where the radical right adheres to a neoliberal ideology and has colluded with the traditional centre-right in the past.”

¹¹² Existem quatro critérios jurídicos distintos para a agregação sindical, a saber: por empresa (os sindicatos se constituem para representar os interesses dos empregados de uma dada empresa), por categoria profissional (sindicatos representam os empregados de um mesmo setor, como de metalúrgicos ou rodoviários – é o critério geral adotado no Brasil), por similitude de ofício ou profissão (sindicatos representam um mesmo ofício ou profissão, horizontalmente, independente da atividade do empregador – é o critério utilizado no Brasil para as chamadas “categorias diferenciadas”), e por grandes ramos ou segmentos empresariais (sindicatos representam amplos setores, como industriários em geral, sem distinção pela atividade industrial exercida).

defesa? São aspectos relevantes à compreensão do funcionamento da variável “sindicalização”, mas que passam ao largo do texto.

3.14 Do the self-employed still vote for the centre-right parties? The cases of the UK, Italy and Spain (BARISIONE e DE LUCA, 2018)

Esta pesquisa enfoca uma “classe” específica, os trabalhadores por conta própria. Assumindo que as diferenças entre classes e grupos de *status* frequentemente se sobrepõem, os autores argumentam que os trabalhadores por conta própria parecem combinar as noções de “grupo ocupacional”, “posição de classe” e “grupo de *status*”. Todavia, eles ressaltam que essa premissa é mais facilmente verificável nos trabalhadores por conta própria “já estabelecidos” – os pequenos proprietários –, em oposição às novas formas de autonomia caracterizadas pela precarização.

De acordo com os italianos, a literatura acadêmica sobre esse grupo mostra que ele é geralmente mais propenso ao voto nos partidos de centro-direita, o que seria consistente com as propriedades da sua categoria ocupacional (pequeno negócio), posição de classe (classe média) e grupo de *status* (pequena burguesia), e com o seu posicionamento intermediário na clivagem de trabalhadores/proprietários, que alicerça a tradicional estrutura partidária europeia.

A escolha pelos trabalhadores por conta própria se deu em virtude da escassez de pesquisas que enfocassem o grupo, dada sua posição distintiva no mercado de trabalho. Além disso, o interesse dos autores repousa na particularidade dessa divisão, a única que poderia ser considerada não apenas uma classe, mas um grupo de *status* no sentido weberiano. Disso resulta o caráter único das suas atitudes políticas, como, por exemplo, a tendência a valorizar a autonomia individual em detrimento do Estado, visto como coletor de impostos que não são, em geral, revertidos a seu favor. Se essa orientação é compatível com o discurso professado pela centro-direita, então até mesmo o trabalhador por conta própria sem prévio vínculo ideológico será propenso a referendar-lhe o programa.

Acolhendo a tese de Evans e de Graaf segundo a qual as posições de classe importam como clivagem eleitoral na medida em que os partidos enfatizam as diferenças econômicas entre elas – tese que, ademais, já foi defendida por alguns outros artigos deste capítulo –, os pesquisadores preveem, como hipótese principal, que, dada a permanência de grandes parcelas

das populações ocupadas trabalhando por conta própria em democracias da Europa ocidental¹¹³, a correlação entre o pertencimento a esse grupo e o voto na centro-direita também permaneceria inalterada.

O trabalho usa dados relativos a Espanha, Itália e Reino Unido, extraídos dos *European Election Studies* de 2004, 2009 e 2014. A variável independente é o “*status* ocupacional”, e a dependente, a escolha partidária – que foi operacionalizada em três categorias: centro-direita (Partido Popular, na Espanha, O Povo da Liberdade, na Itália, e Partido Conservador, no Reino Unido), centro-esquerda (Partido Socialista Operário Espanhol, Partido Democrático, e Partido Trabalhista) e outros partidos com exceção da extrema-esquerda.

Barisione e De Luca afirmam que nas últimas duas décadas se difundiu o uso de esquemas de classe mais complexos, como o EGP, que permitem a aferição do voto de classe relativo, em substituição ao índice de Alford, sobre o qual se constrói o voto de classe absoluto. O uso desses modelos, no entanto, não teria gerado alterações dramáticas nos achados empíricos, em que pese forneça um maior apoio à tese do realinhamento partidário.

São formuladas quatro hipóteses de trabalho, a saber: 1 – hipótese principal) as chances de os trabalhadores por conta própria votarem no principal partido de centro-direita, comparado ao principal partido de centro-esquerda, devem ser significativamente maiores que as chances de os empregados votarem na centro-direita [“*hipótese do voto de classe*”]; 2) o voto de classe aferido na hipótese primária deve permanecer significativo mesmo controlando as variáveis sociodemográficas de gênero, idade e anos de estudo [“*hipótese da composição social*”]; 3) apesar de o envolvimento político e o autoposicionamento ideológico serem fortes preditores do comportamento eleitoral, ainda se espera uma associação significativa entre classe e voto mesmo quando esses fatores são controlados [“*hipótese da mediação política*”]; e 4) ao longo dos anos considerados, a associação entre trabalhadores por conta própria e a centro-direita deve reduzir, aumentando paralelamente a associação com os principais partidos de centro-esquerda e outros partidos que não de extrema-esquerda [“*hipótese do desalinhamento de classe*”].

Em 2004, nos três países considerados, os trabalhadores por conta própria representaram um percentual mais significativo do eleitorado da centro-direita que da centro-esquerda (apesar

¹¹³ As novas formas precarizadas de contrato de trabalho elevam o percentual de trabalhadores por conta própria, com a correlata diminuição dos empregos formais. Trata-se não de uma tendência isolada, mas planetária, inflada pelo discurso neoliberal e pelo vertiginoso desenvolvimento da tecnologia informacional. No Brasil, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e da PNAD Contínua mostram que o percentual de trabalhadores por conta própria passou de 19,1% em 2006 para 25,9% em julho de 2019; no mesmo período, o percentual de trabalhadores com carteira assinada foi de 41,4% para 35,2%. Note-se que as diferenças percentuais são praticamente as mesmas.

de o Reino Unido apresentar uma diferença mínima, o que os autores afirmam ser condizente com estudos prévios que apontam o declínio do voto de classe no Reino Unido simultâneo ao crescimento na Espanha e na Itália). De acordo com os pesquisadores, há clara evidência a corroborar o voto de classe, definido como a lacuna entre as opções partidárias dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores empregados, sendo estes mais propensos ao voto na centro-esquerda, e aqueles mais propensos ao voto na centro-direita.

Considerando os anos restantes, os autores concluem pela permanência do voto de classe na Espanha, pelo seu gradual declínio na Itália, e pela quase extinção no Reino Unido. Sobretudo, destaca-se a ressonância do apelo do terceiro polo partidário no seio dos trabalhadores por conta própria – polo no qual ao longo do século XXI vem assumindo protagonismo a extrema-direita.

Ser um trabalhador por conta própria, nas palavras dos autores (p. 14), “decerto faz uma significativa diferença no voto, porque isso aumenta as chances de votar em um partido de centro-direita, mesmo para aqueles eleitores que não necessariamente se situam à direita ou centro-direita do espectro ideológico.” Em consonância com a moldura teórica do estudo, isso é interpretado “como evidência de uma disposição prática resultante da posição específica e relacionada ao mercado dos trabalhadores por conta própria como um ‘grupo de status’ weberiano.” Os italianos concluem que também há evidência de que “a associação entre trabalho por conta própria e voto na centro-direita vem, na verdade, declinando ao longo do tempo, especialmente quando comparando 2014 e 2004.”¹¹⁴

As hipóteses 2 e 3 também foram confirmadas, embora cerca de 50% do voto de classe sejam, de fato, mediados pelo posicionamento político-ideológico do respondente. Mesmo assim, resta uma diferença significativa na influência da classe sobre a escolha eleitoral, não resumível a esse posicionamento. As variáveis sociodemográficas, a seu turno, não pareceram exercer qualquer efeito significativo sobre o nível do voto de classe.

Também a hipótese 4 foi confirmada pelos dados. Para os autores, o progressivo desalinhamento verificado ao longo dos dez anos de referência se deveu à fragmentação partidária e à convergência ideológica dos dois partidos principais, o que foi acompanhado pelo crescimento da importância do terceiro polo. Essa tendência foi especialmente pronunciada no

¹¹⁴ No original: “[...] does make a significant difference in voting, because this increases the odds of voting for a centre-right party, even for those voters who do not necessarily place themselves on the right or centre-right of the ideological spectrum. [...] In the theoretical framework of this study, this is interpreted as evidence of a practical disposition to voting resulting from the specific social and market-related position of the self-employed as a Weberian ‘status group’. [...] we also found that the association between self-employment and voting for the centre-right has actually been declining over time, especially when comparing 2014 and 2004.”

Reino Unido, onde os trabalhadores por conta própria passaram a votar significativamente mais no Partido Trabalhista – o que possivelmente ocorreu em função da guinada pró-mercado da legenda, causadora também do afastamento da classe operária.

Malgrado o enfoque inovador e pertinente, o estudo peca pela forma como instrumentaliza a categoria “trabalhadores por conta própria”, que termina por congrega, sob o pálio do elemento unificador da ausência de subordinação, situações tão díspares quanto a de um pequeno proprietário e a de um autônomo sem capital. Acontece que a especificidade da ocupação tem influência crucial sobre a formação das preferências eleitorais. Sem embargo, a premissa teórica de que os trabalhadores por conta própria em geral, dada a ausência de subordinação, tendem a prezar mais a autonomia mercadológica do que a burocracia estatal parece-nos exata.

Outro ponto a que se deve atentar é a tripartição da variável dependente, que deixa mero espaço residual a um campo do espectro ideológico que vem inflando sistematicamente ao longo das duas primeiras décadas do século XXI: a direita radical. Sua emergência demanda um posicionamento menos marginal, máxime porque é precisamente a pequena burguesia – que, na terminologia empregada pelos autores, faz parte do grupo dos trabalhadores por conta própria – o eleitorado cujos interesses proverão o núcleo ideológico desse polo partidário. Assim, é relevante notar, por exemplo, que o estudo, publicado em 2018 mas escrito com base em dados de 2004, 2009 e 2014, não registra a ascensão do partido Vox, na Espanha, nem do Liga Norte, na Itália.

3.15 Bureaucratic Capacity and Class Voting: Evidence from Across the World and the United States (KASARA e SURYANARAYAN, 2019)

As autoras deste trabalho percebem que as democracias contemporâneas em nada se parecem com a ditadura dos pobres que as elites do século XIX temiam, porque as pessoas frequentemente não votam orientadas pelos seus interesses econômicos. De todo modo, elas anteveem que as preferências políticas dos pobres e dos ricos terão maior probabilidade de divergir onde o Estado é dotado de maior capacidade burocrática fiscal para tributar rendas e ativos. *A contrario sensu*, nos locais em que o Estado tem essa capacidade agrilhoadada, serão menores os incentivos para que os ricos votem nos partidos que prometem resguardá-los contra a tributação, e a renda (*proxy* da classe) se mostrará um preditor menos confiável da escolha eleitoral. Para as pesquisadoras (p. 4), “a relação entre renda e voto é mais fraca em Estados com baixa capacidade burocrática.”

Os dados, nacionais e subnacionais, provêm de *surveys* realizados em 71 países ao longo do período compreendido entre 1996 e 2012. O conceito de “capacidade burocrática” em cima do qual se desenvolve o trabalho é operacionalizado por meio da *taxa de participação dos impostos diretos na receita total do Estado* – em outras palavras, que porcentagem da receita estatal é oriunda da taxação direta de rendas e ativos.

Para os fins da pesquisa, a categoria voto de classe é medida pela extensão em que as preferências eleitorais dos ricos e dos pobres divergem – do que logo se percebe que a definição de classe utilizada limita-se à quantidade de renda auferida, o que deságua na cisão dicotômica entre “ricos e pobres”. As duas pesquisadoras advertem que sua definição de classe leva em conta a “afluência e não a ocupação porque nossa teoria se refere à política redistributiva em uma ampla gama de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sobretudo, definições de classe baseadas na ocupação são difíceis de aplicar em vários países em desenvolvimento onde menos pessoas trabalham na indústria ou no setor formal.”¹¹⁵ (p. 8) Em acréscimo, elas pontuam que seu foco é em preferências partidárias divergentes, em vez de uma definição direcional de voto classista segundo a qual os pobres votam na esquerda e os ricos, na direita.

A teoria que dá sustento ao estudo prevê que os partidos enfatizarão nas suas campanhas as questões redistributivas na proporção da capacidade burocrática fiscal do Estado, haja vista que a participação da parcela mais rica da população é estritamente condicionada por essa variável. Onde ela é alta, o eleitorado rico é compelido a levar a sério a ameaça redistributiva, sendo mais motivado a participar politicamente com o favorecimento a plataformas econômicas conservadoras. Por outro ângulo, nos locais em que os políticos dispõem de mecanismos institucionais eficazes para taxar a população abastada, eles são mais propensos a adotar plataformas que permitem aos eleitores votar segundo seus interesses na redistribuição.

De acordo com as autoras, os interesses econômicos dos mais ricos moldam os incentivos aos políticos porque, devido à maior disponibilidade de recursos, seu comportamento e suas preferências políticas têm implicações mais relevantes para as disputas partidárias. Correlativamente, a capacidade burocrática leva ao voto de classe porque os políticos ajustam suas estratégias de campanha ao fato de que os abastados são menos propensos a participar politicamente quando se defrontam com menos ameaças redistributivas. Nas palavras das pesquisadoras (p. 6-7), as “preferências dos ricos importam porque, apesar de serem uma porção

¹¹⁵ No original: “[...] we define class in terms of affluence and not occupation because our theory concerns redistributive politics across a wide range of developed and developing countries. Moreover, occupation-based definitions of class voting are hard to apply across a range of developing countries where fewer people work in industry or the formal sector.”

menor do eleitorado, pode-se esperar que pessoas com alta renda influenciem desproporcionalmente as políticas públicas caso elas escolham participar na política eleitoral.”¹¹⁶

O sopesamento dos dados leva à conclusão pela confirmação da hipótese, pois os países com os maiores percentuais da receita formados pela taxa direta são também os que possuem as mais significativas correlações entre renda (classe) e opção eleitoral. O mesmo achado vale, em escala subnacional, para os Estados Unidos, onde as preferências políticas dos ricos e dos pobres são mais discrepantes nos estados em que a capacidade burocrática é mais elevada – mesmo controlando as variáveis de demografia e desigualdade raciais.

Como os locais com os menores níveis de voto de classe são, em geral, também os que possuem os maiores níveis de desigualdade de renda, as autoras meditam que sua descoberta vai de encontro à previsão dos modelos da economia política convencional para os quais maiores níveis de desigualdade fomentariam maiores níveis de voto de classe. Para a economia política dita convencional, um maior nível de desigualdade geraria um maior anseio por redistribuição; todavia, as acadêmicas argumentam que a baixa capacidade burocrática fiscal do Estado – e, por conseguinte, a baixa capacidade para promover a redistribuição de renda – afasta os ricos da política, gerando menores incentivos para campanhas redistributivas. Paralelamente, o recrudescimento da desigualdade leva os partidos de extrema-direita a enfatizar o discurso de valores em prejuízo do discurso econômico.

Compendiado o artigo, cabem algumas anotações. Além de pecar por equiparar classe e renda – prática já oportunamente rechaçada –, é passível de crítica a operacionalização do conceito de capacidade burocrática. Não se nega a pertinência dos argumentos das autoras sobre o impacto da capacidade burocrática na escolha político-eleitoral. Todavia, a taxa de participação dos impostos diretos na receita total é uma medida pobre do conceito, simplesmente porque esse dado, isolado no tempo (não inferido de uma série histórica sobre a qual se possa minimamente erigir uma tendência), não revela de nenhum modo o nível de discricionariedade atribuída ao Estado para alterar essa proporção em um futuro próximo – nada impede, por exemplo, que uma taxa de 30% passe a 50% entre um e outro pleito eleitoral, hipótese em que previsivelmente seria o voto de classe o fator causal à redistribuição, e não o contrário; nesse caso, porém, patentear-se-ia uma forte capacidade burocrática, insuscetível de ser captada pela simples projeção da taxa de 30%.

¹¹⁶ No original: “The preferences of the wealthy matter because, despite being a smaller portion of the electorate, higher-income people can be expected to have a disproportionate influence on policy should they choose to participate in electoral politics.”

CONCLUSÃO: A ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

Durante cerca de 20 anos, desde a queda da União Soviética, os partidos de esquerda ao redor de todo o mundo se debateram com a crescente hegemonia neoliberal e sua representante “natural”, a centro-direita. A crise econômica iniciada em 2008, todavia, evoluindo pra sucessivas crises políticas e aprofundando a hegemonia da classe dominante, defrontou a esquerda com um novo e mais truculento adversário: a direita radical, ou extrema-direita. Parte dessa mudança, tal como aferiram inúmeros artigos citados ao longo do capítulo precedente, é imputável à própria esquerda, que abdicou em vasta medida do seu apelo classista, deixando órfã a classe trabalhadora para buscar o voto das classes médias – para o que foi necessário trocar a “velha” pela “nova” política, ou seja, mitigar o discurso econômico com o discurso pós-materialista de valores libertários.

Trata-se, a bem da verdade, de um sistema de retroalimentação, o que culmina num dilema: se não diluísse seu apelo classista, a esquerda não seria capaz de atingir o crescente eleitorado das classes médias, permanecendo restrita a um operariado industrial declinante; ao optar pelo afastamento do discurso classista, cujo cerne reside nas discrepâncias materiais interclasses, contudo, a esquerda provocou o alheamento da própria classe trabalhadora. O substituto que se apresentou ao vácuo deixado pelo programa de classe foi o programa de valores, bandeira típica e distintiva da extrema-direita. E, diferente dos fascismos do início do século XX, que medraram sobre Estados de bem-estar social (embora com insuspeitas características não inclusivas pautadas em critérios de nacionalidade e/ou “raça”), boa parte da extrema-direita contemporânea se associa à mesma cartilha econômica ortodoxa preconizada pela centro-direita, o que tende a agravar a situação material da classe obreira. Os trabalhadores, agora, não precisam ser protegidos contra a exploração pela burguesia; precisam sê-lo contra os elementos sediciosos identificados com certas categorias. A base material do discurso de classe, a economia, cede espaço ao idealismo nacionalista.

As vitórias contemporâneas da extrema-direita levam a questionar como é possível que trabalhadores sufraguem um projeto político formulado para suprimir as possibilidades de contestação do domínio das elites¹¹⁷. Não é fácil atinar como a (in)consciência da posição na estrutura material da sociedade produza opções partidárias tão contraditórias com os interesses materiais postulados para essa posição. Uma tal dissonância, por sua vez, gera questionamentos

¹¹⁷ O discurso fascista típico ataca o que chama de “elites liberais”, expressão pejorativa utilizada para desqualificar o inimigo, mas sem contornos claros. Assim, tanto as elites proprietárias que professam valores liberais quanto a parcela da classe média identificada com a esquerda são enquadradas como elites liberais.

acerca dos modos pelos quais a posição de classe pode aprimorar ou bloquear a consciência de classe. Particularmente numa situação de grave crise econômica são verdadeiras as palavras de Reich:

Racionalmente, seria de esperar que as massas trabalhadoras, economicamente empobrecidas, desenvolvessem uma clara consciência da sua situação social, que se transformaria numa determinação em se livrarem da própria miséria social. Seria igualmente de esperar que o trabalhador, numa situação social miserável, se indignasse contra os abusos a que era submetido e dissesse para si próprio 'Afinal eu realizo um trabalho social responsável. A prosperidade e a doença da sociedade dependem de mim e dos trabalhadores como eu. Tomo nas minhas mãos a responsabilidade do trabalho que precisa ser feito.' Nesse caso, o pensamento (consciência) do trabalhador corresponderia à sua situação social. O marxista chama a isso 'consciência de classe'. Nós chamar-lhe-emos 'consciência profissional' ou 'consciência da responsabilidade social'. Mas a clivagem entre a situação social das massas trabalhadoras e a sua consciência dessa situação implica que as massas trabalhadoras, em vez de melhorarem a sua posição social, ainda a agravam. Foram exatamente as massas reduzidas à miséria que contribuíram para a ascensão do fascismo, expoente da reação política. (2015, p. 9)

Mais que toda a crítica desenvolvida ao longo do último século, a história já deixou claro que, contrariamente às malogradas pretensões do primeiro grupo de teóricos que reivindicaram o marxismo, a simples pertença a uma posição de classe não basta para produzir a consciência dos interesses materiais associados a tal posição – o que fora oportunamente ressaltado já por Max Weber. Decerto “O entendimento da classe como lugar na organização da produção (econômica) permanece cara ao marxismo; por outro lado, este lugar não é suficiente para produzir identidades, para distinguir os segmentos sociais em nível político-ideológico e cultural e possibilitar a construção de uma ação social que tome esta distinção como referência.” (FERRAZ, 2009, p. 281) Deve haver um arranjo particular de fatores que possibilite e favoreça o atingimento dessa consciência. Sob a perspectiva psicológica, Reich (2015, p. 67) sustentará que “A desilusão com a social-democracia, aliada à contradição entre a miséria econômica e uma maneira de pensar conservadora, leva ao fascismo, se não houver organizações revolucionárias.” Castells (2018, p. 22), por sua vez, dirá que “No contexto europeu, a crise econômica se estendeu à crise do Estado de bem-estar, com a participação da social-democracia nas políticas que conduziram a essa situação.” A ideia central defendida por esses dois autores ressoa o achado de tantos estudos empíricos: ainda que a divisão estrutural do capitalismo em classes permaneça essencialmente inalterada, a persistência de uma visão de mundo pautada nessa divisão depende de narrativas que lhe deem suporte ideológico. Não só o neofascismo da direita radical exige o distanciamento ideológico das massas populares em

relação à perspectiva de classes, como ele tem por objetivo precisamente a supressão de qualquer forma de contestação à dominação classista.

Para ofertar seu apoio à extrema-direita, é necessário que a classe trabalhadora ou não se enxergue como tal, ou não vislumbre relação de oposição entre os seus interesses e os das classes superiores. Tanto em uma quanto em outra situação opera a ideologia, com destaque para a hierarquia de doutrinas e valores predicada pelas religiões – um dos aparelhos ideológicos de Estado mais atuantes em fases de crescimento do conservadorismo (quanto maior a visibilidade dos discursos religiosos, maior a quantidade de fiéis; quanto maior a quantidade de fiéis, maior a quantidade de recursos para a propagação do ideário religioso). Uma hermenêutica específica dos valores religiosos fornece o suporte necessário à afirmação da política ultradireitista. E esses valores podem atuar – e em geral atuam – como fator causal muito mais importante à escolha política que a consciência de classe.

Os móveis que determinam a escolha eleitoral, por suposto, não têm gênese somente na posição de classe. O processo decisório leva em conta uma miríade de critérios distintos, que assumem pesos também distintos para cada indivíduo. Assim, hipoteticamente, nada impede que um trabalhador industrial – um proletário – apoie a agenda econômica de um partido de centro-direita, mas vote em um partido de esquerda pela sua agenda de valores. Do mesmo modo, não há obstáculo prático para que um proletário apoie a agenda econômica da esquerda, mas decida em favor da extrema-direita em virtude da agenda de valores. Não há como, só a partir da sua posição de classe, deduzir se o indivíduo deposita maior relevância no programa econômico ou no axiológico, nem se ele consegue relacioná-los coerentemente. E essa é só uma primeira divisão, já que dentro de cada um desses programas (que correspondem, respectivamente, à “velha” e à “nova” política) podem ser adotados subcritérios de escolha diversos, principalmente quando há maior fragmentação e esses subcritérios são encampados por partidos que concorrem dentro do mesmo campo ideológico.

De tal quadro se extrai que as correlações estatísticas aferidas nos estudos de voto de classe não são capazes de determinar se efetivamente foi a consciência da posição de classe o que deu azo a um vínculo mais forte com dado partido ou candidato. A significância da correlação estatística tem o propósito somente de mostrar se determinada classe se galvaniza em torno de determinada opção partidária; mas, pelas limitações inerentes às pesquisas quantitativas, elas nada podem dizer acerca da motivação individual para o voto em A ou B. Dito de outra forma, uma pesquisa que investigasse também os critérios utilizados pelos respondentes no seu processo de escolha eleitoral certamente revelaria que os integrantes de uma mesma classe escolhem o mesmo candidato ou partido pelos mais diferentes motivos – e

não somente porque o escolhido é o “representante” dos seus interesses materiais. O trabalhador industrial Caio, negro, pode votar no candidato Tício em virtude da sua política racial; já Mévio, que trabalha com Caio para a mesma empresa e é branco, pode votar em Tício por conta da sua política econômica. Mas, alfim, ainda que por motivos diversos, dois indivíduos da mesma classe optaram pelo mesmo candidato. Perceber que uma classe se vincula majoritariamente a um partido é apenas o primeiro passo; uma compreensão mais aprofundada do comportamento político demandaria investigar os motivos que conduzem a esse vínculo – o que equivale a dizer que é necessário perquirir os motivos dos integrantes de uma dada classe para votar de certa forma. Com efeito, a categoria analítica do voto de classe se refere simplesmente à associação estatística entre classe e opção político-partidária, não tendo muito a dizer acerca das causas pressupostas dessa associação, como a consciência de classe. A correlação estatística pode existir não porque os eleitores votam de acordo com sua consciência de pertencimento de classe, mas porque sua realidade material, condicionada pela classe, dota-os de tendências ideológicas similares – ainda que eles não reconheçam que essa similitude é atribuível à classe¹¹⁸. Não obstante, a relação entre consciência de classe e voto de classe não é dada, pois esta categoria não é função apenas daquela. Por isso, é possível que o voto de classe seja também um indicador da direção dos movimentos da consciência de classe. Assim, uma correlação mais próxima entre classe e voto (com todas as ressalvas feitas à instrumentalização do conceito de classe) pode sugerir um momento ascendente da consciência.

É de se esperar que o desenvolvimento da consciência de classe nos trabalhadores leve a uma correlação mais estreita entre eles e os partidos de esquerda (considerando que esses partidos efetivamente defendam os interesses materiais da classe trabalhadora). Sendo assim, uma associação estreita entre a esquerda e a classe trabalhadora tende a representar um momento ascendente da consciência de classe¹¹⁹. (É válido pontuar que o nível mais avançado da consciência de classe, o radical-ideológico (LÖWY, 2018), é por definição anti-institucionalista. Isso quer dizer que o revolucionário não credita ao processo eleitoral a transformação que ele busca, a qual inclui subverter um dos direitos fundamentais – e, portanto, a própria base constitucional – dos Estados modernos: a propriedade privada dos meios de produção. Mesmo assim, o postulado racionalista da coerência reclama que, caso optem por

¹¹⁸ Vale notar que, de acordo com a definição processual de consciência de classe que emprestamos de Iasi, a inconsciência de classe não é o mero oposto da consciência, mas um de seus momentos.

¹¹⁹ Lanço como hipótese que nos pleitos eleitorais em que partidos de esquerda se sagram vencedores há tendência a se constatar uma associação mais significativa entre voto e classe. A intensidade da correlação seria proporcional à magnitude da diferença de votos entre o partido vencedor e os vencidos. Ora, se a aquisição da perspectiva classista depende da oferta de discursos classistas, tarefa que só pode incumbir à esquerda, o sucesso eleitoral da esquerda é indício de ressonância desse discurso.

participar do processo eleitoral, os integrantes da classe trabalhadora com esse nível de consciência escolham os partidos e candidatos situados no polo esquerdo do espectro político.)

Entretanto, cabe questionar se a consciência de classe – que, como já se viu no capítulo primeiro, encontra seu cerne na consciência da oposição de interesses materiais entre trabalhadores e burgueses (WRIGHT, 2015a) – pressupõe a capacidade de relacionar as opiniões em assuntos concretos, como os atinentes à redistribuição, com as opções político-partidárias. Na medida em que a consciência de classe possui um elemento ativo implícito, isto é, na medida em que ela deve ser aferida não apenas do que pensa e diz o indivíduo, mas, em acordo com a filosofia materialista-dialética, do seu comportamento prático, o voto de um operário em partido de direita seria indício de uma consciência classista ainda não aprimorada. Se isso é verdade, como explicar, por exemplo, que um trabalhador possua opiniões favoráveis à redistribuição e, simultaneamente, vote em partidos fautores de políticas econômicas acumuladoras?

Além de o critério econômico não ser o único utilizado na escolha eleitoral, é crível que grande parte dos integrantes das classes subalternas de fato não entendam como os programas econômicos dos partidos (aqui incluídas todas as bandeiras ideológicas) afetam a distribuição de riquezas (ALMEIDA, 1998). Já é difícil para um economista sopesar todas as variáveis conhecidas – para não falar das desconhecidas – que agem umas sobre as outras produzindo os *outputs* econômicos. Em geral, é seguro dizer que fica a cargo da ideologia o peso relativo atribuído a cada uma delas. Para um leigo, então, compreender de que modos a taxa básica de juros influencia o câmbio do dólar, que por sua vez influencia novamente a taxa básica de juros, por exemplo, demandaria um esforço sem a garantia de recompensas, razão pela qual a escolha de políticas públicas é comumente feita com base em heurísticas. Assim, o apoio a políticas públicas de forma alguma garante que o apoiador entenda os possíveis resultados imediatos e mediatos que elas são aptas a gerar (REIS e CASTRO [1992] já avançaram a existência dessa lacuna no Brasil). O senso de injustiça não produz automaticamente a consciência dos meios para erradicá-la; se não for significado sobre uma base materialista, pode até causar desvarios.

Pode-se argumentar que a revolução digital ampliou de forma jamais pressentida o acesso à informação, o que dá continuidade à marcha da “sofisticação cognitiva”. Esse argumento está parcialmente correto. Com efeito, as novas tecnologias permitem que camadas populacionais antes completamente alijadas da produção e do consumo de informação possam participar desses processos. Todavia – além de serem necessários aportes educacionais prévios para que o indivíduo compreenda o que lê, necessidade que remete à sua infância e adolescência e, portanto, à classe no seio da qual ele foi criado –, a ampliação do acesso à informação,

especialmente quando combinada com a eclosão de crises econômicas, pode dar ensejo a uma onda de reivindicações com as quais as elites têm muito a perder caso contemporizem. Logo, para evitar o surgimento de levantes populares, elas devem exacerbar o discurso laudatório do regime capitalista e reforçar a oposição de valores entre os polos do espectro político, com o intento de criar uma impossibilidade *a priori* de identificação afetiva com a esquerda.

Vista sob uma ótica dual de esquerda-direita, a política descreve um movimento pendular: governos de direita tendem a ser referendados quando há crescimento econômico – ainda que não haja distribuição de renda, máxime quando o crescimento se dá após um período de recessão, no qual são adicionados novos integrantes à população marginalizada dos *excluídos* (a um ex-desempregado há de importar menos o incremento da riqueza alheia que o fato de ele haver conseguido um emprego). Quando o ciclo expansivo se encerra – como há de acontecer com todo ciclo expansivo no capitalismo –, a decaída da situação econômica inevitavelmente será associada ao governo ¹²⁰, ainda que uma boa parte dos fatores determinantes dos movimentos da economia não dependam de ações governamentais. (No regime de propriedade privada, e em grau mais elevado em Estados liberais, a decisão de investir é também privada, cabendo ao Poder Público a função secundária de gerar estímulos ou desestímulos ao investimento, mas lhe restando pouca capacidade própria de investir.) Nessa conjuntura, é natural que o governo perca paulatinamente o apoio que granjeou durante o período de crescimento. Se há oferta de discursos econômicos à esquerda (pelo que ora se entendem as agendas redistributivistas), é possível que lhe sejam transferidas partes do apoio votado à direita, até que o equilíbrio de forças atinja uma situação na qual a esquerda logre sagrar-se vencedora em eleições nacionais. Uma vez no poder, também ela inescapavelmente sofrerá o mesmo processo de capitalização e desgaste, até que uma vez mais a direita alcance o poder, e assim sucessivamente.

Porém, esse movimento pendular não é meramente inercial. Ele é suscetível à direção e à intensidade imprimidas por forças externas. Assim é que, mesmo se atingido por período recessivo, um governo de centro-esquerda pode ser secundado por outro ainda mais à esquerda, caso a sangria provocada pela crise econômica não seja estancada, deixando a nu a desigualdade

¹²⁰ Trata-se do que os cientistas políticos convencionaram chamar o “voto econômico”. Nas palavras de Martins (2013, p. 442): “Segundo a hipótese do voto econômico, como os eleitores atribuem o desempenho da economia, bem como o seu bem-estar, aos seus governantes, o declínio ou o crescimento econômico geraria perda ou aumento da popularidade e avaliação do desempenho do presidente (Weyland, 2003). Assim, Lewis-Beck, Martini e Kiewet (2013) apontam que eleitores que avaliam mal a economia tendem a votar na oposição do partido ou indivíduo incumbente. Em contrapartida, aqueles eleitores que fazem uma avaliação positiva da economia tendem a votar no mandatário. O eleitor agiria, destarte, como um juiz, punindo ou recompensando o mandatário de acordo com o seu desempenho no manejo da economia (Camargos, 2003).”

e os mecanismos exploratórios do capital (o mesmo se aplica a um governo de centro-direita, que pode igualmente ser sucedido por outro de extrema-direita). Enquanto a centro-esquerda tradicionalmente reivindica programas redistributivos, não atuando sobre as causas profundas das desigualdades econômica e política, a esquerda radical tradicionalmente questiona as próprias instituições básicas do capitalismo, tais como a propriedade privada dos meios de produção. Ainda que se conceba não ser *contradictio in adjecto* um governo de extrema-esquerda com a manutenção do regime de propriedade capitalista, uma tal hipótese indubitavelmente provocaria mudança substancial no balanço de forças, com prejuízo à elite proprietária; e as lições do século XX lhe ensinaram que não é de bom agouro deixar esse processo se desenvolver sem peias.

As crises econômicas, via de regra, geram insatisfação com o governo incumbente. Ora, se um governo de direita está há seis anos no poder quando irrompe a crise, provavelmente não será contra a esquerda que as massas se voltarão. O inverso também é verídico. No entanto, isso pressupõe uma capacidade razoável de distinguir entre plataformas de esquerda e direita, capacidade que é embotada com a convergência ideológica partidária. Sem embargo, a profundidade e a duração da crise podem deixar uma brecha a que o discurso anticapitalista, bandeira da esquerda radical, ganhe adeptos, puxando ainda mais para cima o pêndulo que se achava no ponto mais alto à esquerda. O que determinará a continuidade do movimento à esquerda ou o refluxo de volta à direita, no limite, serão as condições vigentes do embate ideológico. E esse terreno é a especialidade da ultradireita, que ressurge da hibernação toda vez que algum desenvolvimento ameaça deitar as fundações do capitalismo por terra. Nesse sentido, a direita radical aparece como resposta a uma crise profunda (POULANTZAS, 1979), e sua invocação da ordem é, em verdade, um apelo para a manutenção da ordem capitalista. O fascismo é o último remédio do capitalismo, necessário quando a doutrina liberal começa a não se mostrar apta para lidar com as fraturas sociais que ela mesma reproduz.

Sendo obrigado a enfrentar uma conjuntura em que os alicerces do seu poder podem ser enfraquecidos, o capital toma a ofensiva, promovendo e insuflando uma guerra cultural. Os aparatos ideológicos do Estado se multiplicam e assumem funções quase explícitas de doutrinação¹²¹. Numa sociedade altamente tecnológica e informatizada, na qual a maior parte das pessoas consome informações por meio da internet, é claro que ela será um dos teatros de

¹²¹ As associações civis para a promoção de valores conservadores florescem como nunca. E boa parte disso é devido à injeção de recursos pelos seus patrocinadores, indivíduos mega-ricos ou mesmo empresas. Vide “O Movimento”, de Steve Bannon. De acordo com Poulantzas (1979), é característica da fase de ascensão do fascismo a proliferação de associações burguesas, inclusive de partidos – ao passo que a solução socialista implicaria uma aglutinação de associações da classe trabalhadora.

operações dessa guerra. Por ser defensora dos interesses materiais das elites proprietárias, a direita é agraciada com o aporte dos seus fundos – nesse sentido, Mészáros ressalta:

É claro que as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de “contraconsciência”. Assumindo uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo. Ao mesmo tempo, visto que se identificam “interiormente”, digamos assim, com os processos contínuos de reprodução socioeconômica e político-ideológica, podem estipular a “praticabilidade” como pré-requisito absoluto para a avaliação da seriedade ou da inadmissibilidade categórica da crítica, bem como da legitimidade da mudança social. (2014, p. 233)

O auxílio financeiro se destinará a uma campanha de propaganda massiva que visa conformar um novo “inimigo”, tanto econômico quanto cultural: a esquerda. Essa propaganda, como já é de conhecimento notório, não se limita ao aumento da exposição de notícias e dados, fazendo uso igualmente de algoritmos que preveem as melhores combinações para cada indivíduo, em busca de maior eficácia persuasiva. Somem-se a isso as notícias e informações falsas [*fake news*] deliberadamente forjadas ou disseminadas com propósitos políticos. A esquerda, desprovida do suporte financeiro das elites proprietárias, tem pouca munição para dar combate.

Com esses comentários, percebe-se que o argumento de que a internet ampliou o acesso à informação é válido apenas no nível superficial, o da aparência. Ao perfurar sua membrana, conclui-se que uma insondável quantidade de informações disponibilizadas na internet é simplesmente falsa, ou propositalmente enviesada. A possibilidade técnica de maior acesso à informação nada tem a dizer sobre a qualidade da informação consumida (é como se uma pessoa malnutrida passasse a receber uma dieta diária de *junk food*). Nessa toada, é curioso notar, a título exemplificativo, que a internet não erradicou a defesa do modelo da Terra plana; ela o fortaleceu.

A carência de compreensão sobre como os programas econômicos dos partidos afetam a distribuição de riquezas, não remediada pelo maior acesso à informação, leva a situações paradoxais como a de indivíduos que defendem a redistribuição, mas, simultaneamente, favorecem o Estado mínimo pregado pelo discurso da direita (e, verdade seja dita, também por parte da esquerda). O entendimento das relações de causalidade dialética e multideterminada dos fatos sociais e políticos é extremamente elusivo. Não raro, políticas públicas geram resultados opostos aos pretendidos por aqueles que as defenderam. E lembremos ainda que os vínculos políticos são primariamente afetivos, o que faz com que as escolhas nesse campo sejam

referenciadas mais em identificações prévias do que em uma análise lógico-racional que leve em conta os objetivos, os meios disponíveis e os resultados concretos atingidos.

Se um tal entendimento já é difícil, por certo a consciência de classe revolucionária é um recôndito ainda mais furtivo. Isso porque, mais que a compreensão da irreconciliabilidade de interesses, ela demanda a abdicação a práticas, costumes, hierarquias e instituições sociais há muito sedimentadas. Pretender a revolução é criticar os fundamentos da sociedade; e, ao fazê-lo, inevitavelmente surgirão obstáculos, e laços serão desfeitos. Todo coletivo humano produz normas de socialização que geram pressões e incentivos à assimilação dos seus princípios e valores constituintes. Logo, ao atingir a consciência revolucionária, o indivíduo terá de lidar com as desvantagens práticas de haver puxado a fibra que enreda o tecido social. As adversidades são inúmeras, como reconhecido por Mészáros:

“[...] prever a sindicalização global e a articulação política da classe trabalhadora unida, enquanto a divisão capitalista do trabalho – e a fragmentação do trabalho necessariamente acarretada por esta divisão do trabalho – permanece intacta, é simplesmente reafirmar o potencial a longo prazo da “classe universal” para emancipar a sociedade da dominação de classe, sem indicar, entretanto, os obstáculos subjetivos e objetivos, assim como os internos e internacionais, que devem ser superados no curso da transição para o objetivo pretendido.” (2014, p. 348)

Como se percebe, de todas as perspectivas em que se analise a questão, o amadurecimento da consciência classista não é um processo que flui desimpedido. Ela é o palco onde as determinações materiais e ideológicas travam uma batalha sem fim. Uma convergência excepcional de fatores é necessária para que o interesse subjetivo individual e o interesse objetivo de classe sejam um só. Note-se que até mesmo a simples consciência de pertencimento de classe não é dada, já que parte significativa da classe trabalhadora não se enxerga como tal (LÖWY, 2018).

A opinião favorável à redistribuição, por parte de um trabalhador, é um mero indício da consciência de classe, assim como é um mero indício de que ele optará por partidos e candidatos que efetivamente preconizem a redistribuição. A percepção da necessidade de redistribuição é o germe da consciência de classe, cujo processo se inicia com a tomada de consciência da dissonância entre a realidade e os valores igualitários pregados pela sociedade liberal¹²².

¹²² O valor da *igualdade*, caro tanto ao liberalismo quanto ao socialismo – ainda que sob aspectos bem distintos –, na guerra cultural promovida pela ultradireita constitui o principal alvo a destruir. Dentro de um mesmo território, ou para além dele, quando necessário, fomenta-se o discurso do “nós contra eles”. O *ethos* do fascismo é construído sobre distinções sistemáticas, a partir das quais se erigem as hierarquias que ele deve salvaguardar. Essas distinções se valem de antíteses de momento, como “cidadão de bem” versus “marginal”, nacional versus estrangeiro, qualquer raça ou etnia supostamente superior versus qualquer outra raça ou etnia supostamente inferior, qualquer religião contra qualquer outra religião, etc.

Todavia, o senso de injustiça pode tanto deter-se na crença de que apenas alguns reparos político-econômicos são necessários para uma sociedade mais justa, quanto avançar até o ponto em que se contempla a irreconciliabilidade de interesses materiais entre a classe proprietária e a trabalhadora.

Ademais, apesar de ser previsível que o amadurecimento da consciência classista leve a uma aproximação entre os trabalhadores e os partidos de esquerda, é preciso enfatizar que a divisão do apoio eleitoral não é o reflexo perfeito da luta de classes subjacente – luta de classes que é impulsionada pelo nível de consciência. O voto é sim, em grande medida, uma expressão de “luta de classes democrática”, tal como proposto por Walter Korpi, haja vista que tanto a escolha eleitoral quanto a luta de classes são função do nível de consciência. Por isso, o voto funciona como um termômetro *aproximado* da luta de classes “real” – que, no entanto, é mais ampla, englobando os conflitos eleitorais e não eleitorais decorrentes da estruturação da sociedade em classes¹²³. Ademais, o voto é em geral representativo de um momento forte da luta de classes, até o qual é imprescindível a pavimentação do caminho por momentos de menor projeção (ALMEIDA, 1981). E mais: enquanto algumas facetas da luta de classes “real” se imiscuem em questões não imediatamente econômicas, como raça e origem, é inegável que o aspecto material (econômico) é o núcleo do conceito; mas se os conflitos materiais são apenas um dos possíveis móveis da escolha eleitoral, resulta que essa escolha só reflete parcialmente o estado da luta de classes vigente em uma sociedade. Mesmo porque se cuida de um processo por demais complexo e multidimensional para ser capturado acuradamente em apenas uma de suas instâncias, o voto. Jessé Souza (2017, pos. 374) corrobora essa visão abrangente: “Como se imagina a luta de classes nas imagens de lutas entre operários e soldados pelo poder político, deixamos de ver a “luta de classes”, cotidiana, mais invisível e menos barulhenta, mas não menos insidiosa, que se reproduz sem que ninguém se dê conta, tanto para os algozes quanto, muito especialmente, para suas próprias vítimas.”¹²⁴

¹²³ Malgrado toda a propaganda baseada em valores morais, parece um exemplo bastante óbvio de conflito não eleitoral de classe a “guerra contra o crime”, desencadeada após a crise econômica que teve início em 2014, e reforçada após as eleições de 2018. Aos criminosos comuns é pespegada a mácula da corrupção moral, pela qual só eles mesmos são responsáveis. Essa individualização da responsabilidade moral é o princípio da desumanização que permite a defesa do assassinato sem direito a julgamento. O problema, ignorado – deliberadamente ou não – pelos promotores dessa lastimável política, é em qual classe os criminosos comuns são encontrados sistematicamente. O mesmo vale para o assassinato de pessoas negras, muito mais sujeitas a serem vítimas da violência que as brancas, um fato que os autoritários obstinadamente se recusam a enxergar. Segundo Poulantzas (1979), o aumento da repressão física em regimes fascistas é necessariamente acompanhado por investidas ideológicas para legitimar a repressão.

¹²⁴ Já Cristiano Lima Ferraz (2009, p. 290) argumenta que, “Na problemática marxista, tanto os autores que criticam a perspectiva thompsoniana quanto o próprio Thompson recaem na mesma dificuldade de método, provavelmente porque se atém literalmente aos enunciados de Marx do Manifesto Comunista e do 18 Brumário, indicativos de que somente o extremo representado pela luta de classes daria os contornos das lutas de classe. A

Isso significa que o grosso da luta de classes “real” jamais é representado como tal – e é precisamente aqui que a ausência de discursos classistas se faz sentida. Sob uma perspectiva dialética que atribua precedência causal aos fatores materiais da vida em sociedade, parte dos conflitos sublimados para o campo das ideias têm origem em conflitos daquela ordem. A “corrupção moral” por que é obcecada a extrema-direita é associada às “elites liberais”, que, na prática, correspondem em boa medida à classe dos trabalhadores socioculturais. O adversário, que para a filosofia política materialista deve forçosamente ser identificado com as elites proprietárias, é deslocado para a classe que tradicionalmente mantém o vínculo mais estável com a esquerda. Sob um enfoque idealista, o fascismo ressignifica a luta de classes e constrói a figura do inimigo em torno dos grupos que reivindicam mudanças no *status quo*. A luta de classes se exprime nas projeções superestruturais em formas ideologizadas, ainda que não haja luta consciente em torno das relações de produção (ALTHUSSER, 1972). Como a classe dos trabalhadores socioculturais é historicamente vinculada à agenda da esquerda¹²⁵, ela recebe a marca de um alvo pela propaganda da ultradireita. Assim, o conceito de exploração econômica é amordaçado em prol de uma narrativa de viés moral, segundo a qual as estruturas e instituições que garantem a acumulação de capital são intrinsecamente justas, mas têm eventualmente seu funcionamento perturbado para o benefício de grupos que buscam arrebatá-lo.

Quando um governo identificado com a esquerda – como os do PT, no Brasil – atravessa um abalo econômico, todos os valores a ela diletos passam a sofrer ataques sistemáticos, *em particular o valor de igualdade material, que precede os anseios redistributivos*. O sistema econômico cuja operação regular verdadeiramente desencadeou esse abalo fica eximido de qualquer responsabilidade, e chega a ser apresentado como a solução para as mazelas que ele

luta de classes é vista, assim, em seu sentido literal, como um processo que pode resultar, inclusive, na aniquilação física do adversário. Cria-se, com isso, uma idéia de como deve ser a luta que venha a produzir os contornos da classe, ao invés de focar os mais diversos aspectos das lutas dos trabalhadores e do seu antagonismo com os agentes que organizam e levam à frente o processo de dominação. As situações em que os agentes partem para a luta de aniquilação, como ocorreram em alguns momentos da história, é menos a exceção em um momento extraordinário e mais a explosão de um processo longo e lento de desenvolvimento do antagonismo. Se não podemos construir soluções ideais para a existência da consciência de classe, menosprezando a consciência que a classe tem, também não seria adequado idealizar o nível do antagonismo e de identidade necessária para que a classe exista.”

¹²⁵ Por hipótese, creio ser possível admitir que essa vinculação se deva, ao menos em parte, à área de formação desses profissionais, concentrada no grande campo das ciências humanas. Além de serem expostos a um maior contato acadêmico com teorias e discursos sociológicos, a lógica de trabalho dos profissionais socioculturais é eminentemente interpessoal – o “objeto” do trabalho são outros sujeitos, e não coisas. Similarmente, Houtman (2003) defende que a rejeição à extrema-direita é causada pelo nível de capital cultural, e não particularmente pela posição de classe [embora, complementando o raciocínio do autor, seja defensável que a classe funciona aí como variável antecedente, e a educação como variável interveniente]. Já sob uma ótica *top-down*, poder-se-ia dizer que esse vínculo é determinado parcialmente pela oferta de políticas pós-materialistas de viés libertário pela esquerda.

permite haver (o problema do capitalismo contemporâneo é que ele “não é capitalista o suficiente”).

Incapazes de evitarem a ocorrência das crises cíclicas do capitalismo, os governos de centro-esquerda (como as várias feições da social-democracia e os verdes) são assoberbados pela sua própria incapacidade. As soluções apresentadas têm caráter eminentemente paliativo, e as conquistas das classes subalternas no período de crescimento econômico são rapidamente subvertidas durante as crises. Se a esse quadro é somada uma cultura política de tendência autoritária, reforçada constantemente pelo proselitismo religioso, está posta a mesa para o banquete da extrema-direita. Não importa que o seu programa econômico seja uma repetição das frustradas tentativas neoliberais que se vêm superpondo desde a década de 80 do século passado. Ao submeter a agenda econômica à agenda de valores, a ultradireita promete resultados diferentes para as mesmas políticas, garantindo que isso é possível em função da *virtude* do governante.

É característico que as plataformas da ultradireita sejam referenciadas no discurso apologético dos valores tradicionais. Entretanto, deve ser notado que também no campo econômico ela propõe uma agenda para contemplar os interesses materiais *imediatos* de parcelas da classe trabalhadora – apelo classista que adquire as feições típicas do populismo. Nos países europeus e nos Estados Unidos, essa agenda tem por enfoque a defesa do trabalhador nacional em face do estrangeiro. Trata-se de um cálculo econômico trivial: ao reduzir a disponibilidade da mão de obra barata proveniente dos imigrantes, resta uma maior oferta relativa de empregos aos trabalhadores nacionais, o que, a seu turno, gera uma pressão por maiores salários. Os trabalhadores autóctones insurgem-se contra os imigrantes tencionando precaver-se contra o que interpretam como concorrência desleal, isto é, a aceitação de salários menores e piores condições de trabalho. No vazio gerado pela ausência de políticas classistas – políticas classistas obreiras, já que o silêncio sobre as classes não deixa de ser também uma política da classe dominante –, a direita radical instila a noção do inimigo externo, e colhe os frutos do pânico que se segue.

Ao promover a antítese entre quantidade de direitos e quantidade de empregos, numa conjuntura com altas taxas de desocupação – especialmente o desemprego estrutural contemporâneo, causado pela eliminação de postos de trabalho pelo advento de tecnologias mecanizadas ou informatizadas –, a direita radical fala também com os interesses imediatos de uma subclasse, a dos excluídos ou destituídos, contemplando igualmente uma parcela de

trabalhadores por conta própria que almeja retornar ao mercado de trabalho formal¹²⁶. Cuidar-se dos grupos formados por indivíduos desprovidos de habilidades necessárias à inserção no mercado de trabalho formal, que vivem de subempregos, “bicos”, auxílio governamental ou familiar etc., a quem interessa mais a possibilidade de se conseguir um emprego do que o rol de direitos assegurado. Ao reduzir ou “flexibilizar” direitos busca-se diminuir os custos do trabalho, o que, de acordo com a doutrina econômica neoclássica, fomentaria o nível de emprego. Em outros termos, os empregadores estariam dispostos a contratar mais se a remuneração devida aos empregados – e, portanto, o seu “custo” – fosse menor¹²⁷. Do ponto de vista dos excluídos, o simples fato de se possuir um emprego pode constituir um privilégio. Assim, ao abraçar uma agenda que promove a redução de direitos como política para fomentar o nível de emprego, eles defendem seu interesse material mais imediato, vinculado à própria subsistência, mas com prejuízo para o conjunto da classe trabalhadora que eles anelam integrar.

A classe média, a seu turno, é a parteira da ideologia da extrema-direita. Reich (2015, p. 37) avaliza essa tese: “*Do ponto de vista da sua base social, o nacional-socialismo foi sempre um movimento da classe média baixa, onde quer que tenha surgido: na Itália ou na Hungria, na Argentina ou na Noruega.*”¹²⁸ Um dos principais escopos (e efeitos) do discurso valorativo da ultradireita é a galvanização de afetos que podem ser politicamente direcionados. E, sem dúvida, o afeto que mais lhe importa para essa finalidade é o *temor* – como dão perfeito exemplo as teorias conspiratórias comuns no seu meio, absolutamente dissociadas de padrões narrativos racionais. Assim, um dos temores incutidos pela cosmovisão da direita radical é o temor da proletarização, dessarte entendida a precarização das condições de vida. Como uma representativa parcela da classe média já não mais desfruta dos postos de trabalho estáveis das décadas de 50 e 60 do século passado, também ela é impactada pelos cataclismas vaticinados pela extrema-direita.

¹²⁶ Markert (2002, p. 26) pondera: “[...] constatamos a formação de uma nova classe marginalizada (*Unterklasse*), dos excluídos no nível mundial e de *hyperghettos* nas grandes metrópoles. Supostamente, esse grupo, em crescimento forçado, é que mais sofre as conseqüências da lógica do capitalismo atual. Mas não se constata, certamente, uma reconstituição da consciência de classe ou uma perspectiva socialista nessas chamadas classes de miseráveis. Sabemos que seus participantes são vítimas fáceis do populismo na América Latina e de um novo fascismo na Europa.”

¹²⁷ Essa lógica desconsidera que só faz sentido contratar empregados se há demanda para o produto do seu trabalho. Nenhum empregado jamais foi ou será contratado se não há previsão de demanda para o *output* do seu labor. Em verdade, se a redução no custo do trabalho não é traduzida na redução do preço do produto ou serviço final comercializado pelo empregador – medida que poderia gerar o acréscimo da demanda pelo produto e, subsequentemente, também da demanda por mão de obra –, ela dá azo a uma diferença que é incorporada como simples lucro líquido. Por isso economistas de verniz heterodoxo defendem que o argumento que opõe direitos a empregos é uma falácia.

¹²⁸ E, com base em Trotsky e Gramsci, Poulantzas (1979) concorda. Citando Gramsci, ele diz que o fascismo é a “*encarnação política final da pequena burguesia*”.

Além disso, a classe média como um todo é detentora de fatia relevante da riqueza social, mas não o suficiente para lhe proporcionar a aquisição de meios eficazes de salvaguarda a essa riqueza. Diferente das elites proprietárias, a classe média em geral não tem acesso a segurança privada, veículos blindados ou casas em condomínios impenetráveis. Sua rotina também não a exime de transitar em logradouros mais sujeitos à criminalidade. Esses fatores fazem dela o alvo primário dos crimes contra o patrimônio, já que, numa análise racional, a possibilidade de auferir saque mais vultoso de um indivíduo abastado é compensada pelo maior risco oferecido por essa alternativa. Tal cenário, combinado com o individualismo metodológico – que preconiza a explicação de fenômenos sociais a partir dos indivíduos agindo isoladamente – e com o endosso de concepções místicas de virtude e pecado, arrasta a classe média para a extrema-direita também em razão do seu discurso punitivista de segurança pública.

As classes proprietárias mais abastadas, por sua vez, são as únicas que só têm a ganhar com regimes autoritários de direita, ao menos enquanto eles se mostrarem capazes de manter em estado latente os conflitos distributivos. A extrema-direita é o remédio político necessário para impedir que explodam em convulsões as fissuras sociais do sistema, pondo em risco a manutenção das posições de classe privilegiadas – tanto que, via de regra, as luzes do palco da política só recaem sobre ela em momentos de grave crise econômica. A instalação de um governo fascista denota o estabelecimento da hegemonia do grande capital financeiro ou monopolista (POULANTZAS, 1979).

Não bastassem os obstáculos ideológicos da pós-modernidade, existe ainda um óbice estrutural ao sucesso das políticas classistas de esquerda: o significativo encolhimento do operariado industrial (proletariado) na participação da força de trabalho. O proletariado não é o “sujeito revolucionário”, para a maioria dos autores marxistas e para o próprio Marx, por acaso. No capitalismo do século XIX, embalado pela revolução industrial que se desenrolava, e no qual Marx despendeu toda sua vida, o proletariado era a única classe que realizava *trabalho produtivo*¹²⁹. Isso é o mesmo que dizer que ele era o responsável pela produção da mais-valia, principal engrenagem de todo o mecanismo econômico capitalista. Sem extração de mais-valia, o capitalismo simplesmente não é possível. Mas a hodierna crescente automação da produção expulsa cada vez mais trabalhadores da indústria, que passam ao setor de serviços, a trabalhar por conta própria, ou simplesmente vão somar-se ao filão de desempregados. A população

¹²⁹ Apesar de ser intimamente relacionada à mais-valia e, portanto, uma categoria central na economia política marxista, os teóricos dessa tradição nunca conseguiram pacificar uma definição para o que seja trabalho produtivo – em parte por conta do desenvolvimento incessante das forças produtivas, que engendra novas configurações da força de trabalho que vão-se sucedendo umas às outras. Sobre o tema, na atualidade, é relevante a obra da socióloga britânica Ursula Huws.

trabalhadora é constituída de um percentual cada vez mais reduzido de operários industriais – a ponto de se elucubrar uma sociedade “pós-industrial” (CHANG, 2013).

O apelo de classe tradicional da esquerda é dirigido aos trabalhadores de chão de fábrica. Mas, ao passo que eles vão escasseando e outras formas de trabalho ainda mais precarizadas vão surgindo, esse discurso corre o risco de ficar sem auditório. Enquanto isso, as novas categorias de trabalhadores desprovidos de direitos – o “precariado” – veem-se sem um representante político à esquerda, carência que tenderá a ser suprida pela liturgia chauvinista da direita radical, cujo aliado natural é o proselitismo religioso que grassa durante períodos de recessão econômica. “*Deus, pátria e família*”, lema do integralismo brasileiro, é um mote assaz adequado para os movimentos da mesma vertente ideológica¹³⁰. O vazio de um discurso classista adequado dá margem à apropriação idealista da arena política, e a discussão das mazelas socioeconômicas passa a ser subordinada a controvérsias axiológicas, fomentadas tanto como uma cortina de fumaça quanto para consolidar as hierarquias e os vínculos caros à direita radical.

O quadro de esvaziamento do operariado industrial leva à indagação: é estrategicamente acertado insistir em um discurso classista que tenha por público-alvo apenas essa classe, ou, de forma mais abrangente, apenas o setor formal da força de trabalho? Não se trata de uma controvérsia nova – vide a transformação programática dos partidos da esquerda europeia, que se ajustaram à realidade cambiante no seu entorno promovendo discursos que capturassem o suporte da classe média. Mas a indigitada transformação foi levada a cabo com o abandono das plataformas de classe (MAYER, 2009). Sobre esse processo, Nancy Fraser (p. 68) observa que “A dominação cultural suplanta a exploração como injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural desloca a redistribuição socioeconômica como o remédio para a injustiça e o objetivo da luta política.”¹³¹ Ao abraçar a agenda identitária dos grupos oprimidos (por raça, sexualidade, origem etc.), a “nova” esquerda entrou no jogo da “nova” política pós-materialista, mas o logrou mediante a sujeição da sua tradicional plataforma materialista. Disso resulta que a tarefa atual dos movimentos sociais, segundo Fraser (p. 69), é “[...] desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, uma que identifique e defenda apenas aquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade.”¹³² O

¹³⁰ Mote reformulado nas eleições de 2018 para “*Brasil acima de tudo, deus acima de todos*”.

¹³¹ No original: “*Cultural domination supplants exploitation as the fundamental injustice. And cultural recognition displaces socioeconomic redistribution as the remedy for injustice and the goal of political struggle.*”

¹³² No original: “[...] *developing a critical theory of recognition, one which identifies and defends only those versions of the cultural politics of difference that can be coherently combined with the social politics of equality.*”

desafio, portanto, é vislumbrar um conteúdo programático que relacione e seja capaz de explicar as opressões identitárias por meio da opressão de classe.

É difícil imaginar uma saída para a crise global das esquerdas que não contemple os anseios de uma parcela significativa da classe média, principalmente se considerarmos a tendência de conformação em losango, e não mais em pirâmide, da estrutura de classes nas democracias avançadas. Há mais de sessenta anos, Reich (2015, p. 12) percebeu que “*na prática política, é decisiva a distribuição ideológica, e não a econômica.* Vê-se, assim, que a classe média baixa desempenha um papel político mais importante do que lhe foi atribuído.” A seu turno, a parte mais próxima do vértice inferior do losango também não pode ser deixada desatendida – mas a esquerda vem falhando sucessivamente em oferecer uma plataforma que ampare os interesses desse grupo. Os partidos e movimentos sociais de esquerda se veem, então, numa encruzilhada: o desenvolvimento da consciência de classe depende da existência de narrativas e políticas classistas; porém, o apelo classista típico da esquerda, voltado para o operariado industrial, não mais encontra solo fértil para florescer com a moderna organização da força de trabalho. O trabalho concreto desempenhado pelos indivíduos se diversificou de tal modo que se perderam as bases comuns do sentimento de pertença de classe (IASI, 2017). No nível abstrato, porém, permanece a contradição básica entre trabalho e capital, ou, em outros termos, entre proprietários e não proprietários. E nessa contradição se enreda a classe média – sendo ela mesma uma “contradição dentro da contradição”, já que possui determinações proletárias atuando em conjunto com outras burguesas.

Mas o conceito nuclear de consciência de classe que vimos utilizando, que repousa na consciência da irreconciliabilidade de interesses materiais, pode ser aplicado também à classe média? Como pontificaram autores como Erik O. Wright, a classe média é formada de “posições contraditórias de classe”¹³³: ela compartilha interesses com a classe trabalhadora, mas também com a classe dominante. Assim, ela pode ora apoiar uma, ora outra, a depender do contexto material e ideológico. Nas palavras de Iasi,

Uma pessoa que, por sua posição no interior de certas relações sociais de produção e de propriedade, não é um proletário pode, por uma série de

¹³³ De acordo com Wright, os gerentes não só ocupam uma posição contraditória dentro das relações de classe, mas também se encontram no que ele chama de “*posição de apropriação privilegiada dentro das relações de classe*”. O autor argumenta que parte dessa posição pode ser atribuída ao recebimento de “*aluguéis de lealdade*” – remunerações diferenciadas para a defesa dos interesses do empregador. Outra situação que denota uma posição de classe contraditória é a dos “trabalhadores investidores” de classe média, aqueles que conseguem poupar uma fração do seu salário mensal para realizar investimentos financeiros. O Tesouro Direto, sítio de negociação de papéis públicos para pessoas físicas, divulgou que possuía 2,6 milhões de investidores cadastrados e 696 mil investidores ativos em setembro de 2018 (fonte: <http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/639446/Balan%C3%A7o+TD+-+Setembro+18/2b1b91b8-967d-4461-9434-b62accb26e33>).

circunstâncias, compor a ação coletiva que se levanta contra a ordem do capital, constituir-se enquanto parte integrante da formação desta classe enquanto sujeito histórico, assumindo como seus os interesses e objetivos do proletariado, como no exemplo clássico de Marx e, principalmente, Engels. O que os mais românticos esquecem é que o inverso também é válido e, infelizmente, muito mais frequente, isto é, uma pessoa que, por sua posição econômica, é proletária pode assumir como seus os ideais e valores de uma concepção de mundo burguesa e, compondo junto aos seus pares este ser coletivo, empreender uma ação no sentido de perpetuar as relações que fazem da burguesia uma classe dominante. (2012, p. 341)

A noção de sujeito revolucionário, todavia, é na tradição marxista identificada quase completamente com o operariado industrial, tendo em vista sua propriedade de criador de mais-valia, fundamento do processo de reprodução capitalista. Como corolário, apenas o proletariado industrial seria capaz de interromper esse processo, inibindo assim a própria continuidade do capitalismo. Porém a contemporânea automação industrial, com a vertiginosa queda no número de empregados no setor e o correlato crescimento de empregados nos serviços e em funções burocráticas, exige uma revisão dessa tese. Se considerarmos que o proletariado industrial é uma parcela pequena e declinante da população economicamente ativa, e que a própria PEA é só uma parte da população total, teremos de concluir que o sucesso do empreendimento de qualquer ação contestatória deverá apoiar-se também em setores da classe média. Para isso, é necessário que ela partilhe com o proletariado a intenção de reverter a exploração burguesa.

Considerando os esquemas de classe mais modernos, nos quais a classe é uma medida eminentemente ocupacional, porção não olvidável dos indivíduos enquadrados na classe média sem dúvida compartilham mais interesses materiais com a classe trabalhadora do que com a burguesa. Cuida-se de trabalhadores *white collar*, mas em empregos com alto grau de subordinação e desprovidos de benefícios ou garantias. São os trabalhadores em serviços, em escritório e, especialmente no Brasil, um grande segmento dos trabalhadores por conta própria. De acordo com Estanque,

[...] trata-se agora já não das classes médias proprietárias do século XIX, mas sim das novas categorias profissionais arrastadas pelo progresso técnico e pelo aumento da burocracia administrativa, os *colarinhos brancos* (*white-collar* ou *black-coated workers*). Principalmente desde meados do século XX, essa classe passou a ser vista como correspondendo aos diversos setores da força de trabalho que não fazem parte nem dos *colarinhos azuis* (*blue-collar*), como a literatura consagrou a velha classe operária manual, nem, evidentemente, dos estratos superiores da sociedade. (2015, p. 44)

Em que pese a lógica de trabalho inerentemente distinta – tal como afirmada por Daniel Oesch –, suas condições de subordinação e renda são similares às do proletariado. Se vislumbra alguma chance de consolidação eleitoral – e, de forma mais genérica, de consolidação das

identidades políticas –, a esquerda deve forçosamente olhar para essas categorias de trabalhadores.

Seguramente não será fácil forjar um programa que abranja e harmonize os interesses práticos de uma gama tão ampla de trabalhadores, que decerto conflitarão entre si – como já é difícil, por exemplo, assentar numa mesma plataforma os interesses de trabalhadores autóctones e estrangeiros, com base em algo mais palpável do que o valor de solidariedade. De todo modo, a questão de como coadunar a necessidade de um discurso classista com a necessidade de obter apoio na classe média talvez possa ser solucionada com recurso ao elemento que une as classes operária e média: *o trabalho como fonte de renda somado à ausência de propriedade*. É preciso construir e disseminar representações de uma “classe trabalhadora ampliada”, ou, nos termos propostos por Antunes (2018), de uma *classe-que-vive-do-trabalho*. Se só o discurso parcial dirigido ao proletariado já não basta mais, as camadas medianas e inferiores da classe média devem ser incluídas nas pretensões da esquerda. Para isso, deve ser mobilizado o elemento unificador dos interesses desse amplo grupo, a exploração do trabalho como fonte das desigualdades.

O processo de desenvolvimento da consciência de classe, que exige a participação ativa de partidos de esquerda e organizações classistas, corresponde ao fluxo do processo de formação da classe trabalhadora no nível abstrato, o nível da oposição básica entre capital e trabalho. Quando a consciência de classe atinge o patamar em que passa a mobilizar a ação de classe, o processo de formação da classe trabalhadora chega a seu ápice. Então se apresenta concretamente como classe-em-si-e-para-si a *classe-que-vive-do-trabalho*, um amálgama de trabalhadores e despossuídos com níveis de renda e inserções ocupacionais diversos, mas portadores do interesse comum de erradicar a exploração do trabalho como instrumento de criação de riquezas. Nesse momento – que, de uma maneira geral, é precedido de uma profunda crise econômica –, o que antes referimos como interesse material *mediato* dos trabalhadores se torna seu interesse *imediato*, em virtude do impasse apresentado à possibilidade de continuação da existência sob a batuta do regime burguês¹³⁴.

* * *

Certa feita, o sociólogo alemão Ulrich Beck declarou que a classe era uma “categoria-zumbi”: já morta, mas insistentemente ressuscitada em virtude do esforço de alguns teóricos.

¹³⁴ Nos dizeres de Iasi (2012, p. 339), “[...] os trabalhadores empreendem a formação de sua classe na medida em que se confrontam com a burguesia como ameaça geral à continuidade da produção social da existência.”

Contra essa declaração, ombreamos com Mauro Iasi, para quem o precipitado anúncio da morte das classes, ele sim, é um esforço ideológico. Conceber o capitalismo sem classes é como conceber um corpo sem esqueleto – ele não se sustenta. A estruturação da sociedade em classes é a própria essência do modo de produção capitalista; na verdade, a divisão de classes primária, entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção, é um dos elementos definidores do capitalismo. Superpostas a esta determinação, há outra mais concretas, de naturezas objetiva, como a posição no interior das relações de produção (fator que se associa intimamente à renda), e subjetiva, como a consciência e a ação de classe. Sendo uma categoria sobredeterminada por fatores causais diversos, sua apreensão pode não ser dada a uma primeira vista.

A complexidade de uma categoria, no entanto, não pode ser critério para o seu descarte se o fenômeno social a que ela se refere permanece não superado. A título de comparação, lembremos que, apesar de a passagem do tempo ser um fato objetivo, a medida utilizada para contabilizá-la não é – trata-se de uma convenção social. Do mesmo modo, os defensores da teoria queer diriam que a clivagem de gênero só faz sentido porque a sociedade lhe atribui sentido. Também a classe pode ser significada e ressignificada dentro das possibilidades postas pelo desenvolvimento das relações de produção. Mas para isso devem contribuir os discursos políticos disponíveis em dado momento e local.

A mera posição de classe não é o suficiente para que se possa predicar uma lei de desenvolvimento da consciência. Embora a distribuição desigual de recursos em que se traduzem as divisões de classe erija barreiras poderosas, elas não são intransponíveis. E a consciência de classe, malgrado surgir reiteradamente em tempos e lugares distintos, nunca reaparece exatamente da mesma forma. Assim, tal como preconizado por Wright, há uma “relativa indeterminação” entre a estrutura social e a formação de classe, o que empresta à categoria seu caráter contingente. O estado da luta de classes é o elemento que aproximará ou distanciará os determinantes objetivo e subjetivo da classe. Os interesses objetivos de classe, enraizados na exploração do trabalho, constituem a base material para formações de classe *potenciais*; mas eles não se metamorfoseiam em interesses subjetivos em virtude apenas de uma tendência endógena, sendo decisivo o fator ambiental – a ideologia. No limite, o estado e a direção da luta de classes (inclusive seu aspecto “democrático”, isto é, o voto) dependerão do nível de consciência.

Não pode ser suficientemente enfatizado, todavia, que a *inconsciência* de classe não evita a atuação dos determinantes objetivos de classe. Na realidade, a inconsciência de classe liberta os determinantes objetivos de possíveis ações contestatórias, o que contribui para o

alargamento dos abismos interclasses. Desde o nascimento – ou desde a concepção, se aceitarmos que o comportamento da gestante impacta o comportamento futuro da criança –, o pertencimento objetivo de classe, ou seja, a posição nas relações sociais de produção, influenciará de incontáveis maneiras, mediatas e imediatas, a conformação da personalidade, dos anseios, da cosmovisão e dos comportamentos do indivíduo. Um dos mecanismos mais autoevidentes de influência classista, realçado pela tradição weberiana, é a desigualdade de acesso a recursos – aí incluído como fator importantíssimo o capital simbólico. “O que as pessoas *têm* impõe restrições sobre o que elas podem *fazer* para conseguir o que *querem*.” (WRIGHT, 2015a, p. 154) Complementando a lapidar afirmação de Wright, é possível acrescentar: o que as pessoas *têm* impõe restrições inclusive sobre o que elas *querem*.

O sistema capitalista é fundado sobre contradições. Uma dessas contradições é a que existe entre os determinantes objetivos e subjetivos de classe. Os determinantes objetivos, como vimos, creditam sua existência ao próprio funcionamento do sistema – enquanto houver capitalismo haverá classes objetivamente determinadas. Já os determinantes subjetivos da classe são contingentes, presos a um perene movimento de fluxo e refluxo. A direção e a intensidade do movimento acompanham a luta de classes, que, por sua vez, é função da consciência de classe. Ao passo que a consciência de classe vai-se desenvolvendo e transformando em ação de classe, opera-se a *formação* de classe, processo que deságua num coletivo multifacetado de trabalhadores – muitos dos quais exercentes de ocupações tipificadas, pelos mais modernos esquemas conceituais, como de classe média.

Mas, para continuar fluindo, esse processo deve ultrapassar obstáculos que se lhe apresentam de todos os lados. O processo de consciência de classe, especialmente no nível radical-ideológico, é uma forma exacerbada de contraconsciência, que deve empreender uma tarefa árdua para prevalecer sobre a ideologia hegemônica da classe dominante. De uma perspectiva puramente lógica, considerando que o amadurecimento da consciência de classe necessariamente deve levar à ação de classe – sob pena de não se poder falar de amadurecimento, mas de estagnação –, uma consciência classista plenamente desenvolvida (a assim chamada *consciência totalizadora*) seria equivalente ao desaparecimento do capitalismo. Portanto, às relações materiais de poder que se expressam na divisão objetiva de classes devem corresponder relações ideais de poder; o enfraquecimento de uma redundando no enfraquecimento da outra. Essas relações ideais de poder nada mais são do que a ideologia da classe dominante, perpetuada pela atuação conjunta dos aparelhos ideológicos de Estado. Como alertado por Althusser (1972, p. 49), “*nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado.*”

O voto é uma manifestação da vontade do indivíduo, que nele projeta seus valores, suas aspirações e suas avaliações sociopolíticas. Na medida em que se fomenta um discurso classista e se aperfeiçoa a consciência de classe, deverá ser ela, cada vez mais, o fator determinante da escolha político-partidária. Esse fenômeno poderá ser capturado como um incremento no nível do voto de classe (caso medido com esteio em operacionalizações apropriadas das categorias de análise). Conquanto não seja estática, no patamar mais avançado a consciência de classe não se coaduna com certos valores, aspirações e avaliações sociopolíticas. Por isso, a correlação entre classe e voto pode sugerir o desenvolvimento ou a retraída da consciência de classe. Se a consciência de classe se expande e passa a ser traduzida no voto de classe, o voto se terá tornado uma instância da ação de classe. Todavia, é preciso sublinhar que o voto de classe – isto é, a correlação estatisticamente significativa entre classe e escolha eleitoral – não é função apenas da consciência de classe. A simples posição objetiva de classe, provendo de experiências similares os indivíduos que a compõem, atua também como um fator aglutinador de preferências.

É de notar ainda que a classe trabalhadora, mesmo que se constitua em vanguarda, estará sempre sujeita a um patamar ideológico geral. Assim, uma situação em que todos os integrantes da classe trabalhadora votem em uma candidatura e todos os integrantes das demais classes votem em outras é inimaginável. As oscilações ideológicas, por óbvio, impactam todas as classes, ainda que em graus distintos – valendo repisar que as classes se definem com relação umas às outras, não existindo classes isoladas em redomas. Em um longo período de refluxo ideológico, como o atual (com direito à cultura de elogio da ostentação e ao ressurgimento de discursos e políticos fascistas), para o qual participou o progressivo abandono de plataformas classistas pela esquerda em todo o mundo, a classe trabalhadora pode começar a deixar de se definir como tal. A falta de visíveis projeções de identidade classista, por sua vez, dá combustível a um círculo vicioso, pois retroalimenta o discurso da extinção das classes.

As classes, no entanto, não existem apenas porque delas se tem consciência, ou porque os indivíduos localizados em uma posição de classe possuem preferências político-partidárias semelhantes. Como determinante objetivo, a classe é um fato ineludível. Aliás, a inconsciência de classe age como fator causal para o agravamento dos efeitos dos determinantes objetivos de classe – como já enfatizamos. A tese do fim da classe trabalhadora assume o pressuposto de que a clivagem tem de ser consciente para produzir determinações políticas; mas é justamente a inconsciência da condição de classe que gera, nas classes subalternas, opções políticas contraditórias com seus interesses materiais. Dessa forma, a negativa de vigência ou atualidade às classes, posto que dotada da maior honestidade intelectual, cumpre uma função ideológica.

O interesse em apagar a clivagem de classes é ele mesmo um interesse de classe – que só pode ser atribuído às classes dominantes, pois é ela a prejudicada pela disseminação da perspectiva classista.

Parafraseando Bourdieu, “palavras podem criar grupos que já existiam”. Nesse sentido, um discurso de classe é pressuposto para uma política de classe. A diminuição do prestígio da classe como aglutinador político não pode ser entendida como uma sentença de morte, pois a classe importa na medida em que os discursos políticos e as instituições estatais lhe dão importância. As conformações de classe e seu comportamento político refletem momentos do processo de consciência. Por isso, concluímos com Iasi, para quem

[...] é no mínimo interessante que um momento do movimento da consciência, exatamente o momento da consciência submetida à reificação, o senso comum, seja elevado à condição universal de consciência social de uma época. [...] Estamos, no entanto, convictos de que aquilo que nos é apresentado como ‘a’ consciência social de nossa época é, na verdade, um momento muito específico do processo de consciência, tal como o compreendemos, isto é, como momento inicial de um movimento que leva da alienação inicial à formação da consciência em si e a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência para si.” (2017, p. 132)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRIGHT**, Madeleine. *Fascismo: um alerta*. Edição do Kindle. São Paulo: Planeta, 2018.
- ALMEIDA**, João Ferreira de. *Alguns problemas de teoria das classes sociais*. Análise Social, vol. 17, nº 66, segundo semestre de 1981.
- ALMEIDA**, Jorge. *Como vota o brasileiro: perfil ideológico do eleitor e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994*. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1998.
- ALTHUSSER**, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- ANTUNES**, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARISIONE**, Mauro; **DE LUCA**, Deborah. *Do the self-employed still vote for centre-right parties? The cases of the UK, Italy and Spain*. Electoral Studies, vol. 52, fevereiro de 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/322882613_Do_the_self-employed_still_vote_for_centre-right_parties_The_cases_of_the_UK_Italy_and_Spain. Acesso em 18/06/2019.
- BOITO JR.**, Armando. *Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – acerca de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. Revista Crítica Marxista, Campinas, vol. 15, julho/dezembro de 2002.
- BORNSCHIER**, Simon; **KRIESI**, Hanspeter. *The populist right, the working class, and the changing face of class politics*. In: RYDGREN, Jens (ed.). *Class politics and the radical right: extremism and democracy*. Abingdon: Routledge, 2013.
- BOTTOMORE**, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDIEU**, Pierre. *A Produção da Crença*. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- BOURDIEU**, Pierre. *What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups*. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2290040/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20What%20makes%20a%20social%20class.pdf. Acesso em 05/12/2018.
- CARREIRÃO**, Yan de Souza. *Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 13, nº 2, novembro de 2007.
- CARVALHÃES**, Flávio Alex de Oliveira. *A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica*. Revista Sociedade e Estado, vol. 30, nº 3, setembro/dezembro de 2015.
- CASTELLS**, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHANG**, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- CLARK**, Terry Nichols e **LIPSET**, Martin Seymour. *The Breakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2001. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=rdA86k8WTuoC&hl=pt-BR>. Acesso em 05/12/2018.
- CUEVA**, Agustín. *La concepción marxista de las clases sociales*. Disponível em <http://www.repositorio.una.ac.cr/handle/11056/8046>. Acesso em 13/10/2018.
- DWORKIN**, Ronald. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- ELIAS**, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ESTANQUE**, Elísio. *Classe média e lutas sociais: ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015.

EVANS, Geoffrey. *The Continued significance of class voting*. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Geoffrey_Evans2/publication/239783755_The_Continued_Significance_of_Class_Voting/links/54d37cf30cf2501791822d25/The-Continued-Significance-of-Class-Voting.pdf. Acesso em 04/09/2018.

EVANS, Geoffrey e **TILLEY**, James. *The Depoliticization of Inequality and Redistribution: Explaining the Decline of Class Voting*. *The Journal of Politics*, vol. 74, nº 4, outubro de 2012. Disponível em https://www.academia.edu/2284666/The_depoliticization_of_inequality_and_redistribution_Explaining_the_decline_of_class_voting?auto=download. Acesso em 05/06/2019.

FERRAZ, Cristiano Lima. *Marxismo e teoria das classes sociais*. Revista Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista, vol. 9, nº 1, 2009.

FERRAZ, Sergio Eduardo. *Voto e classe: notas sobre alguns estudos recentes*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 2, novembro de 2009.

FRASER, Nancy. *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age*. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/9867/540d71b6d63ee80bea57d5b83aac7103af90.pdf>. Acesso em 21/11/2019.

GRAMSCI, António. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, António. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEATH, Oliver. *Policy Alienation, Social Alienation and Working-Class Abstention in Britain, 1964–2010*. Cambridge University Press, setembro de 2016. Disponível em https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/70E409B4E2274FAE7844449B95DA0EBB/S0007123416000272a.pdf/policy_alienation_social_alienation_and_workingclass_abstention_in_britain_19642010.pdf. Acesso em 18/06/2019.

HOLZHACKER, Denilde Oliveira; **BALBACHEVSKY**, Elizabeth. *Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 13, nº 2, novembro de 2007.

HOUTMAN, Dick. *Class and politics in contemporary social science*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 2003.

HOUTMAN, Dick; **ACHTERBERG**, Peter; **DERKS**, Anton. *Farewell to the leftist working class*. Edição do Kindle. Nova Iorque: Routledge, 2017.

HUFF, Darrel. *Como mentir com estatística*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

HUWS, Ursula Elin. *Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó*. Caderno CRH, Salvador, vol. 27, nº 70, janeiro/abril de 2014.

IASI, Mauro Luis. *Consciência e Pertencimento de Classe na Nova Configuração do Trabalho*. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). *O Averso do Trabalho IV – Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe (o PT entre a Negação e o Consentimento)*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre Consciência e Emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. *O Dilema de Hamlet: o Ser e o Não Ser da Consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.

IASI, Mauro Luis. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999.

INGLEHART, Ronald F. *Changing values among western publics from 1970 to 2006*. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Inglehart_Ronald/publication/253550249_Changing_Values_Among_Western_Publics_from_1970_to_2006/links/56dcd7308ae1aa5f8746b3/Changing-Values-Among-Western-Publics-from-1970-to-2006.pdf. Acesso em 12/10/2018.

KASARA, Kimuli; **SURYANARAYAN**, Pavithra. *Bureaucratic Capacity and Class Voting: Evidence from across the World and the United States*. Janeiro de 2019. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=3316320>. Acesso em 12/06/2019.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KNUTSEN, Oddbjørn; **KUMLIN**, Staffan. *Value orientations and party choice: a comparative longitudinal study of five countries*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/254300361_Value_Orientations_and_Party_Choice_-_A_Comparative_Longitudinal_Study_of_Five_Countries. Acesso em 13/09/2018.

KNUTSEN, Oddbjørn; **LANGSAETHER**, Peter Egge. *Class Voting in Western Europe: Do Various Class Schemas Make a Difference?* 6th Conference of the European Survey Research Association (ESRA), julho de 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/281492970_Class_Voting_in_Western_Europe_Do_Various_Class_Schemas_Make_a_Difference. Acesso em 12/05/2019.

LEIULFSRUD, Håkon; **BISON**, Ivano; **JENSBERG**, Heidi. *Social class in Europe: european social survey 2002/3*. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Erling_Soheim/publication/317624268_Social_Class_in_Europe_II/links/59451a7745851525f890bee4/Social-Class-in-Europe-II.pdf. Acesso em 23/09/2018.

LIGUORI, Guido; **VOZA**, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÖWY, Michael. *Estrutura e Consciência de Classe Operária no Brasil*. Caderno CRH, Salvador, vol. 31, nº 83, maio/agosto de 2018.

LUKÁCS, Georg. *Consciência de Classe*. Edição em português do Kindle.

LUKES, Steven. *Power: a Radical View. Second Edition*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.

MARKERT, Werner. *Trabalho e consciência: mudanças na sociedade do trabalho e a reconstrução da teoria de classe*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 14, nº 2, outubro de 2002.

MARTINS, Flávia Bozza. *O voto econômico na América Latina: estado da arte*. Paraná Eleitoral, vol. 2, nº 3, dezembro de 2013.

MARX, Karl. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYER, Nonna. *What remains of class voting?* Disponível em https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-230-10189-0_11. Acesso em 02/09/2018.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura Social e Formas de Consciência II: a Dialética da Estrutura e da História*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. *De que falam os marxistas quando falam em classes?* Revista Mediações, Londrina, vol. 3, nº 1, janeiro/junho de 1998.

MOREIRA, Eduardo. *Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOSIMANN, Nadja; **RENNWALD**, Line; **ZIMMERMANN**, Adrian. *The radical right, the labour movement and the competition for the workers' vote*. Economic and Industrial Democracy, agosto de 2018. Disponível em <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:108523>. Acesso em 18/06/2019.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MUTZ, Diana C. *Political Psychology and Choice*. The Oxford Handbook of Political Science. Publicado em julho de 2011. Disponível em <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199604456.001.0001/oxfordhb-9780199604456-e-018?print=pdf>. Acesso em 12/04/2019.

NIEUWBEERTA, Paul. *The democratic class struggle in twenty countries – 1945/1990*. Amsterdã: Thesis Publisher, 1996.

OESCH, Daniel. *The Changing shape of class voting*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/248990481_The_Changing_Shape_of_Class_Voting. Acesso em 13/09/2018.

PAIVA, Denise; **TAROUCO**, Gabriela da Silva. *Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e as preferências dos eleitores*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 17, nº 2, novembro de 2011.

PEIXOTO, Vitor; **RENNÓ**, Lucio. *Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 17, nº 2, novembro de 2011.

PIMENTEL JR., Jairo Tadeu Pires. *Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 2, novembro de 2010.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

POULANTZAS, Nicos. *Fascism and Dictatorship: the Third International and the Problem of Fascism*. Londres: Verso, 1979.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

REIS, Fábio Wanderley e **CASTRO**, Mônica Mata Machado de. *Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro*. Revista Lua Nova, São Paulo, nº 26, agosto de 1992. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200004.

RENNWALD, Line; **PONTUSSON**, Jonas. *Paper stones revisited: class voting, unionization and electoral decline of the mainstream left*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/317570657_Paper_Stones_Revisited_Class_Voting_Unionization_and_the_Decline_of_the_Mainstream_Left. Acesso em 04/10/2018.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2007.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; **ISRAEL**, Vinicius Pinheiro. *Voto assimétrico classes e mobilidade social no Brasil*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 28, nº 2, agosto de 2016.

RIBEIRO, Gustavo César de Macêdo. *Aproximações ao voto de classe no Brasil*. 41º Encontro Anual da Anpocs, GT5 – Comportamento, Opinião Pública e Cultura Política, outubro de 2017. Disponível em <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt05-28/10635-aproximacoes-ao-voto-de-classe-no-brasil/file>. Acesso em 11/09/2019.

SANDEL, Michael J. *Justiça – o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright*. Revista Dados, Rio de Janeiro, vol. 41, nº 2, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200004.

SCALON, Celi; **SALATA**, André. *Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica*. Revista Sociedade e Estado, vol. 27, nº 2, maio/agosto de 2012.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira*. Edição do Kindle. São Paulo: Contracorrente, 2017.

STANLEY, Jason. *How fascism works: the politics of us and them*. Edição do Kindle. Nova Iorque: Random House, 2018.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

TINEU, Rogério. *Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu*. Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política, São Paulo, vol. 10, nº 29, junho/setembro de 2017.

TITTENBRUN, Jacek. *The death of class?* Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282778926_THE_DEATH_OF_CLASS. Acesso em 25/09/2018.

VAN DER WAAL, Jeroen; **ACHTERBERG**, Peter; **HOUTMAN**, Dick. *Class Is Not Dead – It Has Been Buried Alive: Class Voting and Cultural Voting in Postwar Western Societies (1956-1990)*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/236024510_Class_Is_Not_Dead_-_It_Has_Been_Buried_Alive_Class_Voting_and_Cultural_Voting_in_Postwar_Western_Societies_1956-1990. Acesso em 12/09/2018.

VERWEIJ, Marco et al. *Emotion, rationality, and decision-making: how to link affective and social neuroscience with social theory*. Frontiers in Neuroscience. Publicado em setembro de 2015. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4585257/pdf/fnins-09-00332.pdf>. Acesso em 13/05/2019.

VIANA, Nildo. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

VITORINO, Artur José Renda. *Notas sobre a Teoria da Formação de Classe de E.P. Thompson*. Revista História Social, Campinas, nº 4/5, 1997/1998.

WAIZBORT, Leopoldo. *Classe social, Estado e ideologia*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 10, nº 1, maio de 1998.

WEAKLIEM, David L.; **ADAMS**, Julia. *What do we mean by “class politics”?* Disponível em https://www.researchgate.net/publication/258174651_What_Do_We_Mean_by_Class_Politics. Acesso em 12/10/2018.

WEBER, Max. *Economy and society*. Berkeley: University of California Press, 1968.

WEBER, Max. *Class, Status and Party*. Disponível em <https://sites.middlebury.edu/individualandthesociety/files/2010/09/Weber-Class-Status-Party.pdf>. Acesso em 25/09/2018.

WRIGHT, Erik Olin. *Análise de classes*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 17, maio/agosto de 2015 [2015a].

WRIGHT, Erik Olin. *Understanding Class*. Londres: Verso, 2015b.